

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Asdrubal Esteves

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga
Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1964)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Confucio Pamplona
Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal
Capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho

SUPLENTES

Tenente-Coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis
Major José Murillo B. Carvalho
Major Diógenes Vieira da Silva

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 fôlhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000,00) de acôrdo com julgamento da Redação.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
L

Rio de Janeiro, GB — Março/Abril de 1964

Número
594

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em folha autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDEREÇO

Ministério da Guerra

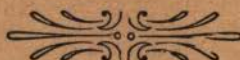
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

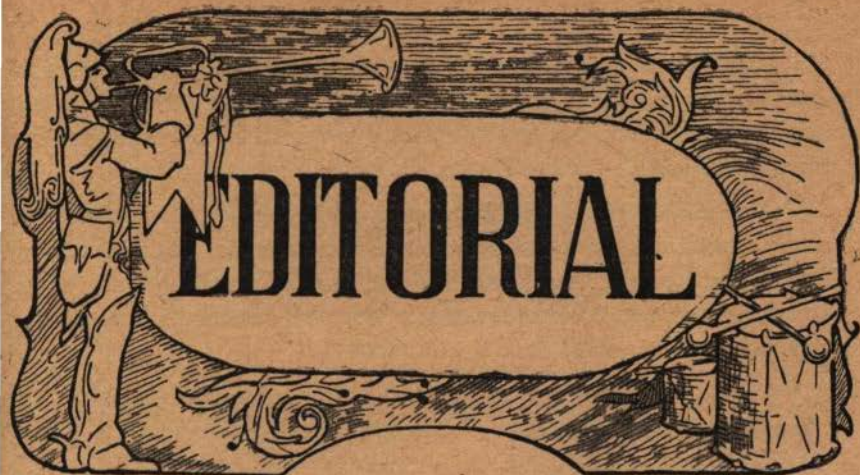
Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Estudo Geográfico da Bacia do Amazonas — Ten-Cel Asdrúbal Estêves</i>	5
<i>Invasão da Guiana Francesa — Cel Carlos de Castro Tôrres</i> ..	37
<i>Tiradentes — Carlos Maul</i>	87





Este Editorial é, antes de tudo, um apêlo. Sim um apêlo. Apêlo aos mais jovens, aos mais moços, às gerações de capitães e jovens maiores, particularmente àqueles que estão ou já saíram da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e se preparam para o ingresso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

É um apêlo, repetimos. E falamos sincera e gravemente.

Sabe Você que esta Revista — A DEFESA NACIONAL — tem 51 anos, sim, cinqüenta e um anos de incalculáveis e inestimáveis serviços à classe militar, particularmente ao Exército?

Sabe Você que lutando com dificuldades dantescas — sim, é êsse o adjetivo — conseguiu completar seu meio centenário e que às vésperas de tão grata efeméride passou por crise tremenda que quase a abatia definitivamente?

Sabe Você que malgrado tôdas as dificuldades, tropeços, falta de recursos, de meios, de ajuda, de colaboradores e colaborações, de atrasos, de deficits e tudo o mais tem ela conseguido manter-se viva, inúmeras vêzes resfolegando ofegante e transida, mas sempre conseguindo por fim recuperar-se e retomar sua caminhada, numa autêntica afirmação da exata apreensão do conceito de "cumprimento de missão"?

Sabe Você que no exato momento em que está lendo este **Editorial** se encontra A DEFESA NACIONAL numa delicada situação mescla de vários dos considerando supramencionados?

Sabe **Você** que sem a **SUA** ajuda, de **Você**, capitão recém-egresso da EsAO, de **Você**, Major recém-promovido, de **Você**, capitão ou Major recém-diplomado pela ECEME esta Revista novamente não terá condições de palmilhar sua trilha?

A DEFESA NACIONAL precisa de **Vocês**. Como redatores, como auxiliares, como escritores, como revisores, como coletores de colaboração, como orientadores, como companheiros, como batalhadores por sua continuidade por seu engrandecimento, por sua sobrevivência.

Você que estuda para a ECEME e organizou seu ponto. Mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

Você, S3 de unidade que montou e executou um exercício no terreno. Envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

Você, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

Você, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

Vocês, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações. Serão bem-vindas. Vocês têm estado demasiado ausentes das nossas páginas.

Finalmente, **Vocês** todos, prestem a maior das colaborações, imprescindível à nossa vida, fornecedora dos recursos monetários capazes de nos permitir comprar papel, tinta, pagar a impressão e distribuir a Revista: ASSINEM-NA.

Apelamos aos Comandantes de Unidades e Organizações Militares para que tomem assinaturas desta Revista. Qual aquela que não o pode fazer? Nenhuma. E algumas poderiam tomar mais de uma até!

QUEREMOS SOBREVIVER!

Contamos com **VOCÊ**.

ESTUDO GEOGRÁFICO DA BACIA DO AMAZONAS

Ten-Cel ASDRÚBAL ESTEVES

1 — FATORES FISIOGRAFICOS

1.1 — Caracterização da área — Ver Mapa n. 15

1.1.1 — Definição e extensão

A bacia do AMAZONAS compreende, além da área coberta pelo rio título e seus afluentes, a bacia do rio PARÁ, que engloba, além de outros menores, os rios TOCANTINS e ARAGUAIA (que tem suscitado algumas controvérsias quanto a pertencer ou não à grande bacia) e mais a área que se desenvolve entre a foz do grande rio e a nossa fronteira com a GUIANA FRANCESA. Tal conceito, a rigor, contraria a noção básica e fundamental da bacia de um rio como sendo: "o conjunto de todos os cursos d'água que contribuem para a alimentação desse rio". Entretanto, várias entidades, entre as quais basta citar o IBGE, preconizam oficialmente aquela asserção, o que pode ser constatado, por exemplo, pela inclusão de toda a área do AMAPÁ na bacia, quando, naquele território encontramos, entre outros, os rios OIAPOQUE, CACIPORÉ e CALÇOENE, que em dada contribuem para a alimentação do AMAZONAS.

Partindo daquele conceito, podemos estimar a área da bacia em cerca de 6,5 milhões de km², interessando diretamente aos seguintes países: BRASIL, GUIANA BRITÂNICA, VENEZUELA, COLÔMBIA, PERU e BOLÍVIA.

A parte correspondente ao BRASIL cobre uma área, em dados arredondados, de 4,8 milhões de km², cerca de 56% de nossa superfície total e abrange, integralmente, os estados do AMAZONAS (1.564.445 km²) e do ACRE (152.589 km²), os territórios do AMAPÁ (140.276 km²), do RORAIMA (230.104 km²) e de RONDÔNIA (243.044 km²) e a zona litigiosa entre os estados do AMAZONAS e do PARÁ (2.680 km²); e parcialmente os estados do PARÁ (..... 1.215.895 km²), MARANHÃO (30.485 km²), GOIÁS (494.675 km²), MATO GROSSO (712.755 km²) e do DISTRITO FEDERAL (769 km²).

1.1.2 — Forma

A bacia se apresenta estreita junto ao mar e arredondada no restante, tomando a forma de um "frasco florentino" na concepção de Orville Derby.

1.1.3 — Posição e limites

Ocupa a mais vasta área equatorial do globo, situada entre os paralelos 5° N e 18° S e os meridianos 46° e 82° de longitude W de Greenwich, correspondente à maior parte do terço superior do continente sul-americano, na parte onde este se apresenta mais largo.

Seus limites ao N, se iniciam nos territórios colombiano e venezuelano pelo divisor (pouco nítido) que separa suas águas das da bacia do ORENOCO; prossegue pelo maciço das GUIANAS até as nascentes do rio OIAPOQUE, pelo qual prossegue até a sua foz, sendo daí em diante limitado pelo oceano ATLÂNTICO. Observe-se aí, coerentemente com a definição dada à bacia, um rio servindo-lhe de limite.

A E, é limitada pelas serras do GURUPI, da CINTA, do GADO BRAVO e chapada das MANGABEIRAS, que a separam da bacia do NORDESTE, aí representada pelas bacias independentes do GURUPI, do MEARIM e do PARNAÍBA; e pelo ESPIGÃO MESTRE, que a separa da bacia do SÃO FRANCISCO.

Ao S, seus limites são balizados pelas serras dos PIRINEUS e CAIAPÓ, que a separam da bacia do PARANÁ; serras dos PARECIS e AGUAPEI e planalto CHIQUITIANO, este último já em território boliviano, que a separam da bacia do PARAGUAI.

Seu limite ocidental, todo êle balizado pela cordilheira dos ANDES, tem início ao S, em território boliviano, pela cadeia ORIENTAL; prossegue nos territórios peruano e equatoriano, pela cadeia OCIDENTAL; e no território colombiano, novamente pela cadeia ORIENTAL.

1.2 — Geologia

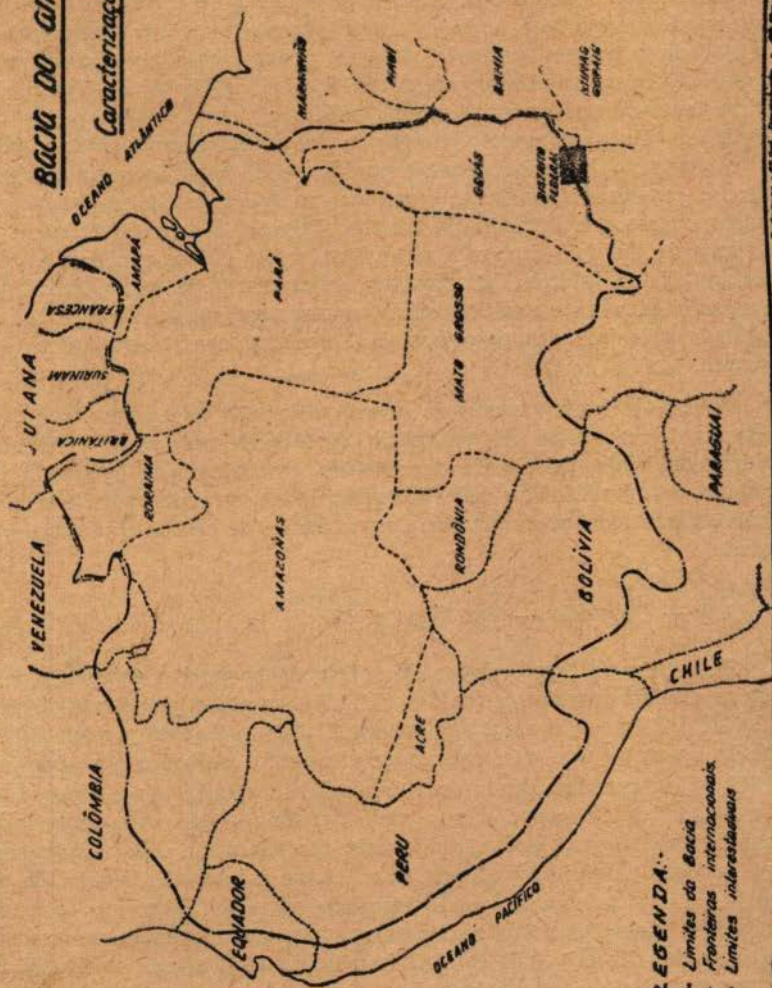
A origem dos terrenos que formam a bacia do AMAZONAS permite uma série de interpretações, as quais, entretanto, apresentam alguns pontos comuns que nos dão um esquema geral que pode ser assim resumido: a existência de duas ilhas pré-cambrianas, hoje balizadas pelo maciço GUIANENSE e pelo planalto CENTRAL BRASILEIRO, separadas por um antigo mar, caracteriza o quadro inicial. Progressivamente, este mar foi-se transformando em canal e em caudal, correndo no sentido E-W, em direção ao PACÍFICO. Com o soerguimento dos ANDES, houve um levantamento, um entulhamento e a inversão da corrente, agora de W para E, em direção ao ATLÂNTICO.

As rochas e tipos de solo predominantes consistem da cobertura de terrenos terciários e aluviões quaternários na extensa planície adjacente ao rio principal. A medida que dêle se afasta, aparecem terrenos cada vez mais antigos em faixas relativamente estreitas e descontínuas. Os terrenos Paleozóicos estão aí representados por faixas de Carbonífero, Devoniano e Siluriano. A partir desses, em particular ao N e ao S da bacia, surge o Pré-cambriano, no qual predomina o Arqueano, ocorrendo, entretanto, em alguns pontos, o Algonqueano. Este pré-cambriano

BACIA DO AMAZONAS

Caracterização da Área

Mapa nº 15



LEGENDA:

- Limites da Bacia
- - - - - Fronteiras internacionais
- · · · · Limites estaduais

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

apresenta alguns recobrimentos de terrenos mais recentes, sendo de se destacar, pela extensão da ocorrência, os quaternários da formação BOA VISTA (território de RORAIMA), do alto MARAPI (PA), do alto XINGU (MT) e do alto ARAGUAIA (MT e GO) e os complexos geológicos da serra de PACARAIMA (território de RORAIMA) e do planalto BRASILEIRO (MT e GO). Para oeste, os ANDES, formação terciária, limitam a antiguidade das faixas.

Assim como variam segundo a superfície, os terrenos apresentam as camadas em ordem análoga e este aspecto merece maiores estudos, pois, dada a enorme extensão da área, presumem-se revelações interessantes. Aliás, os trabalhos a cargo da Petrobrás na área vêm constituindo ótima fonte de estudos, através, em particular, dos perfis dos poços estratigráficos. Um dos aspectos revelados foi o fenômeno ocorrido, presumivelmente no Jurássico, com o rompimento da capa da bacia em vários blocos. Através desses blocos e mesmo em falhas e fendas dos próprios blocos, houve um intrusão de magma. Quando de sua cristalização sob a forma de diabásio, passou a se apresentar em diques verticais e "sills" horizontais, no interior das camadas sedimentares da bacia. Essas ocorrências, abaixo da camada terciária, apresentam reflexos negativos à finalidade principal das pesquisas da Petrobrás, conforme veremos mais adiante.

O solo da bacia, apesar do grande empenho por parte de diversas organizações no setor das pesquisas, ainda pode ser considerado muito pouco conhecido, pois, além da extensão vastíssima que apresenta, resente-se da grande dificuldade de acesso a uma grande parte dela, como analisaremos mais profundamente no decorrer de outros aspectos de seu estudo.

1.3 — Orografia — Ver Mapa n. 16

O traço mais característico do relevo da bacia é a extensa planície que se estende entre o maciço das GUIANAS ao N, o planalto CENTRAL BRASILEIRO ao S, e a cordilheira dos ANDES a O. Esta planície é constituída de uma parte que, embora se situando a altitudes não superiores a 200 m, se mantém acima das inundações normais, que é chamada de "terras firmes" e ocupa a sua maior parcela, e de uma outra parte constituída de terras baixas, que passam grande parte do ano submersas, que se denominam de "várzeas" ou "terras alagadas". Nestas últimas, apresentam-se com aspectos de interesse algumas pequenas cotas que surgem a intervalos e que se mantêm acima das enchentes normais: são os chamados "tesos", pois constituem refúgio aos homens e animais nos longos períodos de inundação.

Destacada a planície, restam os conjuntos de elevações que a envolvem.

No maciço das GUIANAS, destacam-se os conjuntos das serras do PARIMA-PACARAIMA e da serra do TUMUCUMAQUE. O primeiro apre-

senta como ponto culminante o monte RORAIMA, na trijunção das fronteiras BRASIL-VENEZUELA-GUIANA BRITÂNICA e a segunda apresenta altitudes médias da ordem dos 600 m e máxima da ordem dos 1.000 m, ao longo da fronteira E-W do BRASIL com as três GUIANAS. Cabe assinalar a W do conjunto das serras do PARIMA-PACARAÍMA, a depressão ORENOCO-ALTO RIO NEGRO e, entre aquelas e a do TUMUCUMAQUE, a depressão TACUTU-RUPUNUNI, que constituem regiões baixas, ligando a bacia do AMAZONAS, respectivamente, às bacias do ORENOCO (VENEZUELA) e do ESSEQUIBO (GUIANA BRITÂNICA). Cabe ainda acrescentar que é na direção da serra do TUMUCUMAQUE que a planície se apresenta mais estreita, pois, a 50 km do rio principal já se começam a sentir as primeiras alturas acima dos 200 m e as primeiras quedas d'água dos afluentes, denunciando o fim da planície.

No planalto CENTRAL BRASILEIRO, que se apresenta com altitudes médias da ordem dos 800 m no limite com as bacias do PARANÁ e do PARAGUAI, não se notam elevações de grande porte, já que a característica predominante é a das extensas chapadas de superfície suavemente ondulada. Merecem destaque o ESPIGÃO MESTRE, divisor entre o TOCANTINS e o SÃO FRANCISCO, que desce em direção ao TOCANTINS mais abruptamente que o restante do planalto em direção ao AMAZONAS, e alguns contrafortes lançados como divisores entre os afluentes da margem S do AMAZONAS, por constituírem praticamente as únicas elevações propriamente no interior da bacia. Entre êstes podem ser citadas as serras dos PARECIS (altitudes de 600 a 800 m — MT e RO), do RONCADOR (400 a 600 m — PA), do TOMBADOR (600 a 700 m — MT e PA), do PASSA TRÊS (da ordem dos 800 m — GO).

Na cordilheira dos ANDES, devemos assinalar as três principais linhas de alturas que são as cordilheiras ORIENTAL, CENTRAL e OCIDENTAL. Entre o NÓ DE VILCANOTÁ, no PERU, e o de PASTO, na COLÔMBIA, passando pelos nós de PASCO e de LOJA, a cordilheira OCIDENTAL serve de limite à bacia e apresenta altitudes médias acima dos 5.000 m com vários picos acima dos 6.000 m, entre os quais destacamos o NEVADO DE HUASCARAN, com 6.768 m. Ainda entre aqueles dois nós, nota-se que vários dos afluentes e formadores do AMAZONAS correm entre as três cordilheiras e são obrigados a romper a ORIENTAL e algumas vêzes a CENTRAL, para atingir a planície: é o caso, principalmente, dos rios MARAÑON, HUALLAGA, APURIMAC e URUBAMBA. A cordilheira oriental, naquele trecho, se apresenta com altitudes médias variando entre 2.500 m e 4.000 m (com vários picos acima dos 5.000 m), enquanto a cordilheira CENTRAL, que corre do NÓ de PASCO (PERU) para o N, apresenta-se com altitudes médias acima dos 4.000 m.

A cordilheira ORIENTAL limita a bacia ao S e ao N daqueles dois nós. Ao sul do NÓ DE VILCANOTA, apresenta os chamados PICOS NEVADOS, com altitudes superiores a 6.000 m e separa a bacia do AMAZONAS da bacia interior do lago TITICACA. Ao N do NÓ DE PASTO

apresenta altitudes médias da ordem de 3.000 m e separa a bacia do AMAZONAS da bacia do MADALENA.

1.4 — Hidrografia — Ver Mapa n. 16

1.4.1 — Rêde fluvial

a — O Rio Principal

O rio AMAZONAS, que dá o título à bacia, nasce em território peruano, constituindo ponto controvertido a localização de sua nascente principal. Optaremos pela versão que adota a sua origem no rio VILCANOTA, sem contudo, por nos parecer de importância secundária, entrarmos no mérito dos vários trabalhos já publicados em defesa das outras diferentes versões.

Nasce, segundo a versão adotada, na garganta da RAIA, na região do NÓ DE VILCANOTA, recebendo inicialmente o nome de VILCANOTA, trocando-o pelo de URUBAMBA em local não muito bem definido.

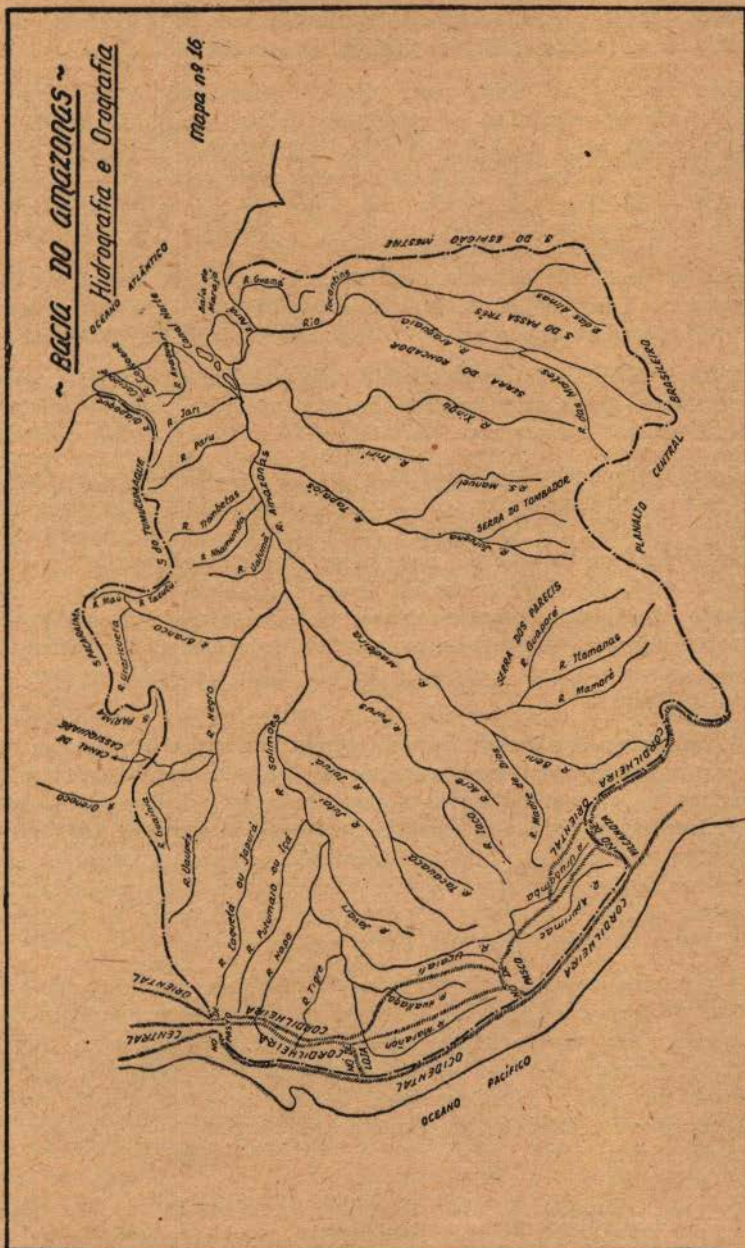
Ao receber, em sua margem esquerda, o TAMBO, nome final do APURIMAC (que abriga uma das versões de suas nascentes), passa a se denominar rio UCAIALI.

Com êste nome prossegue até a sua junção com o MARAÑON, que abriga a terceira principal versão das nascentes do grande rio. Daí em diante recebe o nome de AMAZONAS, sendo que no trecho compreendido entre a fronteira brasileira e a confluência do rio NEGRO, é mais conhecido como SOLIMÕES.

De suas nascentes até a junção com o MARAÑON, corre aproximadamente na direção geral S-N e daí para diante inflete para E, seguindo até o seu estuário uma direção aproximadamente W-E.

Sua extensão, de acôrdo com a versão adotada, pode ser assim avaliada:

— No PERU		
— Rio VILCANOTA — URUBAMBA	—	445 km
— Rio UCAIALI	—	1.700 km
— Rio AMAZONAS (até TABATINGA)	—	605 km
		<hr/>
		2.750 km
— No BRASIL		
— De TABATINGA ao rio NEGRO (SOLIMÕES)	—	1.794 km
— Do rio NEGRO à foz	—	1.896 km
		<hr/>
		3.690 km
		<hr/>
— Curso total		6.440 km



Cartão C. Caspary "Geog. Amazonica" - 30.000 metros - 1908 - 400 - 60 / 21-0-1902

Até receber o nome de UCAIALI, percorre os acidentados ANDES, despencando-se desde os 4.300 até os 200 m de altitude, através de impressionantes quedas e desfiladeiros. A partir daí, nos 6.000 km que ainda percorre, é rio nitidamente de planície.

Sua largura, na maior parte deste trecho final, é considerável, podendo ser apresentados os seguintes dados: em TABATINGA — 2.800 m; entre a foz do JAPURÁ e do MADEIRA — 4 a 6 km; na foz do XINGU — 13 km; em ÓBIDOS (trechos mais estreito) — 1.900 m; e na foz — 100 km. (Se, porém, considerarmos todo o estuário, isto é, entre o cabo NORTE e a ponta TIJIOCA, a largura vai a 335 km).

Sua profundidade é bastante grande, ultrapassando, em alguns pontos próximos à foz, os 200 m. No seu curso, ÓBIDOS apresenta as maiores profundidades com cerca de 75 m. Em TABATINGA tem 20.

O rio AMAZONAS apresenta algumas peculiaridades que merecem registro e que são: a existência de um emaranhado de canais e coletores, as terras caídas e a pororoca.

Quanto à primeira, podemos dizer que o AMAZONAS não constitui uma corrente d'água única, com margens bem delimitadas, mas, pelo contrário, de cada lado do grande canal central surge um emaranhado de lagos, paranás (braços de rio), furos (ligações entre rios ou entre lagoas e o rio ou entre paranás), igarapés (trilhas de canoa) e rias, nos quais o sentido da corrente varia e cujo aspecto muda periodicamente, segundo o nível da enchente e a abundância de chuva. Esta característica é, também, comum à maioria dos afluentes, na parte em que percorrem a planície.

O fenômeno das terras caídas é proveniente das ribanceiras que, uma vez solapadas pela impetuosidade da corrente, se desprendem em blocos muitas vezes de grandes dimensões, e que descem o rio como verdadeiras ilhas flutuantes, mantidos coesos pelas raízes das árvores e da vegetação nelas existentes. Encalhados ou em movimento, constituem freqüentemente sérios óbices à navegação. Esta particularidade é também comum a alguns afluentes, entre os quais se destaca o PURUS, que é famoso por suas terras caídas.

A pororoca, causada pelo encontro da maré em ascensão com o rio, consiste na formação de grandes vagas que se quebram ruidosamente no momento em que se rompe o equilíbrio daquele encontro. Sua intensidade depende de uma série de condições de momento, como a amplitude da maré, o nível das águas do rio, os ventos, etc. Os rios do litoral amapaense também apresentam esse fenômeno, porém com intensidade bem menor.

b — Os afluentes

Os tributários do AMAZONAS, tendo em vista o reflexo que tem a sua localização ou como fonte de alimentação no regime do grande rio,

podem se dividir em três categorias: rios andinos, rios do hemisfério N e rios do hemisfério S.

Os rios andinos têm as suas nascentes muito elevadas, acima dos 4.500 m, e são alimentados, em regra, pelos degelos.

Entre êles destacam-se:

— APURIMAC — Tem todo o seu curso em solo peruano, nascendo a uma altitude de 4.750 m. Recebe sucessivamente os séguintes nomes: SANTIAGO (nos 12 km iniciais), APURIMAC, ENE (ao receber o MANTARO) e TAMBO (desde a confluência com o PERENÉ até encontrar-se com o URUBAMBA). Alguns autores atribuem às nascentes do APURIMAC a verdadeira origem do AMAZONAS, por considerá-las as mais distantes, dentre as que dão nascimento aos formadores. Segundo essa versão, o curso total do AMAZONAS atingiria 7.025 km.

— MARAÑON — Nasce próximo ao NÓ de PASCO e após um curso acidentado na direção S-N, inflete para E, rompendo, através dos famosos boqueirões de RETAMA e MANSERICHE, as cordilheiras CENTRAL e ORIENTAL. Daí em diante começa o seu baixo curso, no qual recebe pela margem direita o seu principal afluente, o HUALLAGA. Pela margem esquerda recebe o SANTIAGO, o MORONA, o PASTAZA e o TIGRE. O MARAÑON e o HUALLAGA são totalmente peruanos, enquanto os afluentes da margem esquerda nascem em território equatoriano.

— NAPO — Nasce em território equatoriano, nas faldas orientais do COTOPAXI e atinge rapidamente, ainda no EQUADOR, a planície.

— PUTUMAIO ou IÇÁ — Nasce próximo ao NÓ DE PASTO, na COLÔMBIA e serve de limites entre aquêlê país e o EQUADOR (em pequeno trecho) e posteriormente entre a COLÔMBIA e o PERU. Ao ingressar em território brasileiro recebe o nome de IÇÁ.

— CAQUETÁ ou JAPURÁ — Nasce em território colombiano que percorre com o nome de CAQUETÁ. Ao penetrar em território brasileiro, recebe na margem esquerda o seu principal afluente, o APAPORIS, e passa a se chamar JAPURÁ.

Os rios da margem N se originam quase todos no maciço das GUIANAS e os principais são os seguintes:

— NEGRO — Nasce em território colombiano com o nome de GUAINIA e após servir de fronteira entre a COLÔMBIA e a VENEZUELA, penetra no BRASIL na região do CUCUI, onde recebe o nome de NEGRO. Sua foz no AMAZONAS se dá logo após banhar MANAUS. Seus principais afluentes são, na margem esquerda, o rio BRANCO, formado pelos rios URARICUERA e TACUTU, e na margem direita o UAUPÉS, que nasce na COLÔMBIA. No trecho em que serve de fronteira entre a COLÔMBIA e a VENEZUELA, recebe as águas do CASSIQUIARE, canal natural que liga as bacias do AMAZONAS e do ORENOCO.

— UATUMÁ, NHAMUNDÁ, TROMBETAS, CURUÁ, MANICURU, PARU e JARI — Entre a confluência do NEGRO e sua foz, o AMAZO-

NAS recebe êsses afluentes que nascem na encosta S da serra do TUMUCUMAQUE e que se apresentam com pequena expressão em relação aos demais.

Os rios da margem S se originam, na maior parte, de contrafortes andinos não nevados ou do planalto CENTRAL BRASILEIRO e os principais são os seguintes:

— JAVARI — lindeiro entre o BRASIL e o PERU;

— JURUÁ e PURUS — rios que após nascerem em território peruano, penetram no BRASIL através do Estado do ACRE, motivo pelo qual são conhecidos com rios acreanos. São notáveis pelos seus meandros;

— MADEIRA — notável pela grande extensão de sua bacia e pelo volume de seus formadores e de alguns de seus afluentes, dentre os quais se destacam o MADRE DE DIOS, que nasce em território peruano; o BENI e o MAMORÉ, cujas bacias se desenvolvem em território boliviano; e o GUAPORÉ, que serve de fronteira entre o BRASIL e a BOLÍVIA.

— TAPAJÓS E XINGU que nascem no planalto BRASILEIRO, em MATO GROSSO e atravessam o PARÁ de S para o N.

— PARÁ — Nome dado ao trecho final do TOCANTINS, cuja bacia, juntamente com a de seu grande afluente, o ARAGUAIA, cobre todo o território da bacia pertencente aos Estados de GOIÁS, do MARANHÃO e do DISTRITO FEDERAL e parte dos territórios mato-grossense e paraense.

c — Outros rios da bacia

Além dos afluentes, temos a considerar os rios amapaenses, entre os quais destacamos o OIAPOQUE, o CACIPORÉ, o CALÇOENE e o ARAGUARI. O OIAPOQUE é lindeiro entre o BRASIL e a GUIANA FRANCESA, e na bacia do ARAGUARI está situada a região do mangês do AMAPÁ.

1.4.2 — Lagos e canais

Assinalamos nas características peculiares ao AMAZONAS e a alguns de seus afluentes a existência de um emaranhado de lagos, paranás, furos, igarapés e riãs de cada lado do grande canal central.

Na época das enchentes, a inundaçãõ tudo recobre, confundindo o rio principal com as águas daquele emaranhado.

Lagos mais profundos são também encontrados em margens um pouco mais elevadas, constituindo verdadeiros armazenamentos da água dos igarapés que vêm do interior. Podem ser citados, entre êsses últimos, pela extensão que apresentam, os seguintes lagos: AMANÁ, TEFÉ,

PIORINI, BADAJOZ, ACARÁ, MANACAPURU, CABALIANA, COARI, AIAPUA, ANAMÁ, CANAÇARI, SARACÁ, todos no Estado do AMAZONAS; EREPECU, GRANDE e GRANDE DO CURUAI, no Estado do PARÁ; e cinco a seis lagos na baixada litorânea amapaense.

Entre os canais, destaca-se o de CASSIQUIARE, em território venezuelano, que interliga as bacias do AMAZONAS e do ORENOCO, grande trunfo dos entusiastas da intercomunicação de bacias.

1.4.3 — Quedas d'água

Apesar de ser considerável o potencial hidráulico da bacia, que, apenas no BRASIL conta com 7,4 milhões de CV, representando mais de 1/3 do total nacional, a localização das quedas d'água é de tal ordem desfavorável em relação aos centros de demanda que reduz de muito, pelo menos por ora, a sua importância.

Destacam-se, pelo potencial, as seguintes quedas:

— Na bacia do NEGRO, o trecho encachoeirado do rio URARI-CUERA, um dos formadores do BRANCO, no território do RORÁIMA, com 51.000 CV;

— No rio PARU: MARACANAQUARA (73.500 CV), PIXURI (45.000 CV) e TAQUARIPUÇU (90.000 CV), tôdas no Estado do PARÁ;

— Na bacia do MADEIRA: BANANEIRAS (133.000 CV) no rio MAMORÉ; RIBEIRÃO (50.700 CV) e TEOTÔNIO (487.000 CV), ambas no MADEIRA. As três se situam em RONDONIA, sendo que as duas primeiras na fronteira com a BOLÍVIA;

— Na bacia do TAPAJÓS: AUGUSTO (124.300 CV), no rio JURUENA, em MATO GROSSO; SEGUNDO DEGRAU (212.000 CV) e TERCEIRO DEGRAU (326.000 CV), ambas no TAPAJÓS e no Estado do AMAZONAS; e SETE QUEDAS (86.500 CV), no rio SÃO MANOEL (ou TELES PIRES), em MATO GROSSO;

— No rio XINGU: JURUCOÁ (312.000 CV), TAPAIUNA (..... 575.000 CV) e ITAMARACA (235.000 CV), tôdas no PARÁ;

— Na bacia do rio PARÁ: Trecho encachoeirado (48.000 CV), no rio ARAGUAIA, entre MATO GROSSO e GOIÁS e ITABOCA (200.000 CV), no TOCANTINS, no Estado do PARÁ.

Deixam de ser citadas as quedas d'águas situadas fora do BRASIL, por não terem sido obtidos dados satisfatórios.

1.4.4 — Navegabilidade

É um dos mais notáveis aspectos da bacia. Os trechos navegáveis se apresentam em grandes extensões e entre êles destacamos os seguintes,

consignando, entre parênteses, quando disponível, o calado máximo admitido em época de vazante normal:

a — Rio AMAZONAS

— da foz até NAUTA, no PERU (6 m)	4.370 km
— de NAUTA a CONTAMANA; no UCAIALI (2,40 m)	1.000 km
— de CONTAMANA a CUMARIA, no UCAIALI (1,20 m)	700 km

b — Bacia do MARAÑON

— Rio MARAÑON

— de NAUTA a PUERTO LIMON (2,40 m)	780 km
— de PUERTO LIMON ao boqueirão MANSERICHE (1,20 m)	120 km

— Rio HUALLAGA

— da confluência a ACHINAMISA (1,20 m)	370 km
--	--------

— Rio MORONA

— da confluência a RARAIACU (1,20 m)	340 km
--------------------------------------	--------

— Rio PASTAZA

— a partir da confluência (1,20 m)	50 km
------------------------------------	-------

— Rio TIGRE

— da confluência até a junção CUNAMBO-PINTOACU (1,20 m)	670 km
---	--------

c — Rio NAPO

— da confluência até o AGUARICO (1,20 m)	800 km
--	--------

d — Rio IÇÁ ou PUTUMAIO

— da confluência ao IGARA-PARANÁ (1,20 m)	790 km
---	--------

e — Rio JAPURÁ ou CAQUETÁ

— da confluência a CAHUINARI (2,40 m)	1.700 km
---------------------------------------	----------

f — Bacia do rio NEGRO

— Rio NEGRO

— da confluência até ILHA GRANDE (2,50 m)	783 km
---	--------

— Rio BRANCO

— da confluência até CARACARAÍ (2,00 m)	630 km
---	--------

g — Rio JAVARI

— da confluência até o JAVARI-MIRIM (1,20 m)	510 km
--	--------

h — Bacia do rio JURUA	
— Rio JURUA	
— da confluência a CRUZEIRO DO SUL (AC)	1.897 km
— Rio TARAUAÇÁ	
— da confluência a TARAUAÇÁ (AC)	240 km
i — Bacia do PURUS	
— Rio PURUS	
— da confluência a SENA MADUREIRA (AC)	2.954 km
— Rio ACRE	
de BÔCA DO ACRE A BRASILÊIA (AC)	796 km
j — Rio MADEIRA	
— da confluência a PÔRTO VELHO	1.180 km
l — Rio MAUÉS (braço do delta do MADEIRA)	
— de PARINTINS a MAUÉS	100 km
m — Rio TAPAJÓS	
— de SANTARÉM a BARRA	952 km
n — Rio XINGU	
— da confluência a ALTAMIRA	254 km
o — Bacia do Rio PARÁ	
— Rio TOCANTINS	
— de BELÉM a PEIXE	1.900 km
— Rio ARAGUAIA	
— de S. JOÃO DO ARAGUAIA a BALIZA	2.041 km
— Ligação rio PARÁ ao AMAZONAS pelo canal de BREVES (bôca do TOCANTINS e GURUPÁ)	280 km

Os trechos acima perfazem um rêde interligada que ultrapassa um total de 26.000 km.

Agora essa rêde, devemos assinalar, na bacia do MADEIRA, após a interrupção entre PÔRTO VELHO e GUAJARA-MIRIM, os trechos navegáveis que, somados apenas os dos rios principais: MADRE DE DIOS (944 km), BENI (908 km), MAMORÉ (1.300 km) e GUAPORÉ (1.130 km), ultrapassam os 4.000 km. Dêsses, apenas o trecho entre GUAJARA-MIRIM (RO) e a cidade de MATO GROSSO (MT), ao longo da fronteira BRASIL-BOLÍVIA, interessa diretamente ao BRASIL. Os demais trechos são bolivianos.

O OIAPOQUE é navegável numa extensão de 80 km, desde sua foz até CLEVELÂNDIA DO NORTE, onde a cachoeira GRAND ROCHE interrompe a navegação.

Há ainda a considerar um grande número de trechos navegáveis descontínuos, por vêzes bastantes extensos, em vários tributários da bacia.

Nas estações chuvosas os trechos navegáveis se ampliam consideravelmente e alguns daqueles trechos descontínuos se integram na rede geral.

1.4.5 — Regime das águas

Três são as principais fontes de alimentação do grande rio: as geleiras dos ANDES, os afluentes da margem N e os afluentes da margem S. Esta divisão se prende ao fato de que, correndo o rio na direção W-E e próximo à linha do Equador, os rios do N e do S, pela diferença dos hemisférios, percorrem regiões nas quais as estações chuvosas ocorrem, normalmente, em épocas diferentes; e, por outro lado, o degelo dos ANDES não coincide, usualmente, com nenhuma das duas estações.

Considerando, além disso, o elevado índice pluviométrico de quase toda a área, podemos afirmar que, mesmo nas épocas de vazante, o rio é mantido em volume considerável.

As cheias normais têm lugar de maio a junho e ocorrem justamente com as cheias dos afluentes provindos do S, pela sua maior expressão em relação aos do N e ao degelo dos ANDES.

As cheias extraordinárias ocorrem quando há coincidência na intensificação de duas ou mesmo de três das fontes de alimentação. Neste último caso, tendo ainda em vista as condições da natureza do solo, do relevo e da vegetação predominantes, as enchentes podem se tornar catastróficas, pois que êsses fatores favorecem sobremodo o acúmulo de um imenso volume de água.

1.5 — Clima

Predomina na bacia um clima quente e úmido, isto é, tipo A, na classificação de Köppen. Excetua-se apenas a estreita faixa correspondente às elevadas cordilheiras andinas, onde se observa um misto de Cfb1 e Cwbi (climas tropicais de grandes altitudes, caracterizados pela grande monotonia de baixas temperaturas, apresentando algumas pequenas ilhas de clima tipo E, de frio pereno, correspondente aos nevados dos altos picos).

O clima quente e úmido se distribui do seguinte modo:

— Aw — Quente e úmido com chuvas de verão — Em duas regiões, sendo a primeira ao N, se estendendo desde o vale do TROMBETAS até o alto rio BRANCO; e a segunda, ao S, correspondendo ao planalto CENTRAL e à área boliviana da bacia e prolongando-se para o N segundo o Estado de GOÍAS, cuja área é quase totalmente por êle abrangida.

— Af — Quente e úmido sem estação sêca — Também em duas regiões, a primeira de dimensões reduzidas com centro em BELÉM, e a segunda cobrindo uma área bastante extensa desde COARI (AM) até QUITOS (PERU), abrangendo o alto rio NEGRO e grandes extensões do IÇÁ e do JAPURÁ e o curso inferior do JURUÁ.

— Am — Quente e úmido com estação sêca pouco pronunciada — No restante da área.

As temperaturas são elevadas em quase tôda a bacia, oscilando a média das mínimas entre os 17°C e os 21°C nas extremidades N e S e acima dos 23°C no médio curso (região de MANAUS) e a média das máximas entre os 28°C e os 34°C.

Uma das características do clima na extensa planície é a reduzida amplitude térmica, que orça pelos 3°C.

Nas partes elevadas, a altitude compensa a latitude, reduzindo as temperaturas, o que se dá mais acentuadamente nos ANDES, onde ocorrem médias baixíssimas.

Chove muito na bacia, ficando a precipitação dominante entre os 2.000 e os 2.500 mm anuais. Numa faixa, transversal ao grande rio em seu terço inferior, verificam-se precipitações entre os 1.500 e os 2.000 mm; e em três regiões: faixa litorânea, terço inferior do MADEIRA e alto SOLIMÕES, a precipitação ultrapassa os 2.500 mm. Enquanto isso, nos ANDES, região da bacia em que chove menos, fica entre os 500 e os 1.500 mm anuais.

As altas temperaturas, aliadas ao elevado grau de unidade relativa do ar resultante da grande precipitação, às pequenas altitudes e à reduzida amplitude térmica, emprestam à planície amazônica um clima que pode ser considerado "debilitante e enervante sem ser contudo insalubre".

1.6 — Vegetação

A floresta tropical latifoliada, propiciada pelas condições climáticas, pela rede hidrográfica e pela topografia, predomina em quase tôda a área, determinando na bacia a presença de uma exuberante floresta que recebeu a denominação de "Hiléia", atribuída por Humboldt.

Distinguem-se na Hiléia a mata das várzeas ou Caá-Igapó, que se estende em ambas as margens do rio principal e de alguns de seus afluentes, e a mata de terra firme ou Caá-Eté, que cobre as chamadas terras firmes.

Essas matas apresentam-se com uma grande riqueza de variedades, e, apenas pela importância que apresentam, podemos dizer que a seringueira atinge o seu maior desenvolvimento na várzea, enquanto as castanheiras e o caucho caracterizam as matas de terra firme.

Além da Hiléia, algumas manchas de Campo e Cerrado, a vegetação típica dos ANDES e a vegetação litorânea se apresentam com alguma importância, porém reduzida, se feita a comparação.

As principais manchas de Campo e Cerrado são a do alto rio BRANCO, a do MARANHÃO e GOIÁS, a do planalto CENTRAL, que se estende pelas serras do RONCADOR, TOMBADOR e dos PARECIS, e a da área boliviana correspondente ao departamento de SANTA CRUZ, além dos campos inundáveis da ilha de MARAJÓ. Sua principal importância decorre do fato de permitirem as atividades ligadas à pecuária, já que na Hiléia essas atividades se restringem a pequenos núcleos na várzea, com base nos chamados "tesos".

A vegetação litorânea ou manguezais, e a dos ANDES, na qual predomina o PUNA, apresentam importância muito secundária.

1.7 — Litoral

A costa é baixa e alagadiça, apresentando uma vegetação que, quanto receba o nome de manguezais, reveste-se de aspectos diferentes dos mangues de outros trechos de nosso litoral, pois que ali se notam árvores gigantescas, se bem que mais espaçadas que na densa floresta da Hiléia.

O acesso à costa é difícil em quase toda a sua extensão; entretanto aí se encontram, através das bocas dos rios, as entradas para o interior, destacando-se o canal NORTE, entrada direta para o AMAZONAS, e a baía de MARAJÓ, entrada para o rio PARÁ.

A grande amplitude das marés é uma das características do litoral da bacia com reflexos no problema da pororoca, já explicada no estudo das peculiaridades do rio principal.

1.8 — Apreciação

A bacia do AMAZONAS, analisada exclusivamente sob o ponto de vista dos fatores fisiográficos, e em particular pela sua extensão e localização, constitui a mais importante unidade geográfica do continente sul-americano.

Apesar de abranger regiões elevadíssimas nos ANDES e as partes altas dos maciços cristalinos brasileiro e guianense, é a grande planície sedimentar, com sua Hiléia, que lhe dá a nota característica.

A luxuriante e densa floresta constituída pela Hiléia e que cobre cerca de 80% da vasta área da bacia, é riquíssima em variedades florísticas, algumas das quais de grande valor.

Possui a maior e a mais portentosa rede fluvial navegável unificada do mundo, além de um notável potencial hidráulico.

Seu clima predominante apresenta características desfavoráveis, pelas elevadas médias, reduzida amplitude térmica e elevado grau de umidade relativa do ar; entretanto, não chega a ser tórrido nem incondicionalmente insalubre.

Sua geologia, conquanto ainda não devidamente estudada, lhe outorga já algumas notáveis riquezas minerais e uma expectativa promissora neste particular.

2 — ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS

2.1 — Aspectos históricos

O AMAZONAS foi descoberto, em 1500 por PINZON, admitindo-se que, por essa época, a bacia era habitada por uns 3 milhões de indígenas.

A primeira corrente colonizadora, de origem espanhola, que se fêz das nascentes para a foz, deveu-se a Orellana em 1542; entretanto cingiu-se quase que exclusivamente a alguns poucos pontos ao longo do grande rio. A linha de Tordesilhas, até então vigorante, atribuía quase tôda a bacia à coroa espanhola.

A união das coroas ibéricas sob a égide dos Filipes, de 1580 a 1640, e as tentativas dos franceses, holandeses e ingleses de tomarem pé e se expandirem naquela área, foram os principais fatores que levaram os portugueses a cruzarem aquela linha.

Pelo litoral, atingiram os portugueses o OIAPOQUE, criando as capitânicas do GRÃO-PARÁ, estabelecida com a fundação de BELÉM, por Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616, e do Cabo NORTE, fundada em 1637 e doada a Bento Maciel Parente, um dos grandes soldados de sua conquista.

A penetração pelo AMAZONAS, com vistas à expulsão dos ingleses e holandeses, foi atribuída a Pedro Teixeira que, alcançando o rio NAPO e por êle subindo até a foz do AGUARICO, em terras hoje pertencentes ao EQUADOR, tomou posse para PORTUGAL das imensas regiões que ficavam a leste do referido ponto (1637/38).

Mas, o que realmente garantiu a posse para PORTUGAL e futuramente para o BRASIL, de tôda a nossa atual AMAZÔNIA, foi o estabelecimento de uma linha de fortificações sãbiamente localizadas e entre as quais destacamos as seguintes:

— a da foz do ARAGUARI e a de MACAPÁ, ambas no atual território do AMAPÁ, que nos garantiriam a posse daquele território;

— a de SÃO JOAQUIM, na confluência do TACUTU com o URARICUERA, formadores do rio BRANCO, garantia de nossa fronteira com a GUIANA BRITÂNICA;

— as de S. JOSÉ DE MARABITANAS e de S. JOSÉ da CACHOEIRA, no alto rio NEGRO, e a de SÃO GABRIEL, no UAUPEÉS, que serviriam para assegurar os direitos naquela região face à COLÔMBIA e à VENEZUELA;

— a de TABATINGA, no SOLIMÕES e a de SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, no IÇÁ, que limitariam a progressão dos espanhóis após ultrapassarem o marco de Pedro Teixeira, lançado no alto NAPO;

— e a de PRÍNCIPE DA BEIRA, no atual território de RONDÔNIA, que fixaria no rio GUAPORÉ as nossas fronteiras com a BOLÍVIA.

As condições da área vinham entretanto, como ainda hoje o fazem, conspirando contra a sua colonização e seu povoamento.

Quando do período áureo da borracha, de 1890 a 1910, a região teve um grande surto econômico e recebeu correntes de imigração internas, particularmente de levas de nordestinos fugitivos dos efeitos das secas.

Por essa época, a expansão em procura da hévea em direção ao alto curso dos rios PURUS e JURUÁ, criou, com a invasão de terras da BOLÍVIA, a questão do ACRE, que iria culminar com a compra por parte do BRASIL daquele território, hoje elevado à condição de Estado.

A crise da borracha trouxe uma acentuada decadência à área.

A Segunda Grande Guerra, retirando a borracha asiática do alcance dos aliados, deu novo índice de interesse à área, trazendo-lhe um alento, que, no entanto, foi apenas transitório.

A criação dos territórios federais do AMAPÁ, de GUAPORÉ (hoje RONDÔNIA) e do RIO BRANCO (hoje RORAIMA) e a organização da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), dispoendo de recursos financeiros fixados em função da renda tributária nacional, constituíram realmente um grande passo para o desenvolvimento da área que, entretanto, vem-se fazendo muito morosamente, em virtude das características desfavoráveis próprias da mesma.

Ainda em território brasileiro, cabe considerar alguns pontos próximos à periferia da bacia, que vêm permitindo alguma penetração, também lenta, e que são, principalmente BRASÍLIA (DF) e CUIABA (MT).

Nos demais países da bacia, com raras exceções, a colonização se limitou apenas a alguns pontos da periferia, que apresentam suas solitações mais fortes para fora da bacia.

2.2 — Aspectos demográficos

A população da bacia orça pelos 5.660.000 habitantes com a reduzida densidade de 0,85 hab/km², assim distribuída:

BOLÍVIA	2.500.000
BRASIL (Censo de 1960)	2.410.000
PERU	500.000
EQUADOR	200.000
COLÔMBIA	54.000
VENEZUELA e GUIANA BRITÂNICA	Sem expressão

A densidade no BRASIL é menor que a média da área, cingindo-se a 0,5 hab/km².

Há grande predomínio da população rural sôbre a urbana, apresentando-se aquela com cêrca de 2/3 do total.

Os núcleos populacionais, em número muito reduzido relativamente à extensão da área, são, via de regra, muito distanciados entre si e sua grande maioria se situa na periferia da bacia. Os principais (população urbana acima dos 10.000 hab) são os seguintes:

— no BRASIL: BELÉM (380.600 hab), MANAUS (154.000 hab), SANTARÉM — PA (32.600 hab), MACAPÁ (28.800 hab), PORTO VELHO (22.800 hab), RIO BRANCO (18.100 hab), BOA VISTA (11.300 hab), ABAETETUBA — PA (11.700 hab) e CASTANHAL — PA (10.200 hab). O núcleo urbano de BRASÍLIA está situado na parte do DF pertencente à bacia do PARANÁ;

— na BOLÍVIA: LA PAZ (350.000 hab), COCHABAMBA (84.000 hab), SANTA CRUZ DE LA SIERRA (44.000 hab) e SUCRE (42.000 hab);

— no PERU: CUZCO (50.000 hab), IQUITOS (40.000 hab) e HUANUCO (15.000 hab);

— na COLÔMBIA: FLORENCIA (21.200 hab).

Os dados acima, no que tocam às cidades brasileiras, foram extraídos do censo de 1960 e se referem exclusivamente aos núcleos urbanos, enquanto os dados das cidades estrangeiras são menos recentes, e ao que parece se referem aos globais dos municípios respectivos, embora as fontes não o esclareçam.

O tipo regional característico é o seringueiro, elemento mestiço, mais índio que branco, que nas matas amazônicas extrai o látex. Há ainda na área da bacia um grande contingente de índios reunidos em tribos, grande parte das quais se apresenta num estágio primitivo de civilização. Outros se aglomeram em tórno de missões religiosas, onde recebem os primeiros estágios civilizadores.

Os brancos se cingem, via de regra, aos núcleos urbanos, nos quais, em particular fora do BRASIL, ainda se assinala um forte contingente indígena.

O único elemento estrangeiro que conseguiu se fixar na bacia em um grupo relativamente considerável foi o Japonês. A partir de 1929, o baixo AMAZONAS (MAUÉS, PARINTINS, TOMÉ-AÇU e MONTE ALEGRE) vem recebendo algumas levas de imigrantes japoneses, que ali se localizaram, introduzindo na região a cultura da juta e da pimenta-do-reino.

2.3 — Apreciação

A bacia, pelos seus aspectos históricos e demográficos, se apresenta com as seguintes características:

— Imensa região praticamente inabitada, constituindo mesmo um verdadeiro desafio, através dos tempos, a sua colonização e o seu povoamento;

— Os surtos de desenvolvimento vêm-se prendendo a focos de interesses variados, quase sempre locais e transitórios, exceção feita à produção extrativa vegetal que, no período áureo da borracha, atingiu a área como um todo;

— A menos que surja um fato novo, com elevado índice de interesse que abranja tôda a bacia, a sua colonização e o seu povoamento constituirão, ainda por muito tempo, um sério problema, se bem que atualmente, pelo menos por parte do BRASIL, vem sendo melhor equacionado.

3 — FATORES ECONÔMICOS

3.1 — Produção Extrativa

3.1.1 — Produção extrativa mineral

Três produtos merecem destaque: o petróleo, o manganês e o estanho.

PETRÓLEO

No BRASIL — A Petrobrás vem pesquisando a área desde 1953, tendo já perfurado alguns poços produtores.

A região de NOVA OLINDA, após a obtenção de dois poços produtores, foi alvo de sondagens mais detalhadas, levando a resultados pouco satisfatórios e a área foi classificada com “pouco atrativa”.

Alguns fatores, entre os quais citamos a existência de blocos de eruptivas basálticas de grandes dimensões sob o capeamento sedimentar da área, já referida no estudo da geologia, vêm acarretando grande insegurança no selecionamento das áreas, pelos processos ora adotados. A fim de possibilitar uma seleção em melhores condições, decidiu-se a Petrobrás por uma política “exploratória”, o que já permitiu a eleição de algumas áreas, entre as quais podemos citar a de ROSARINHO e a de AUTÁS-MIRIM, no estado do AMAZONAS e a do JURUÁ-MIRIM, no ACRE. Destas três, a primeira apresenta as melhores perspectivas e vem merecendo prioridade, sem contudo ter ainda revelado nada de concreto; a segunda, a do AUTÁS-MIRIM, já apresentou um poço produtor (apenas 4 barris diários) e um perfil animador para outro poço; e, finalmente, a terceira, situa-se em região muito semelhante (e relativamente próxima) à região do petróleo peruano.

Na BOLÍVIA — A maior parte da produção atual boliviana (cerca de 80%) provém dos campos da região CAMIRI-GUARUÍ, que se situam nos limites entre as bacias do AMAZONAS e do PARAGUAI (aí presente pelo seu afluente o PILCOMAIO). Apresenta interesse para o BRASIL por ser, atualmente, a região petrolífera boliviana mais próxima a SANTA CRUZ DE LA SIERRA. Esse interesse, entretanto, diz mais respeito a áreas do BRASIL situadas fora da bacia do AMAZONAS.

No PERU — O PERU possui imensas reservas prospectadas ao longo dos rios UCAIALI e HUALLAGA, de existência já comprovada, sendo o petróleo comercialmente explorado em AGUAS CALIENTES, pela "Compañia Petrolera Ganso Azul" e em EL ORIENTE, pela "Compañia de Petroleo El Oriente". A primeira tem seus campos localizados às margens do rio PACHITÉA, afluente do UCAIALI, e a segunda, próximos a CONTAMANA, às margens desse último rio.

Estudos realizados em outras regiões mostraram uma alta possibilidade de existência do precioso líquido às margens do rio CHINCHA, afluente do MADRE DE DIOS, além de indícios em outros locais da bacia.

O interesse desse petróleo, para o BRASIL, se prende ao fato de seu escoamento ser mais fácil descendo o AMAZONAS, em virtude da dificuldade de transposição dos ANDES. Conforme veremos mais adiante, dali provém o óleo que alimenta a Refinaria de MANAUS que, por seu turno, abastece de combustíveis grande parte da área da bacia.

MANGANÊS

As ocorrências de manganês já assinaladas na área situam-se na serra do NAVIO, no AMAPÁ e na bacia do rio ARIPUANÁ (afluente do MADEIRA), no estado do AMAZONAS.

A primeira, muito mais importante, apresenta os seguintes dados: 30 milhões de t de minério de alto teor (acima de 46%), sendo 20 milhões cubadas e 10 indicadas; e 12 milhões de t de minério de baixo teor (30 a 40%). Vem sendo explorada por uma companhia de capital misto (nacional e americano), a ICOMI, para fins de exportação. Sua produção em 1961 foi de 775.000 t, mais de 3/4 da produção nacional.

A segunda vem sendo explorada pela Mineração Bonfim S. A., também para fins de exportação. Em 1961 exportou apenas 6.000 t de minério de alto teor (acima de 46%). As prospecções continuam no sentido de avaliar a potencialidade das jazidas.

ESTANHO

— No BRASIL — Na área já foram assinaladas ocorrências de cassiterita em RONDÔNIA e no AMAPÁ. Em ambos os locais não foram ainda assinalados depósitos primários e a exploração vem sendo feita sob a forma de garimpo, sendo de se notar um grande número de companhias atuando em RONDÔNIA, algumas ligadas a importantes grupos econômicos nacionais. Esta última informação ligada às declarações do geólogo indiano MAHADEVAN que percorreu aquele território às expensas da UNESCO "definitivamente sou de parecer que todo o território de RONDÔNIA ao S da latitude 9° 14', é por excelência uma região de cassiterita", nos permite considerar que este valioso minério poderá desempenhar papel importante no desenvolvimento daquela área.

A produção, entretanto, vem sendo pequena, ou seja, em 1961, 49 t para RONDÔNIA e 62 t para o AMAPÁ, apenas 1/10 da produção nacional, já por si insuficiente para as nossas necessidades. Parece contudo que o dado acima, referente a RONDÔNIA esteja a merecer reparos, pois que o Anuário Estatístico repete exatamente o dado de 1960, quando houve uma intensificação em 1961 e são conhecidos relatórios que acusam uma produção de 350 t para aquele ano (do geólogo COUTE MASCETI, da Mineração Rondônia Ltda.).

— na BOLÍVIA — A produção boliviana, uma das três maiores do mundo, provem de 4 principais distritos estaníferos, um dos quais, o do departamento de LA PAZ, tem uma de suas áreas produtoras na cordilheira de QUINZA CRUZ englobada na bacia do alto BENI.

Além desses três intens da produção extrativa mineral a área apresenta algumas ocorrências ainda não exploradas e outras cujas produção pode ser considerada pouco expressiva.

Entre as primeiras destacam-se as ocorrências de minério de ferro na bacia do rio UATUMA, no Estado do AMAZONAS, tendo a prospecção permitindo uma estimativa preliminar de 500 milhões de t de hematita porosa de fácil redução com teor superior aos 55% de Fe; a grande ocorrência de sal-gema denunciada pelas pesquisas a cargo da Petrobrás, comprovando uma quantidade da ordem de 10.000 bilhões de t; entretanto, os horizontes salinos se encontram a profundidades superiores a 1.000 m; e algumas ocorrências de lenhito no AMAZONAS e no AMAPÁ, ainda não avaliadas.

Entre as segundas, ou seja, entre os produtos minerais de produção pouco expressiva podemos citar:

— DIAMANTES — no território de RORAIMA: nas bacias dos rios MAÚ, TACUTU, COTINGA e URIRCUERA e na serra do TEPEQUEM; no território do AMAPÁ: na região de SANTA MARIA; no PARÁ: no município de MARABÁ; em MATO GROSSO: nas cabeceiras do ARINOS, afluente do JURUENA e no alto ARAGUAIA; e em GOIÁS, nos rios TOCANTINS e ARAGUAIA;

— OURO — no território de RORAIMA: na COTINGA e na serra do TEPEQUEM; no território do AMAPÁ: nas bacias do OIAPOQUE, do AMAPARI, do VILANOVA e do JARI; em MATO GROSSO, nas cabeceiras do ARINOS; e em GOIÁS: nos municípios de AMARO LEITE, CAVALCANTE, E DIANÓPOLIS.

Conforme ficou assinalado no estudo da geologia, a área da bacia é ainda muito pouco conhecida sob esse aspecto, o que admite algumas esperanças de revelações alviçareiras. O carvão mineral, por exemplo, chamou a atenção para a bacia TOCANTINS-ARAGUAIA e os geólogos que examinaram recentemente a área foram de parecer que os indícios apresentados constituem "motivo bastante importante para o estabelecimento e execução de um programa de pesquisas".

3.1.2 — Produção extrativa vegetal

Nas intrincadas, luxuriantes e compactas florestas que cobrem grande parte da bacia, destacam-se os seguintes produtos com os dados referentes a 1961:

— o Babaçu — no norte de GOIÁS e na área maranhense da bacia, com cerca de 1/10 da produção nacional;

— a Borrachá — em quase toda a área da bacia; na parte brasileira, produz cerca de 31.00 t, ou seja, 95% da nossa produção total;

— a Castanha-do-pará — 51.700 t, correspondentes a 100% da produção brasileira;

— as gomas não elásticas — a área concorre também com 100% da produção nacional, com cerca de 6.000 t; são extraídas principalmente da Balata, da Sôrva, da Coquirana e da Maçaranduba;

— o Guaraná — o estado do AMAZONAS é o responsável por toda a produção brasileira com 185 t;

— a Guaxima e a Malva — o PARÁ concorre com 90% da produção dessas duas fibras com 11.600 t;

— o Muçumuru — o PARÁ e o AMAPÁ apresentam-se como únicos produtores desta oleagínosa com um total de 1.600 t;

— a Piaçava — o estado do AMAZONAS produz 2.512 t que correspondem a 15% da produção nacional;

— Timbó em raiz — a produção atinge a 93 t, 100% da nacional;

— Madeiras — Conquanto a floresta apresenta uma grande variedade de espécies, estas se encontram muito disseminadas dificultando uma exploração em termos comerciais; assim, a exploração de madeiras se cinge às essências mais valiosas entre as quais se destaca o Mogno, que é exportado.

3.1.3 — Caça e Pesca

Sob êsse título podemos alinhar alguns produtos que desempenham importante papel na área: os peixes abundam na maioria dos rios da área, destacando-se entre as espécies o Pirarucu, cognominado de "bácalhau brasileiro"; os quelônios, encontrados em grande quantidade nos principais rios da bacia, se prestam, êles e seus ovos à alimentação, e suas carapaças, a uma série de manufaturas; e os jacarés, também abundantes, cujos couros permitem a manufatura de valiosos artefatos.

3.2 — Produção agrícola

Muitas das condições, na maior parte da área, se mostram grandemente desfavoráveis à agricultura em geral.

A agricultura de subsistência, por exemplo, ressentem-se da necessidade de desmatamentos muito onerosos para um curto período de produtividade, já que após o terceiro ano, há um grande declínio na produção de

grande parte dos relativamente poucos tipos agriculturáveis. Apresenta-se, em conseqüência, como deficiente para o próprio consumo da região.

Com a chegada do contingente japonês, após várias tentativas à procura de produtos que se adaptassem àquelas condições, a juta e a pimenta-do-reino se apresentaram com grande sucesso. Ambos, até então consignados em nossas listas de importação, passaram a ser produzidos no BRASIL, sendo que a pimenta-do-reino, ultrapassando o nosso consumo, já permite alguma exportação. Em 1961, com 100% da produção nacional, a área produziu 48.000 t de juta e 4.600 t de pimenta-do-reino.

Além desses dois produtos, apenas o cacau tem alguma significação concorrendo o PARÁ, o AMAZONAS e o AMAPÁ com 2.650 t, apenas 1,8% da produção nacional.

Dada a disseminação dos exemplares na densa floresta amazônica, alguns produtos catalogados na produção extrativa vegetal vêm sendo alvo de cultivo, como é o caso, principalmente, da seringueira (borracha) e do guaraná.

3.3 — Pecuária

A criação de gado se faz extensivamente na várzea, nucleada em torno dos "tesos" e nas manchas de campo existentes na área. Os maiores rebanhos se localizam no alto rio BRANCO (território de RORAIMA), na ilha de MARAJÓ (onde se encontra um contingente apreciável de búfalos — 68.000 cabeças) e na região do TOCANTINS (MA e GO). A produção se cinge, entretanto, ao consumo da área, com deficiência.

Predominam os bovinos, vindo em segundo lugar, com contingente razoável, os suínos. Os demais não têm expressão.

3.4 — Produção industrial

3.4.1 — Indústria de base

— Eletricidade — Embora a bacia conte com um grande potencial hidráulico, a localização das quedas d'água se apresenta desfavorável em relação aos centros de demanda. Apenas um empreendimento, a usina COARACY NUNES, no território do AMAPÁ, se acha em construção, devendo, em meados de 1964 produzir 23.000 kw e ao final da construção 115.000 kw. Situa-se no rio ARAGUARI e aproveita a cachoeira do PAREDÃO. A usina do ALTO TOCANTINS em fase de projeto definitivo, atingirá uma potência mínima prevista de 800 mil a 1 milhão de kw interessando a uma grande parte da área.

Por ora, toda a energia, na área brasileira na bacia, provém de usinas térmicas. BELÉM (produzindo 30.000 kw e com 34.000 kw em construção) e MANAUS (produzindo 22.500 kw) são as duas únicas

idades que dispõem de mais de 10.000 kw. Existem usinas menores em BOA VISTA, PÔRTO VELHO, RIO BRANCO e algumas outras localidades.

— Combustíveis — MANAUS dispõe de uma refinaria de petróleo, de propriedade da Companhia de Petróleo da Amazônia, com capacidade de 5.000 barris diários. Utiliza o óleo cru proveniente do PERU, complementado, quando necessário, com o da VENEZUELA. O óleo peruano é transportado pelas companhias produtoras Ganso Azul e El Oriente e o venezuelano por navios tanques da Fronape. Abastece, como norma, os Estados do AMAZONAS e do ACRE e os Territórios de RORAIMA e de RONDÔNIA, e com os excedentes, o PARÁ e o AMAPÁ, tendo já fornecido, esporadicamente, para o MARANHÃO, PIAUÍ e CEARÁ.

No setor da refinação devemos consignar a existência de refinarias em SUCRE, COCHABAMBA e CAMIRI cuja capacidade total orça pelos 11.500 barris diários e que abastecem o consumo interno da BOLÍVIA.

3.4.2 — Indústria de Transformação

Praticamente sem expressão. Há apenas pequenas indústrias de beneficiamento de gomas, resinas e óleos vegetais, de couros e peles, de madeiras de lei, de plantas medicinais, e alimentícias. Com o crescimento da produção de juta, vem tendo algum desenvolvimento a indústria têxtil com a fabricação de sacarias. A manufatura de artefatos obtidos com a utilização da carapaça dos quelônios e do couro de jacaré merecem citação por constituir atividade peculiar à área.

3.5 — Vias de transporte — Ver Mapa n. 17

3.5.1 — Terrestre

Os transportes terrestres na área têm expressão secundária.

— Ferroviário

A mais importante ferrovia assinalada na área da bacia é a que irs de SANTOS, no ATLÂNTICO a ARICA, no PACÍFICO, que a cruza em território boliviano e cuja conclusão depende do trecho SANTA CRUZ DE LA SIERRA a VILA VILA (da ordem de 300 km). Cabe assinalar, entretanto, que a sua importância se reflete mais para o BRASIL em áreas não pertencentes à bacia.

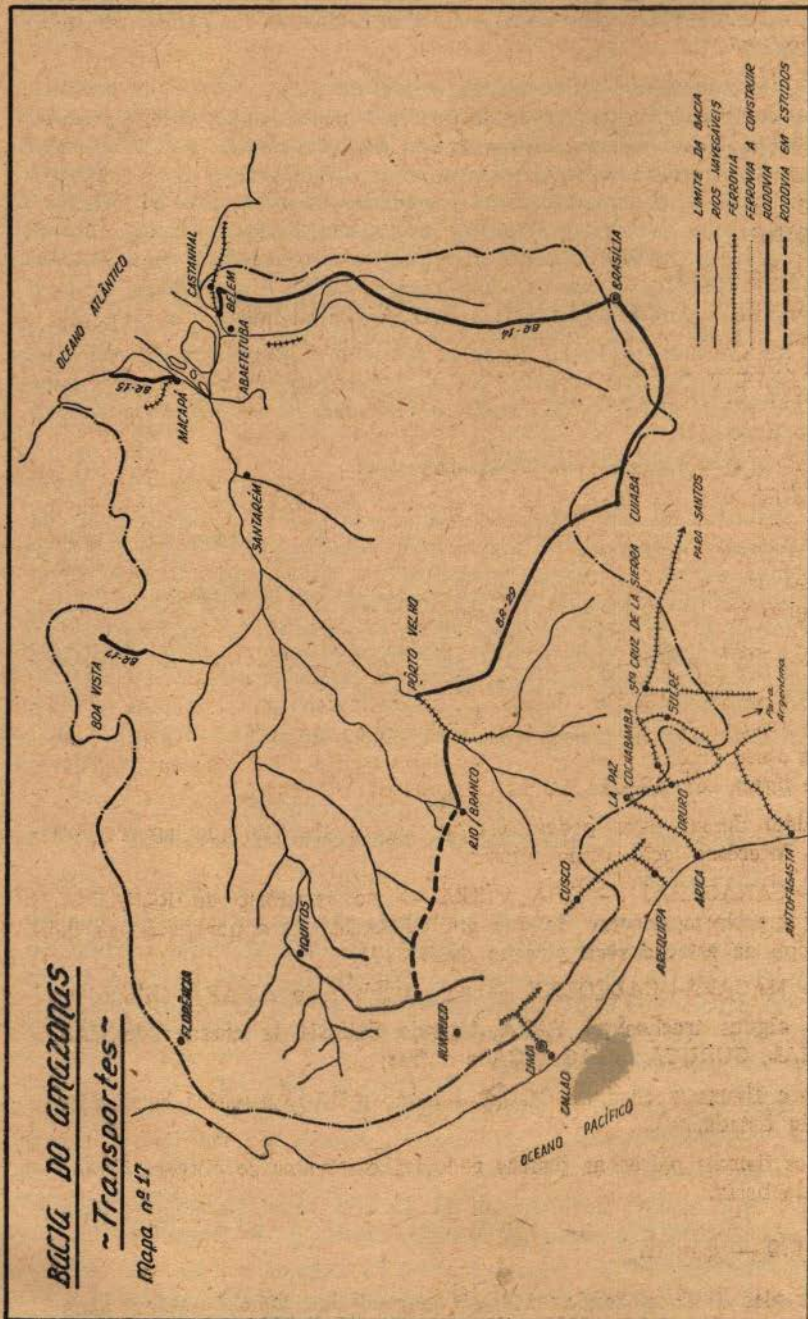
Além desta notamos alguns ramais de importância local, entre os quais destacamos:

— No BRASIL

— E F Amapá, no território do AMAPÁ, com 194 km de extensão, ligando MACAPÁ à serra do NAVIO, destinada ao transporte de minério de manganês;

— E F Tocantins, no PARÁ, com 117 km de extensão;

— E F Bragantina, também no PARÁ, com 107 km de extensão;



do estudo da hidrografia, foram apresentados detalhadamente os trechos navegáveis. As linhas regulares, nacionais e internacionais, se desenvolvem ao longo de todo o sistema, sendo de se salientar o movimento de alguns portos como BELÉM, MANAUS, MACAPÁ, SANTARÉM, PÓRTO VELHO, RIO BRANCO, no BRASIL, e IQUITOS, no PERU.

3.5.3 — Aéreo

As grandes distâncias a vencer e a precariedade dos transportes terrestres atribuem ao transporte aéreo um elevado índice de importância.

As capitais dos Estados e dos Territórios e algumas cidades estrangeiras, dispõem de aeroportos, sendo de se destacar os de BELÉM e de MANAUS. Há ainda um grande número de pequenos campos de pouso, alguns dos quais com características de campos pioneiros, lançados pela FAB, por vezes com o auxílio de missionários e índios, em locais de difícil acesso por outros meios.

Alguns trechos de rio permitem o pouso de aviões anfíbios, que são usados em escala apreciável.

3.6 — Comércio

O comércio exterior da parte brasileira da área representa ponderável contribuição não apenas na tonelagem, como no valor, em particular, pelo saldo apresentado.

Em 1961, os dados registraram uma exportação de cerca de 900.000 t (da ordem de 7% do total nacional), no valor de 15 bilhões de cruzeiros (mais de 6% do total nacional), contra uma importação de apenas 300.000 t, no valor de menos de 4 bilhões de cruzeiros.

Cabe considerar entretanto, que apenas um produto, o manganês, concorre com cerca de 90% daquela tonelagem e 30% daquele valor.

O comércio de cabotagem apresenta um certo equilíbrio entre a importação e a exportação, acusando, os dados relativos a 1961, um movimento da ordem de 6,5% e 5% do total nacional, respectivamente.

3.7 — Apreciação

A economia da bacia tem sua base na produção extrativa, indício eloqüente de um atrasado estágio de desenvolvimento.

A produção extrativa vegetal se estende por toda a área, enquanto a extrativa mineral se localiza em alguns poucos pontos.

O manganês se destaca pelo volume e valor apresentados.

O petróleo aparece com a peculiaridade de apresentar a área como, pelo menos por ora, a única região brasileira que, conquanto ainda se alimente de óleo estrangeiro, independe do tráfego marítimo para o seu abastecimento.

A produção agropecuária é deficiente e a indústria é praticamente inexpressiva.

O seu comércio, apesar de apresentar uma contribuição favorável ao nosso balanço externo de pagamento, é pequeno se atentarmos para a extensão da área em comparação ao total nacional.

Nas atividades da SPVEA repousam as esperanças no desenvolvimento e na valorização econômica de uma região que, ocupando mais de metade do nosso território, apresenta-se num estágio no qual a maioria dos aspectos deixa muito a desejar.

4 — ASPECTOS POLÍTICOS

A área da bacia, interessando diretamente a sete países da AMÉRICA DO SUL e a nove unidades da nossa federação, além de ocupar uma das mais vastas extensões fracamente povoadas do globo, apresenta alguns aspectos políticos de certa relevância.

Assim, no setor nacional, cabe assinalar a criação dos Territórios e da SPVEA.

Com a primeira, a União chamou a si a missão, por demais onerosa para os Estados, de desenvolver algumas áreas. Já rendeu seus frutos, embora modestos, e o AMAPÁ, RORAIMA e RONDÔNIA, pelo que representam hoje no cenário nacional, atestam sobejamente o acerto da medida.

Com a criação da SPVEA, organismo de âmbito regional, contando com recursos específicos, abriram-se novas perspectivas. É bem verdade que as pesquisas e o planejamento vêm absorvendo grande parte e, por certo, muito ainda terão a absorver, dos esforços e recursos disponíveis, pois que, a vastidão da área, a precariedade do sistema de transportes e o pouco conhecimento das condicionantes principais assim o impõem.

No setor internacional alguns problemas chamam a atenção, como o das fronteiras, o da criação do organismo internacional denominado "Hiléia Amazônica", o da instabilidade política de alguns países localizados na área, e o do contrabando.

As fronteiras na área se estabeleceram com bases no princípio do "Uti Possidetis" e o balizamento geral da maior delas, a do BRASIL, obedeceu ao estabelecimento das fortificações lusas citadas na apresentação dos aspectos históricos. Os principais aspectos que a revestem são os seguintes:

— BRASIL-GUIANA FRANCESA — As dúvidas tiveram fim com o laudo arbitral do Conselho Federal Suíço, de 1 de dezembro de 1900. A FRANÇA pleiteava grande parte do atual território do AMAPÁ;

— BRASIL-GUIANA BRITÂNICA — As dúvidas foram sanadas pela decisão arbitral do rei da ITÁLIA, em 1904. O BRASIL pleiteava o "divortium aquarum" e a INGLATERRA uma linha atualmente em território brasileiro. O laudo decidiu-se por uma linha intermediária;

— BRASIL-BOLÍVIA — A mais longa de nossas fronteiras apresentou vários problemas, alguns dos quais ainda em aberto. O mais sério foi a questão do ACRE, que se encerrou com o Tratado de Petrópolis, em 1903, pelo qual o BRASIL comprou à BOLÍVIA o território em litígio. Persistem ainda algumas questões, como sejam a que envolve o trecho que vai do Cêro de QUATRO IRMAOS às nascentes do Rio VERDE, a questão da ilha GUAJARÁ MIRIM (Isla Suarez) e a do rio XIPAMANU. Os entendimentos prosseguem sem grandes percalços;

BOLÍVIA-PERU — Numa disputa quase secular, houve a questão da região do alto MADRE DE DIOS, que foi encerrada com a sentença do presidente da ARGENTINA, em 1909;

— PERU-EQUADOR — É a fronteira mais disputada na área. O EQUADOR pleiteava estender o seu território até às margens do MARIPOSA-AMAZONAS, enquanto o PERU considerava sua tóda a região da província de MAYNAS, que se estende entre aquela linha e o rio PUTUMAIO. Durante mais de cento e vinte anos falharam tódas as discussões diplomáticas e tentativas de arbitramento. O Protocolo do Rio de Janeiro, assinado em 1942, estabeleceu a atual fronteira atendendo mais ao PERU que ao EQUADOR, com o que êste último não se conformou;

— PERU-COLÔMBIA — O PERU pleiteava a fronteira no CAQUETA, enquanto a COLÔMBIA a pretendia no AMAZONAS. Acordaram os dois países, em 1922, pelo meio térmo, lançando a fronteira no PUTUMAIO, ficando com a COLÔMBIA o "trapézio" de LETICIA, que lhe dá acesso ao grande rio. O Protocolo do Rio de Janeiro, de 1934, consagrou com pequenas modificações o acôrdo de 1922, resolvendo então a chamada questão de LETICIA, ocorrida em 1932 e na qual um grupo de peruanos se apoderou daquele pôrto fluvial;

— COLÔMBIA-VENEZUELA — A arbitragem foi o recurso para dirimir as dúvidas. A rainha regente da ESPANHA, em 1891, decidiu-se a favor da COLÔMBIA, fixando a fronteira no rio NEGRO (GUAINIA).

Nas demais fronteiras não foram suscitadas dúvidas.

O segundo problema no campo internacional foi o da "Hiléia Amazônica". A UNESCO, ao criar um organismo internacional vinculado à área, definia propósitos animadôres para seu desenvolvimento; entretanto, pareceu a alguns esconderem-se propósitos mais amplos e pouco confessáveis, originando-se daí uma grita que fêz mórrer no nascedouro aquela organização.

O problema da instabilidade política de vários países localizados na área é outro aspecto a considerar. Até a alguns anos atrás, embora tal instabilidade existisse, não causava maiores preocupações. Após o caso cubano, outras considerações devem ser feitas, acrescentando o fato da existência das colônias européias, em particular da GUIANA BRITANICA, pelos problemas que poderão advir de sua próxima emancipação.

Um outro aspecto da área é o do contrabando. A grande extensão das linhas de fronteira percorrendo grandes vazios, a existênica de algumas riquezas próximas a fronteiras que apresentam acesso mais difícil aos centros dos próprios países que aos do estrangeiro (como, por exemplo, é o caso dos diamante e do ouro do território de RORAIMA, mais fáceis de escoar pela VENEZUELA e pela GUIANA BRITANICA), além de outros fatores, propiciam campo fácil às atividades de contrabando.

Do que ficou exposto, podemos concluir que a área apresenta aspectos políticos de alguma complexidade sendo extremamente difícil apontar-lhes soluções ou antever o alcance de seus reflexos. Por outro lado, sentimos com alívio, uma grande influência da diplomacia na solução de grande número de problemas já surgidos, alguns dos quais se revestindo de uma aparente extrema gravidade, como foi, particularmente, o caso das fronteiras; e as condições gerais da área influenciando também de muito no sentido de amenizar os reflexos advindos de quaisquer focos de atrito.

5 — CONCLUSÕES

A característica predominante na bacia do AMAZONAS é a feição contraditória com que se reveste grande parte dos aspectos que a envolvem.

Se analisados sob determinado prisma surgem dando ênfase e chamando a atenção para a área, enquanto que, observados sob outro ângulo tornam-se fatores desfavoráveis, retirando qualquer importância que se lhe possa atribuir.

Assim, por exemplo, a grande extensão apresentando condições geográficas sensivelmente uniformes, permite que seja considerada uma das maiores unidades geográficas do globo, muito bem situada em relação aos grandes centros mundiais e com possibilidades de abrigar um grande contingente populacional; entretanto, essa mesma grande extensão, traduzida nas grandes distâncias a percorrer, aliada às mesmas condições que a tornam uniforme, particularmente o clima, conseqüente de sua posição relativa à linha do Equador, vem-se constituindo um verdadeiro desafio à sua efetiva colonização.

No setor dos transportes, apresentando a mais extensa rede fluvial navegável integrada do mundo, tipo de transporte interno considerado o mais econômico, sofre de tal modo as restrições imposta pelas condições gerais aos transportes terrestres, que, no balanço geral, a área aparece enfrentando sérios problemas nesse particular.

O desconhecimento quase total das possibilidades reais da área constituiria um fator desfavorável se nêle não se depositassem as esperanças de revelações que abrigem as possíveis soluções para os cruciantes problemas da área.

O impressionante potencial hidráulico de suas quedas d'água cede a sua possível importância às distâncias que as separam dos centros de demanda.

Os sérios problemas políticos que a tem envolvido têm sido resolvidos, através os tempos, mediante entendimentos obtidos pela simples intervenção da ação diplomática.

E assim por diante...

Tais fatos nos levam a considerar a bacia e o seu futuro como uma incógnita.

Alguns aspectos positivos aliados a algumas medidas politico-administrativas vêm trazendo uma atmosfera de relativo otimismo. Destacam-se, entre êles, as ocorrências reveladas de alguns minerais, como o Manganês e a Cassiterita, no BRASIL, e o Petróleo, na BOLÍVIA e no PERU, e, no setor político-administrativo, a criação por parte do BRASIL dos territórios e da SPVEA com as atividades que já vêm desenvolvendo.

No estágio atual, entretanto, a área deve ser considerada, e parece que ainda o será por muito tempo, como desempenhando papel muito secundário no cenário nacional e sul-americano.



INVASÃO DA GUIANA FRANCESA (*)

Cel CARLOS DE CASTRO TORRES

SUMÁRIO

- 1 — Antecedentes históricos.
 - a — O Tratado de Tordesilhas.
 - b — O Tratado de Nimègue.
 - c — O Tratado de Utrecht.
 - d — O Tratado de Paris, de 1797.
 - e — O antagonismo anglo-francês e a posição de Portugal (1799-1808).
- 2 — Considerações sobre a política do Príncipe D. João.
- 3 — Organização da expedição militar aliada.
 - a — Atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.
 - b — Atuação do Ten-Gen Governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Meneses.
 - (1) A proclamação de 1 de outubro de 1808.
 - (2) A organização da expedição.
 - (3) A participação inglesa.
- 4 — As operações preliminares.
 - a — A alteração feita na missão.
 - b — Posse solene da margem sul do Oiapoque.
 - c — Ação destacada do Cmt Lucas Yeo no rio Approuague.
 - d — Novos planos são traçados no quartel de Approuague.
- 5 — A conquista de Calena.
 - a — Os fatores da decisão.
 - (1) Estudo da missão e dos meios.
 - (2) Estudo do terreno e do inimigo.
 - b — O ataque às fortificações.
 - (1) As operações no dia 6 de janeiro.
 - (2) As operações no dia 7 de janeiro.
 - (3) As operações no dia 8 de janeiro.
 - (4) As operações no dia 9 de janeiro.
 - c — A intimação.
 - d — A capitulação.
 - e — A ocupação de Calena.
- 6 — Comentários.
- 7 — Bibliografia.

(*) O presente artigo, parte do Cap IX — Feitos da História Militar do Brasil, 1º vol., Período Colonial — 1500-1822, em preparo na Biblioteca do Exército, nos foi por esta cedido graciosamente para publicação. Os direitos autorais dêste trabalho são propriedade da Biblioteca do Exército.

"Na composição das tropas expedidas do Pará para a conquista de Caiena não entrou um só estrangeiro, à exceção de alguns poucos oficiais e praças-de-pré, nascidos em Portugal; todos os mais eram naturais do Brasil e a máxima parte da Província do Pará.

Soldados bisonhos, que ainda não tinham entrado em campanha e experimentado a ação do combate bélico, nunca voltaram a face nesta arriscada guerra; nunca recuaram e sempre afrontaram os perigos e a morte com firmeza e denôdo". (1)

1 — ANTECEDENTES HISTÓRICOS

a — O Tratado de Tordesilhas.

Duas bulas papais datadas de 1493, a "Ipter Coetera" e a "Dudum Siquidem", ajustavam a partilha das terras do Nôvo Mundo entre Espanha e Portugal. Essa divisão tornou-se imperiosa após os descobrimentos de Colombo, em 1492.

Dom João II sentiu-se prejudicado com o ajuste e exigiu, dos Embaixadores de Fernando e de Isabel, de Castela e Leão, uma revisão da partilha, conseguindo convencê-los a assinar o Tratado de Tordesilhas, pelo qual o meridiano demarcador entre as terras das duas Coroas ibéricas seria o que distava trezentos e setenta léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, e não apenas cem léguas, como fixavam as bulas de 1493.

Com o desaparecimento do Cardeal-Rei Dom Henrique, em 1580, realizava a Espanha um velho sonho — a junção das duas Coroas ibéricas na cabeça de Felipe II. Esse fato teve o alcance, entre outros de caráter diplomático, de eliminar as disputas ou reivindicações territoriais que até então eram objeto de controvérsias entre Madri e Lisboa. Os exaustivos esforços portugueses para substituir a Linha de Marcação pela Linha de Demarcação pareciam ter sido inúteis, pois decorridos apenas oitenta e seis anos da data do Tratado de Tordesilhas, Portugal já não tinha mais razões para suscitar questões de limites no Nôvo Mundo.

b — O Tratado de Nimègue.

Dentro dos seus legítimos direitos de soberano das duas Coroas, Felipe IV concedeu, em 1637, a Bento Maciel Parente, a Capitania do Cabo Norte, numa extensão de trinta ou quarenta léguas de território ao longo da costa, "desde o Cabo do Norte até ao rio Vicente Pinzon", com direito de transmissão hereditária a seus descendentes.

(1) Mello Moraes, ob. cit.

Carecia, conseqüentemente, de base legal a atitude tomada pelo Governador da Guiana Francesa, Marquês De Ferroles, ao pretender fixar a fronteira de sua colônia no rio Amazonas, em 1698, dando cumprimento às ordens de Luís XIV.

Os supostos direitos da França sobre a Capitania do Cabo do Norte e invocados pelo Marquês de Ferroles decorriam do que havia sido ajustado entre a França e a Espanha no Tratado de Nimêgute, de 17 de setembro de 1678.

A verdade é que êsse Tratado foi omisso quanto ao limite da colônia francesa na América. De Ferroles não agiu, na ocasião, como simples parlamentar que buscasse conciliar reivindicações; investiu contra os fortes portugueses.

A contra-ofensiva lusitana se processou de forma enérgica, com a retomada dos seus baluartes, e num momento de rara felicidade, pois a Liga de Augsburg (Espanha, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha) tinha impôsto ao expansionismo de Luís XIV uma parada, ainda em 1697. A França concordou em neutralizar a Capitania do Cabo do Norte, assinando com Portugal o Tratado Provisional, de 4 de março de 1700.

c — *Tratado de Utrecht, de 1763.*

No ano seguinte, 1701, houve nova alteração nas relações diplomáticas das nações européias, como uma resultante da habilidade diplomática francesa; Portugal repudiou a Inglaterra e uniu-se à França, na esperança de perpetuação da neutralidade do território entre os rios Oiapoque e Amazonas. Cedo, Portugal compreendeu que agira precipitada e ingenuamente, e apressou-se a corrigir o êrro assinando com os Países Coligados, inimigos da França, o Tratado de Grande Aliança, de 1703. Foi no momento azado que a Côrte de Lisboa fêz essa brusca mudança em sua política exterior; a guerra de Sucessão de Espanha (que irrompeu após o tratado de 1703) prolongou-se até o ano de 1713, quando os Coligados impuseram as condições de paz aos Embaixadores de Luís XIV, no Congresso de Utrecht, em 1713. A França teve que abrir mão, em definitivo, das suas pretensões de soberania sobre as terras que se estendiam do Oiapoque ao Amazonas. Êsse compromisso seria, contudo, desonrado oito décadas depois pelos líderes da Revolução Francesa e os governos seguintes.

O equilíbrio político europeu começou a sofrer abalos cada vez mais fortes, à proporção que os sonhos imperialistas dos homens da Revolução começavam a ter expressão geográfica. A conquista da Bélgica, em 1792, e a expedição ao Egito, em 1797, são fatos incontestes a provar que a nação francesa buscava ampliar suas fronteiras.

Espanha e Grã-Bretanha, potências navais e senhoras de vastos impérios coloniais, sentiram a necessidade de união, a fim de poderem con-

trabalhançar os avanços devastadores do exército francês com a força combinada de suas esquadras. Portugal não conseguiu manter uma situação de neutralidade, como talvez fôsse do seu interesse. E ao assinar, em 1793, dois tratados, um em Madri (julho), e outro em Londres (setembro), estava, automaticamente, subscrevendo o risco de uma provocação, e traduzindo sua intenção.

A intenção seguiu-se a ação. Um exército luso-espanhol cruzou os Pirineus Orientais, pelo Roussillon, sob o comando do Gen Ricardos. Batida essa expedição, a Espanha, sem consultar seu aliado ibérico, assinou a paz de Basiléia (1795); pior que isso, mudou de posição política, aliando-se à França.

Portugal ficou inteiramente desprotegido no tabuleiro continental, como um rei, numa partida de xadrez, à espera do "xeque-mate".

d — *Tratado de Paris, de 1797.*

A revanche não se fêz esperar. Os lances finais da luta reaberta pela França foram discutidos em Madri, em abril de 1796. O parlamentar português, Luís Pinto de Souza Coutinho, ainda tentou confundir o Embaixador francês apresentando-lhe para assinatura um tratado de neutralidade alegando que "desde o princípio da presente guerra tem conservado a mais exata neutralidade a respeito da França, sem tomar a menor parte na Liga, ainda que convidado para entrar nela".

É óbvio que a alegação era falha, e até paradoxal, pois o tratado de neutralidade apresentado pelo Embaixador português estabelecia, em seu artigo 3º que "os vassallos de Portugal, que se acham prisioneiros em França sem serem tomados em guerra ou no socorro dos aliados da Coroa, mas a bordo dos seus navios de comércio, serão prontamente restituídos e postos na sua inteira liberdade, assim como o são todos os franceses existentes nos domínios de Portugal ou que a eles aportam".

O Embaixador francês não teve reservas nem fêz cerimônias ao apresentar as condições mediante as quais a República Francesa faria a paz com Portugal. Foi objetivo, claro, definindo de modo inflexível as pretensões do seu governo:

- 1º) Retrocessão de tôdas as terras e ilhas do curso principal do rio das Amazonas, que no futuro servirá de limite entre a Guiana Francesa e o Brasil, desde o rio Negro até o oceano Atlântico;
- 2º) A livre navegação do rio das Amazonas para os franceses, os espanhóis e os portugueses, que dividirão entre si as margens desse rio;
- 3º) Uma indenização de vinte e cinco milhões de libras tornezas, em espécie, pagáveis à vista; (2)

Cabo Cassiporé

~ CROQUIS DA COSTA DO AMAPÁ ~

N

S

50°0'0"

3°0'0"

OCEANO ATLÂNTICO

• Monte do Cunani
ou do Mayé

Rio Cassiporé

Rio Calsoene

Rio Amapá Grande

Cabo do Norte

Ilha de
Maracá

Ponta Turluri

Cabo Raso

0 10 20 30 40 50 km

Rio Araguari

Fazenda do
Araguari

Ponta Grossa

- 4º) A admissão de navios franceses nos portos dependentes de Portugal no mesmo pé de igualdade com os da nação mais favorecida e especialmente a participação pela nação francesa de tôdas as vantagens asseguradas à Inglaterra pelo tratado de 1703 e outros subseqüentes" (2).

Os debates diplomáticos continuaram; os representantes lusos tentavam amainar o rigor das imposições francesas. Os meses foram-se passando e Portugal esperava, nas delongas, uma mudança nos acontecimentos, um fato inesperado, algo nôvo que pudesse propiciar condições mais vantajosas. E, na verdade, isso ocorreu com a colocação do diplomata Barthélemy à frente da Comissão Executiva da República Francesa. Esse prócer da Revolução era conhecido de Pinto da Luz, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, futuro Visconde de Balsemão. Novos embaixadores são designados a fim de concluírem a paz; o plenipotenciário português foi, desta vez, o Ministro Antônio de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, de acentuada tendência francófila. Como representante francês atuou o próprio titular do Ministério das Relações Exteriores, Talleyrand. Seja porque precisasse do dinheiro da indenização pedida a Portugal, seja porque desejasse resolver o assunto antes que a Inglaterra conseguisse intervir, o fato é que o acôrdo Araújo — Talleyrand foi feito com desusado açodamento, e descontentou tanto o Conselho dos Anciãos (em Paris), como a Côrte do Príncipe Dom João. O Tratado, datado de 10 de agôsto de 1797, estabelecia no artigo 8º:

"Os limites entre as duas Guianas, francesa e portugüesa, serão determinados pelo rio chamado pelos portugüeses Cal-suene, e pelo franceses Vicente Pinzon, que deságua no Oceano acima do Cabo Norte cêrca de 2 graus e 1/2 de latitude setentrional. Aquêles limites seguirão o dito rio até à sua vertente e depois por uma linha reta, tirada da dita vertente na direção Oeste até o rio Branco".

Ficava ainda firmada a indenização de 10 milhões de libras torneas, a serem pagas por Portugal à França, como parte das compensações de guerra.

Nenhuma das nações interessadas se sentiu feliz com a assinatura do Tratado de 10 de agôsto de 1797. Araújo de Azevedo foi acusado pelo Ministro Luís Pinto de haver exorbitado dos poderes de que se achava investido. Na França, um respeitável político, Barbé-Marbois, encabeçou séria opposição à ratificação dêsse Tratado.

O Governô inglês achou que o acôrdo Araújo — Talleyrand infringia o Tratado que Portugal havia assinado com a Grã-Bretanha em 1703. Finalmente o Tratado foi considerado caduco pelo Diretório, e Antônio

(2) Goycochêa, ob. cit.

de Araújo, que havia prodigalizado "indenizações e dádivas secretas" para conseguir a assinatura do acôrdo, foi trancafiado na Torre do Templo, em Paris, por três meses, e, depois de colocado em liberdade, "convidaram-no" a deixar a França, em curtíssimo prazo...

As "dádivas secretas", expressão polida da palavra subórno, foram distribuídas às mancheias por Araújo, em Paris, com o fim de obter a ratificação, em curto prazo, pelo Diretório, do Tratadô de 1797. Nesse interim já se sabia em Lisboa que a tropa francesa designada para invadir Portugal estava acampada em Perpignan, sob o comando de Auge-reau.

Num ponto a Coroa portugêsa sempre se mostrou inflexível ao discutir os têrmos do Tratado de Paris: a fronteira seria no Calsuene, e segundo as instruções de Luís Pinto, não se deveria ceder "polegada de terreno ao norte do rio Amazonas e muito menos a livre navegação do mesmo rio". Isso era a marca evidente da sábia política portugêsa.

Enquanto que as propostas e contrapropostas diplomáticas na Europa giravam basicamente em têrmos de indenizações (pagáveis parte em dinheiro, parte em diamante, pau-brasil e outras mercadorias) e da fixação do linde entre as colônias americanas, o Governador do Pará, Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho, irmão do Ministro da Marinha e Ultramar, não admitia qualquer estabelecimento, feitoria ou prova de soberania dos franceses ao sul do Oiapoque e, como homem de ação que era, "em pessoa fêz uma expedição pelo interior destruindo as habitações existentes". Se assim procedia, era porque desejava eliminar das proximidades da foz do Amazonas o incômodo vizinho, e conservar, em tôda a plenitude, a área colonial sob sua administração.

e — *O antagonismo anglo-francês e a posição de Portugal (1799-1808).*

O golpe de estado de 18 de Brumário (9 de novembro de 1799) vi-nha trazer novas perspectivas diplomáticas para a assinatura de um tratado de paz entre Portugal e França. Napoleão, elevado à posição de Primeirô Cônsul, condescendia em aceitar que a fronteira entre as colônias americanas ficasse definitivamente estabelecida no Oiapoque; era a anuência francesa ao Tratado de Utrecht. Exigia, por outro lado, uma indenização humilhante: 18 milhões de libras, quantia próxima da que Carlos IV, da Espanha havia aconselhado o Príncipe Dom João a aceitar (20 milhões de libras tornezas).

Portugal repeliu, mais uma vez, a proposta de paz tachando-a de indecorosa e extorsiva. Todavia, as vitórias de Napoleão na Europa incentivavam a impertinência da diplomacia francesa. As glórias alcançadas em Hohenlindenm, sôbre os austríacos, colaboravam no fortalecimento ascensional do prestígio do Exército Francês, e para as exigências cada vez mais descabidas dos diplomatas de Paris.

Luciano Bonaparte, irmão do Cônsul, é acreditado Embaixador junto à Côrte de Madri Levava também instruções para negociar a paz com Portugal.

Antes mesmo da abertura das negociações com os representantes de Lisboa, Luciano Bonaparte assinou conjuntamente com os representantes de Carlos IV, de Espanha, uma Convenção de Aliança Militar. Mais ainda, ficou estabelecido que a Espanha enviaria a Portugal um ultimato exigindo, entre outros pontos fundamentais, o abandono da aliança com a Inglaterra, a abertura dos portos do Reino aos navios espanhóis e franceses, e o fechamento dos mesmos aos navios da Grã-Bretanha. Os termos do ultimato, já se vê, eram inaceitáveis. A 27 de fevereiro de 1801 a Espanha declarava guerra a Portugal, e a 24 de maio Portugal retrucava com outra declaração de guerra à Espanha.

A luta foi curta. As discussões dos termos do tratado de paz entre Portugal e França tiveram, desta vez, lugar em Badajoz, atuando como Plenipotenciário francês, Luciano Bonaparte, e como representante português, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Manoel de Godoy, o Príncipe da Paz, presenciou as negociações diplomáticas.

À medida que os exércitos franceses sacudiam e ameaçavam os tronos dos monarcas europeus, ia-se tornando cada vez mais proeminente e sólida a posição do Primeiro Cônsul, tanto na política interna do seu país como no cenário intercontinental. Praticamente tôdas as nações do mundo ocidental sentiam que deveriam optar por uma das duas soluções: aliar-se à França ou preparar-se para lutar contra ela. Uma terceira posição, a de neutralidade, só poderia ser entendida como fase de expectativa momentânea. A atitude de Portugal, na época, conseguindo tergi-versar nas argumentações diplomáticas, postergar durante vários anos a assinatura de tratados de paz desvantajosos com a França, furtar-se à aceitação de condições indesejáveis de um acôrdo que lhe era proposto na ponta de uma espada, tudo isto revela as artimanhas diplomáticas de que era capaz o Ministro Luís Pinto. Para muitos historiadores essa atitude foi de felonía, indecorosa, bifronte. Para a colônia portuguesa da América ela foi sempre objetiva e firme: não ceder "polegada de terreno ao norte do rio Amazonas e muito menos a livre navegação do mesmo rio..."

A partir da declaração de guerra de Portugal à França, no dia 24 de maio de 1801, as condições para as negociações de paz eram altamente desfavoráveis para os representantes do Príncipe Regente. A essa altura já um exército franco-espanhol começava o assédio às praças portuguesas. Em menos de um mês, Olivença, Juromenha, Campo-Maior, Elvas já tinham caído em poder do adversário.

Luciano Bonaparte mostrou-se pressuroso na apresentação das condições para a assinatura do tratado de paz. Dessas condições, pelo menos quatro cláusulas repetiam as velhas aspirações do Governo francês:

- fechamento total dos portos de Portugal às embarcações inglesas;
- uma indenização de trinta milhões de libras tornezas;

- entrada dos lanifícios franceses em Portugal;
- “cessão à França do Forte Macapá, e da costa do Amazonas até ao Forte”.

Achava-se o Plenipotenciário português de posse dessas condições quando chegou, de súbito, a Badajoz, o correio de Paris com novas instruções do Primeiro Cônsul, estipulando condições muito mais pesadas para serem impostas a Portugal no tratado de paz. Nessa ocasião, o exército espanhol em seu avanço quase sem luta, já progredia sobre a província do Alentejo.

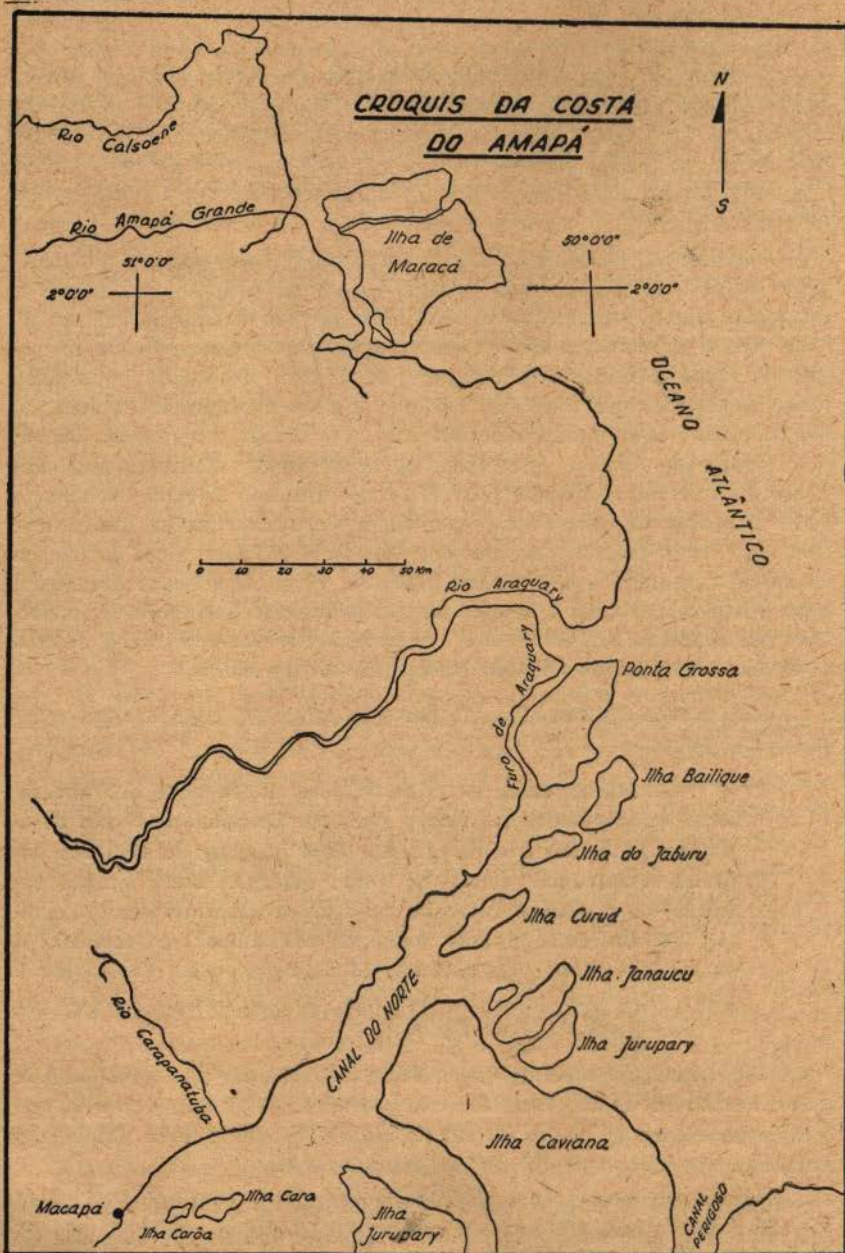
O assunto ia, conseqüentemente, ser inteiramente revisto. O Embaixador francês julgou que não deveria alterar as propostas já feitas, e, assumindo digna atitude, firmou com Portugal um tratado de paz no dia 8 de junho, porém com a data de 6. Ignorava, desse modo, as instruções do Primeiro Cônsul. A ratificação do Tratado de Badajoz, que poria termo à guerra entre Portugal, Espanha e França se processou sem delongas, quanto aos países ibéricos; mas, em Paris, o Primeiro Cônsul ficou indignado com o desrespeito às suas ordens. Conseqüentemente o acôrdo não foi ratificado pelo Governo francês. Luciano Bonaparte pediu demissão do cargo, mas advertiu à Côrte portugüesa que outras condições, mais pesadas, seriam impostas pela França. Ante a ameaça do cutelo levantado (pois o Gen Saint-Cyr já se encontrava em Madri com ordens de marchar e ocupar as três províncias portugüesas), o parlamentar Cipriano Ribeiro Freire, recém-nomeado por Dom João, firmou o tratado definitivo de paz, em Madri (29 Set de 1801).

Dêsse acôrdo interessa-nos, de perto, o artigo IV cuja integral redação é a seguinte:

“Os limites entre as duas Guianas, Portugüesa e Francesa, serão determinados no futuro pelo rio Carapanatuba que deságua no Amazonas a cerca de um terço de grau do Equador, latitude setentrional, acima do Forte Macapá. Esses limites seguirão em direção o curso do rio até sua nascente, donde seguirão em direção à grande cadeia de montanhas que constitui o divisor de águas; êles seguirão às inflexões desta cadeia até o ponto onde ela mais se aproxima do rio Branco a cerca do 2º grau e um terço do Equador”.

Vê-se, conseqüentemente, que a França aproveitou essa oportunidade para a realização de um velho sonho imperialista — levar o limite de sua colônia americana até a foz do rio Amazonas, já que a linde descia, definitivamente, para a 0º 10' 00" de latitude norte.

Todavia, foi de inconformismo, em Portugal, a aceitação dessa cláusula do acôrdo que admitia a bandeira francesa praticamente na foz do Amazonas. Era de se prever que o Príncipe Dom João o denunciaria na primeira oportunidade. Foi o que ocorreu logo após o Congresso de



Amiens, onde foi concluído um tratado de paz entre a França, a Inglaterra, a Espanha e a Holanda.

Nesse tratado, assinado a 27 de março de 1802, a Inglaterra agira hábilmente com relação aos interesses coloniais portugueses, e conseguira colocar em cláusula ostensiva um artigo secreto que fôra objeto das preliminares da paz. Pelo exame desse artigo se percebe que a França admitia a hipótese de abandonar a fronteira no Carapanatuba e voltar ao Araguari. Era, sem dúvida, um horizonte promissor para o plenipotenciário português, Cipriano Ribeiro Freitas, ao ter que reiniciar com Luciano Bonaparte discussões para as bases de um novo acôrdo.

O artigo secreto, objeto das preliminares da paz, mais tarde estipulado como artigo VII do Tratado de Amiens, estava assim redigido:

“Fica entendido entre as partes contratantes, que pelo artigo seis, relativo a Portugal, não é pôsto obstáculo, seja às combinações que tiveram lugar entre as sôrtes de Madri e de Lisboa para as ratificações de suas fronteiras na Europa, seja às que possam ter sido feitas entre os Governos da França e de Portugal para a delimitação de seus territórios na Guiana, bem entendido que esta delimitação não excederá a que foi combinada pelo tratado assinado em Badajoz, a 6 de junho último entre os Ministros da França e de Portugal, e comunicado pelo plenipotenciário francês em Londres por sua Nota de 18 do mesmo mês”.

Poderia parecer que êsse êxito da diplomacia britânica satisfaria ao Príncipe Regente. Tal, porém, não ocorreu. Longe de exultar com a provável aquiescência da França em regredir para o Araguari, Dom João mostrou-se inconformado com os termos do Tratado de Amiens, alegando que nenhum representante seu havia participado do Congresso de Amiens, embora Portugal não tivesse participado da Segunda Coligação contra a França. Além disso, havia outro assunto que muito mortificava a Coroa portuguesa: era a perda de Olivença, ao sul de Badajoz, praça de guerra que figurava como bastião da defesa avançada da província do Alentejo, situada a menos de duzentos quilômetros de Lisboa.

A mudança da linha política portuguesa passa a ser facilmente compreendida, a partir de 1803, quando se observa que em substituição a Luís Pinto fôra nomeado para o cargo de Ministro dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros o mais ardente francófilo da Côrte de Dom João, Antonio de Araújo de Azevedo, conhecido nas rodas diplomáticas pelo epíteto de “Chevalier d’Araújo”.

A orientação até então vigorante, de simpatia e aliança aos ingleses, ia sofrer uma inflexão brusca. O representante diplomático de Paris em Lisboa, Gen Lannes, tinha grande ascendência sobre o Príncipe Regente e tratava mesmo Dom João com visível desprezo, o que irritava a Côrte,

O Gen Junot, substituto de Lannes como Embaixador acreditado em Lisboa, levou, em 1805, a Dom João uma carta de Napoleão na qual o Imperador da França tecia considerações para uma política de entendimento mútuo visando a "fazer o maior mal à Inglaterra".

Conhecendo-se a afinidade política de "Chevalier d'Araujo" não será difícil deduzir porque, ao se organizar a Terceira Coligação contra a França, a diplomacia portuguesa optou por uma linha de neutralidade.

Os últimos meses do ano de 1805 registram a caracterização de um fato histórico que aos poucos estava se configurando na política internacional do Velho Mundo: A Inglaterra, após a vitória naval de Trafalgar (22 de outubro), consolidou sua posição de maior potência marítima européia; a França, após os êxitos napoleônicos em Ulm (20 de outubro) e Austerlitz (26 de dezembro), consagrava-se a maior potência continental.

Todavia, dentro do princípio de que "a guerra é uma continuação da política por outros meios", fácil será compreender que a Quarta Coligação (Inglaterra, Prússia, Rússia e Suécia) contra a França representava mais um esforço para restabelecer as fronteiras que Napoleão ia, à ponta de lança, sucessivamente deslocando para o leste. Os Coligados viram o sepultamento de seus planos no acôrdo assinado a 8 de julho de 1807, entre Napoleão I e Alexandre I, na Rússia. Mais do que uma simples vitória militar, o Imperador dos franceses conseguiu em Tilsit uma vitória ponderável no terreno diplomático, obtendo a aliança da Rússia, e da Prússia, fazendo com que êstes países colaborassem no bloqueio contra a Inglaterra. Estava, assim, garantida, por ora, a questão numa das frentes. Faltava o ajuste de contas a oeste, ou seja, Portugal.

A 12 de agosto de 1806 o Embaixador Araújo recebeu o ultimato da França e da Espanha que exigia nada menos do que:

- 1º — o rompimento de relações com a Inglaterra;
- 2º — o fechamento dos portos portugueses aos navios ingleses;
- 3º — o confisco das mercadorias inglesas existentes em Portugal;
- 4º — a prisão dos vassallos de George III que habitavam no país;
- 5º — a incorporação da esquadra portuguesa à França.

Podemos imaginar quão difícil era decidir por uma das duas linhas de ações que se apresentavam ao Príncipe Regente: aliar-se à França e, neste caso, sofrer as represálias da Côte inglesa, ou passar-se para o lado contrário, isto é, ceder às exigências dos ingleses, sofrendo as sanções de Napoleão e Dom Godoy.

Uma terceira linha de ação, tão suspirada pelo Príncipe, a da neutralidade, já se desvanecera ante a intransigência da França e Espanha, que se mostravam dispostas a não aceitar soluções intermediárias.

Seguiu-se a precipitação dos fatos com uma violência que mal dava tempo à Côte Portuguesa para deliberar, senão tranqüila, pelo menos

coerentemente. A 1 de outubro o Embaixador espanhol e o atento diplomático de Napoleão deixaram a Côte de Lisboa. Sentindo que a espada de Dámocles ia despencar, Dom João resolveu decretar, a 20 de outubro, a adesão de Portugal ao bloqueio continental impôsto pela França e Espanha, em agôsto; logo após decretou a prisão dos cidadãos ingleses residentes no país e o confisco dos respectivos bens.

A reação inglêsá não se fêz esperar e o Príncipe Regente, alterando violentamente a linha de ação já eleita, ratificou, no dia 8 de novembro, uma Convenção assinada com a Inglaterra na data de 22 de outubro, na qual estava decidida a transmigração da Família Real portugûesa com grande número de nobres e seus familiares para o Brasil, sob a garantia da esquadra de Sua Majestade Britânica.

A essa altura dos acontecimentos, os representantes de Paris e Madrid já haviam firmado um acôrdo eliminando Portugal do mapa; era o Tratado de Fontainebleau, assinado a 27 de outubro de 1807. As colônias portugûesas seriam também divididas, conforme estabelecia o artigo 13 dêsse Tratado.

Decorrido menos de um mês da assinatura dêsse acôrdo, o General Junot invadiu o território portugûes e a vanguarda do exército francês, quando chegou a Lisboa, ainda pôde apreciar as últimas velas brancas das naus lusitanas singrando rumo ao Brasil, comboiadas pelos navios da Marinha de Sua Majestade Britânica. A bordo do "London", vigian-do tudo o que se passava, e como que desconfiando de qualquer contra-marcha nos acontecimentos, Lorde Strangford, que considerava as atitudes tomadas por Dom João sempre dúbias.

A concentração da esquadra lusa levava todos a crer que se ultimavam os preparativos para a transmigração da Côte Portugûesa para o Brasil, mas havia a possibilidade de que a mesma passasse a integrar, de súbito, as fôrças navais franco-espanholas.

Para não deixar dúvidas quanto às conseqüências de qualquer traição, ou mesmo para prevenir um mau êxito devido às delongas ou omissão, a nota inglêsa que chegou às mãos de Dom João tinha a objetividade e clareza dos documentos que não aceitam dupla interpretação. Lorde Strangford não desejou usar, por certo, uma linguagem rebuscada nem delicada ao declarar em nota de 11 de outubro que "também Sua Majestade Britânica nunca consentiria que as fôrças navais das potências neutras engrossassem as fôrças de seus inimigos".

Na apreciação do Alte Sir Sidney Smith, o Govêrno francês tinha que reconhecer mérito em pelo menos um aspecto da viagem que Dom João acabava de empreender: a Inglaterra não poderia ocupar as colônias portugûesas na América sob o pretexto de protegê-las, o que seria inevitável se a Côte de Lisboa não emigrasse para o Brasil.

Para melhor entendimento da situação da fronteira entre as colônias francesa e portugûesa, em janeiro de 1808, necessária se faz uma visão

retrospectiva ao Tratado de Madri (de 29 de setembro de 1801) que, conforme já referido, não foi ratificado pelo Governo de Paris.

O Governador de Caiena, Victor Hugues, mandou publicar o Tratado (que descia a fronteira da Guiana para o rio Carapanatuba) e enviou uma cópia dessa publicação ao Governador do Pará, Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho. O portador dessa documentação foi o próprio secretário particular do Governador Hugues; outros elementos, inclusive um engenheiro, sábios e artistas integravam a equipe chefiada pelo secretário Laurent. Essa equipe tinha como missão esclarecer o "governo francês sobre as vantagens que se poderia tirar das terras concedidas".

Dom Francisco Maurício desconhecia o acôrdo da fronteira pelo Carapanatuba e só consentiu que a missão francesa fizesse os reconhecimentos que pleiteava sob a escolta de oficiais portugueses. Após uma curta exploração a equipe francesa retornou a Caiena, não sem ter percebido o valor estratégico das "terras concedidas" pois o Governador Hugues em seu relatório ao Ministro da Marinha e Colônias esclarecia que este território (entre o Araguari e o Carapanatuba) "será para nós, em relação ao Amazonas, o que Trindade é para os ingleses em relação ao Orenoco".

Ao partir desse evento (janeiro de 1802) nenhuma medida efetiva foi tomada pelos franceses ou pelo Governador do Pará para a ocupação da faixa entre o Oiapoque e o Carapanatuba. Os portugueses só eventualmente se atreviam a deixar, em rápidos reconhecimentos, o Forte de Macapá, que ocupava uma posição ao sul do Carapanatuba.

Na ocasião da chegada da Família Real ao Brasil era Governador do Pará o Ten-Gen José Narciso de Magalhães de Meneses, que ocupava o cargo desde março de 1806. Victor Hugues ainda continuava, no início de 1808, a exercer as funções de Governador da Guiana Francesa.

A prolongada contenda em torno do linde na margem norte do rio Amazonas não poderia, de forma alguma, ser considerada como resolvida. Ao contrário, ia entrar em uma nova fase a disputa franco-luso-brasileira pelas terras sul-americanas: a luta armada.

2 — CONSIDERAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA DO PRÍNCIPE D. JOÃO

Há quem considere, pela forma mais negra, a conduta do Príncipe Regente durante os acontecimentos que precederam a transladação da Família Real para o Brasil, em 1808.

A verdade é que as atitudes de Dom João serão melhor entendidas se nos situarmos na posição em que se encontrava o Príncipe, desde que assumiu o governo interinamente, em 1792, por motivo da doença mental de D. Maria I. Nessa ocasião, a Revolução Francesa já difundida na Europa os princípios de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" e alastrava pelo mundo uma ideologia que iria abalar, nas raízes, as concepções sobre governo — povo — nação em que se haviam firmado, até essa

oca, as casas reinantes. No campo político firmaram alianças diversos estas-coroadas tendo em vista a organização das Coligações que visavam se opor aos exércitos franceses, e com isso, à derrubada do Governo republicano da Revolução. No setor militar apareceu a figura de Nação, o genial corso que iria alterar completamente o cenário político europeu que permanecia praticamente inalterado desde o Tratado de Westfália, de 1648. Em poucos anos, dois grandes pólos de força centralizaram as atenções políticas mundiais: a França, como poder continental resistível, e a Inglaterra, como primeira potência marítima, senhora das rotas oceânicas.

Portugal, por um determinismo geográfico, deveria sentir-se na posição de ferro em brasa, entre o malho e a bigorna. Era um país de colônias ultramarinas, mercantilista; como tal, desde o descobrimento de Ceuta, em 1415, não poderia prescindir do livre uso dos mares para suas relações de troca. Sob esse aspecto, era de seu interesse uma permanente aliança com a Inglaterra. Por outro lado, como país integrante do continente europeu, não poderia isolar-se ou resistir ao turbilhonamento esfechado com o imperialismo francês. Enquanto Napoleão buscava um equilíbrio para a expansão francesa, no leste, ainda foi possível a Dom João protelar decisões e postergar a definição de uma política nitidamente anglófila ou francófila. Mas, após o Tratado de Fontainebleau (22 de outubro de 1807) e o ultimato franco-espanhol entregue a Araújo de Saldanha, desvaneceram-se para Portugal tôdas as esperanças de neutralidade na luta entre o poder marítimo e o poder continental europeu.

Verdade se diga que ao Príncipe Regente foram feitas propostas de aliança, quer por uma parte, quer por outra. Mas cada proposta de aliança era acompanhada, quase que invariavelmente, de uma advertência sobre as conseqüências e represálias que o país sofreria se não concorresse integralmente com os termos do tratado apresentado. No dilema de saber quem lhe seria menos extorquidor é que o Príncipe se debatia.

O que Dom João sempre sentiu e previu é que deveria fazer o jogo das conveniências para os seus vassallos, embora criticado acerbamente por a própria Côrte, buscando abster-se de um pronunciamento que êle sabia ser irreversível. Em tudo isso quem mais lucrou foi o Brasil, que não apenas teve a sua extensão territorial ampliada, mas também conseguiu projetar-se no cenário internacional e, pouco depois, aparecia como uma nova nação americana, herdando um maravilhoso patrimônio de D. João tão sàbiamente havia preservado da desagregação.

— ORGANIZAÇÃO DA EXPEDIÇÃO MILITAR ALIADA

a — *Atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.*

Se houve um personagem que manteve uma linha de conduta inalterada, coerente, durante mais de vinte anos, anglófilo até à medula, essa figura foi Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

O talento e o espírito de previsão de Dom Rodrigo no tocante à conquista da Guiana remontam ao longínquo ano de 1796, quando ocupava a Pasta da Marinha e, com a ausência implícita do Príncipe Regente escreveu ao seu irmão, Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho, então Governador do Pará, uma carta dando-lhe instruções

“para que vendo probabilidade de poderdes conquistar a Ilha de Caiena e domínios Franceses na Guiana, assim o façais, mandando para êsse fim uma expedição que Deus Nosso Senhor permitirá não seja funesta às nossas armas; não devendo decidir-vos atentar êste feito de armas, sem primeiro haverdes achado que há tôda a probabilidade que o sucesso seja feliz como na paz geral êle propunha restituir êste estabelecimento que de nenhum modo me convém guardar, cuidareis principalmente em estabelecer a antiga ordem que ali existia, e em dar tôdas as providências necessárias para que as novas culturas de canela, cravo, a noz-moscada que os Franceses ali introduziram, se transportem para o Estado do Grão-Pará procurando animar e promover a criação e extensão de tais culturas, não só em todo êsse estado, mas também em todo o Brasil...”

É exuberante nesse documento a determinação de uma atitude agressiva, no campo militar, uma visão de estadista, no setor político e uma pretensão agrícola, no setor econômico.

Aliás, muito deve o Brasil, e o Ensino Militar, em particular, ao espírito esclarecido do Conde de Linhares. A criação, no Rio de Janeiro, de uma Academia de Guardas-Marinhas e de uma nova e melhor Academia Real Militar são frutos da insistência de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho junto ao Príncipe Regente, para a criação de altos órgãos de ensino na nova Côrte. São da organização do próprio Linhares o regulamento e o estabelecimento do currículo da nova Academia Real Militar, cujo curso completo abrangia sete anos, e onde deveriam ser ministradas aulas ecléticas, desde o “estudo das pólvoras de artilharia” até os princípios básicos da “química, filosofia química, zoologia” e “exercícios práticos das linguas francesa e inglêsa e a esgrima”.

Sôbre a situação de Dom Rodrigo na Côrte merece ser citada a opinião ponderada e imparcial do Visconde de Cairu, ao traçar-lhe o elogio fúnebre, a 26 de janeiro de 1812:

“Assim acabou um dos mais insignes varões do império português, morrendo não menos vítima da própria virtude e energia, que da malignidade e emulação dos que se viam deslumbrados com os resplendores do angélico espírito com que a natureza o dotou”.

“A morte dêste servidor do Estado e honra de Portugal se pode justamente considerar como uma calamidade nacional. Ela foi lamentada por todos os bons patriotas, e será sentida em

tôdas as partes em que se respeitar o trono e o nome lusitano, e com especialidade no Brasil, onde, visto mais de perto, era reconhecido como o homem necessário à monarquia, e não só igual, mas superior aos negócios de que estava encarregado pela inimitada e merecida confiança do seu Príncipe, e que êle desempenhava, em tão difficil crise política a que o reino se vê reduzido". (3)

Nomeado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho na data de 11 de março de 1808 para o Ministério dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, escreveu, a 22 do mesmo mês, ao Governador do Pará, Ten-Gen José Narciso de Magalhães de Meneses dando-lhe instruções sôbre o modo de proceder no caso da Guiana Francesa:

"Ora se expedem Avisos ao Governador de Pernambuco, e ao do Maranhão; ao primeiro, para que lhe remeta um corpo de oitocentos a mil homens de gente voluntária e escolhida; ao segundo, para que ponha as fôrças militares das suas Capitánias à disposição de V. Exa.; e que S. A. R. deseja, que V. Exa. possa obrar dêsse lado ofensivamente, para reintegrar primeiramente as nossas fronteiras ao que eram antes dos infelizes Tratados de Paz de Badajoz e de Madri, e para destruir Caiena com o socorro dos inglêses, se por uma feliz combinação puder ter lugar um tão desejado resultado. A ruína total de Caiena seria para os Reais interêsses um objeto de Grande Valor, e dela S. A. R. desejaria, que V. Exa. conservasse, e transplantesse para o Pará a árvore da noz-moscada, que ali existe, e nunca se pôde conseguir". (4)

Nessas instruções percebe-se, de forma mais eloqüente que na carta escrita doze anos antes a Dom Francisco Maurício, o mesmo espírito atilado de estadista, economista e militar sempre voltado para os interêsses da Côrte, e do Brasil, em particular.

Cêrca de duas semanas depois de ter expedido as instruções acima voltou a escrever ao Governador do Pará, agora já tendo conhecimento de um plano secreto tramado entre o plenipotenciário português em Londres, Dom Domingos Antônio de Souza Coutinho, e o representante diplomático de George III:

"Ilmo. e Exmo. Sr.

Conhecendo S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor o zelo, e superiores luzes de V. Exa., manda o mesmo Augusto Senhor participar a V. Exa., no maior segredo, o officio que o seu Enviado em Londres dirigiu àquele Ministério para procurar a destruição de Caiena com auxilio das fôrças do Estado que

(3) Investigador Português, apud Mello Moraes, ob. cit.

(4) Arquivo Público do Pará, transcrito por Goycochêa, ob. cit.

V. Exa. governa, e para êste fim tomou S.A.R. o mandar renovar ao Governador de Pernambuco as suas Ordens as mais enérgicas para que dali possam com a maior brevidade expedir-se os 1.000 homens de que se havia ordenado a organização e lisonjeia-se S.A.R. de que V. Exa. fará dêsse lado os maiores esforços para poder satisfazer as vistas de S.A.R., não obstante as grandes dificuldades, e penúria em que S.A.R. sabe que V. Exa. deve achar-se, e que só poderá vencer o seu gênio ativo e o seu conhecido zêlo pelo Real Serviço. V. Exa. se entenderá com o Almirante, ou official de Marinha inglês, que se presume aqui, que bloqueia atualmente Caiena, e talvez por êsse canal possa conseguir muitos dos artigos que lhe faltam, e poderá pôr-se no caso de obrar ativamente. S.A.R. fica certo que V. Exa. de nada se há de esquecer do que pode conseguir a execução destas Reais Ordens, em que o Mesmo Augusto Senhor tem maior interêsse. Deus guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro, 7 de abril de 1808. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho". (5)

Embora êsses documentos sejam claros em suas instruções, não havia sido publicado ainda um documento legal assinado pelo próprio Príncipe Regente definindo ostensivamente a política nacional portuguesa após a chegada da Côrte ao Nôvo Mundo. O pronunciamento de Dom João foi feito, de forma inequívoca, a 1 de maio, num Manifesto de Declaração de Guerra à França e, logo depois, num segundo instrumento, o Decreto de 10 de junho de 1808.

Do primeiro documento, a Declaração de Guerra à França, convém salientar os seguintes excertos:

"S.A.R. rompe tôda a comunicação com a França, chama aos seus Estados todos os empregados naquella missão, se é que algum ainda possa ali achar-se, e autoriza os seus Vassallos a fazer a guerra por terra e mar, aos Vassallos do Imperador dos franceses". "S.A.R. declara nulos, e de nenhum efeito, todos os tratados que o Imperador dos franceses o obrigou a assinar, e principalmente os de Badajoz e de Madri, em 1801, e o de neutralidade de 1804, pois que êle os infringiu, e nunca os respeitou". "S.A.R. não deporá jamais as armas, se não de acôrdo com o seu antigo e fiel aliado, S. M. Britânica, e não consentirá em caso algum na cessão do reino de Portugal, que forma a mais antiga parte da herança e dos direitos da sua Augusta Família Real".

No segundo documento, o Decreto de 10 de junho, a atitude de Portugal é ainda melhor definida, e seus têrmos relativos à conduta na guerra são apresentados de modo infosmável pois há, inclusive, a autorização de curso marítimo, pela sua forma mais ampla,

(5) Arquivo Histórico do Itamarati.

Eis os termos dêsse Decreto:

“Havendo o Imperador dos Franceses invadido os Meus Estados de Portugal de uma maneira a mais aleivosa, contra os Tratados subsistentes entre as duas Coroas, principiando assim sem a menor provocação as suas hostilidades e declaração de Guerra contra a Minha Coroa, convém à dignidade dela e à ordem que ocupo entre as Potências, declarar semelhante a Guerra ao referido Imperador, e aos seus Vassallos; e portanto ordeno que por Mar e por Terra se lhes façam tôdas as possíveis hostilidades; autorizando o Corso e Armamento a que os Meus Vassallos queiram propor-se contra a Nação Francesa, declarando que tôdas as tomadas e prêsas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos presadores, sem dedução alguma em benefício da Minha Real Fazenda. O Conselho Superior Militar o tenha assim entendido e o faça público remetendo êste por Cópia às Estações competentes, afixando-o por Editais”. (6)

Definida a orientação política da Coroa portugueza e conhecendo-se o espirito militante dos Ministros militares de Dom João, não causará espécie o conhecimento dos importantes fatos que se seguiram à publicação dos dois documentos acima enunciados, fatos êsses que culminaram com a conquista da Guiana Francesa.

b — *Atuação do Ten-Gen Governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Meneses*

(1) *A proclamação de 1 de outubro de 1808*

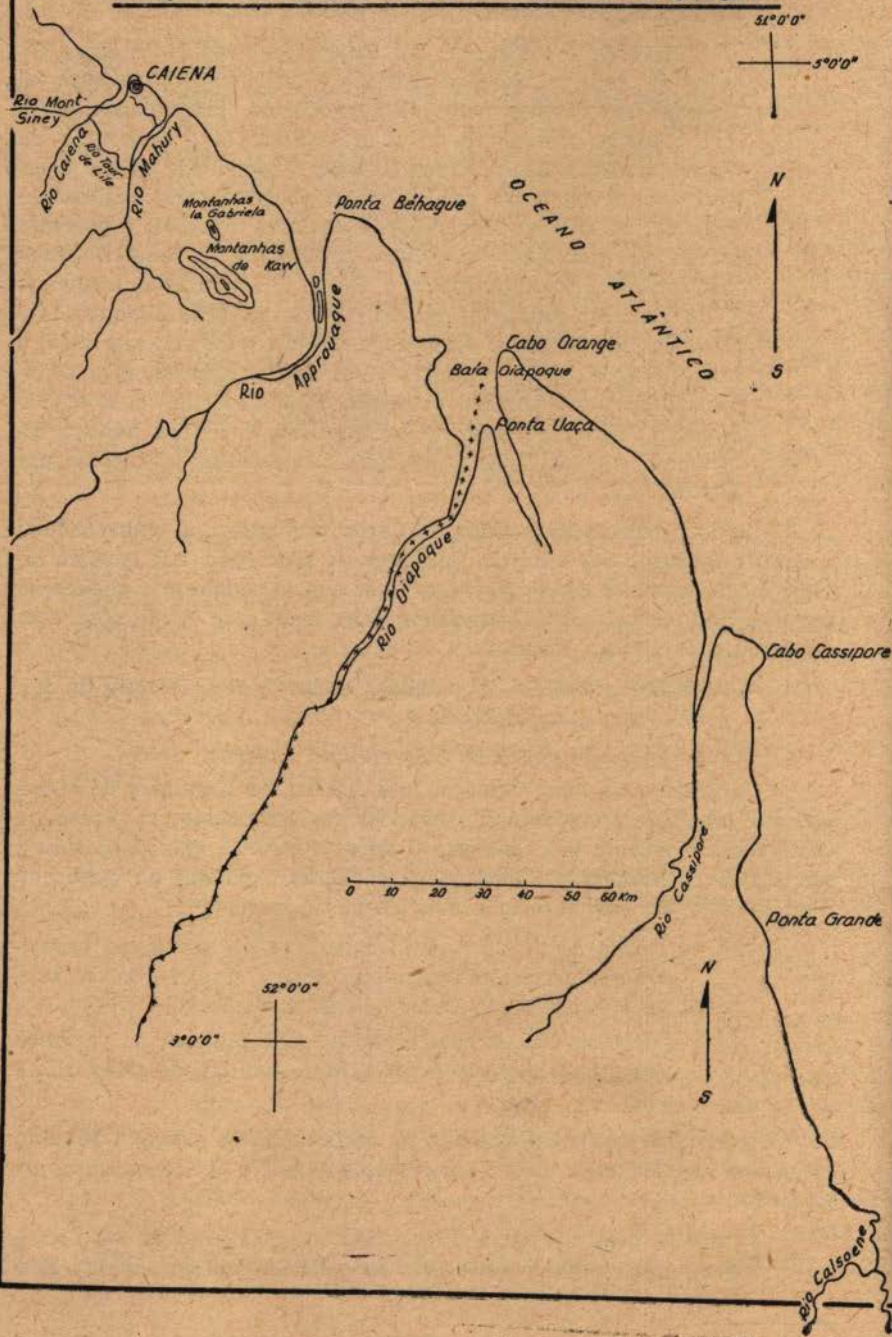
O Governador do Pará, Ten-Gen José Narciso de Magalhães de Meneses, deu uma interpretação muito especial aos documentos recebidos da Côrte sôbre o assunto das Guianas. O mais provável é que tenha sido a sua atenção polarizada por duas missões bélicas explícitas na carta que Dom Rodrigo lhe enviou, com a data de 22 de março:

- 1º — “obrar dêsse lado ofensivamente, para reintegrar primeiramente as nossas Fronteiras ao que eram antes dos infelizes Tratados de Paz de Badajoz e de Madri”;
- 2º — “destruir Caiena com o socorro dos Ingêleses, se por uma feliz combinação puder ter lugar um tão desejado resultado”

De posse das instruções exaradas na carta de 22 de março, o Ten-Gen Magalhães de Meneses deitou uma proclamação, a 1 de outubro, declarando

“que se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Por-

CROQUIS DA COSTA AMAPÁ - GUIANA FRANCÊSA



tuguêsa ao norte do Equador, marcada com o cunho de antigos Padrões, firmado com a Posse útil daqueles Territórios já nos primeiros tempos cultivados por Vassalos portugueses e depois solenemente ratificados com a sessão e Garante do Tratado de Utrecht”.

Nessa mesma proclamação o Governador do Pará também designou o Ten-Cel Manoel Marques, do Corpo de Artilharia, para comandar a “Expedição à Margem Austral do Oiapoque para reintegração dos justos limites da Capitania do Pará ao norte do Equinocial”.

(2) *A organização da expedição*

Convém, para melhor entendimento, que se conheça com mais pormenores, a situação militar do Pará — e particularmente da tropa aí situada, para que se forme uma idéia precisa da missão que deveria ser levada a cabo pelo recém-nomeado comandante, Ten-Cel Manoel Marques.

Em 1803 chegou a Belém Dom Marcos de Noronha e Brito, 7º Vice-Rei do Brasil (1808) e 8º Conde dos Arcos, para assumir o cargo de Governador-Geral e Capitão-Mor do Pará. Teve a ventura de contar durante a sua administração da Capitania do Pará, até 1806, com a colaboração de um oficial ilustre, possuidor da Ordem de Aviz, o Ten-Cel Manoel Marques, com uma brilhante fôlha de serviços prestados ao Exército.

A atuação de Dom Marcos de Noronha e Brito no Pará foi marcante pelo impulso que deu à administração da Capitania, e em particular pelas remodelações que fez na organização da defesa militar da Amazônia. (7)

A partir de 1806 foi o govêrno do Pará exercido pelo Ten-Gen José Narciso de Magalhães de Meneses, não menos ativo que o Conde dos Arcos. Inteirado das manobras imperialistas napoleônicas contra Portugal e prevendo o alastramento da contenda armada européia às colônias sul-americanas, o Governador Magalhães de Meneses determinou várias medidas preparatórias (admitindo um futuro conflito) entre elas o aumento dos Corpos de Ligeiros, a intensificação da instrução de Infantaria, o preparo de um campo de tiro para a Artilharia e a construção de um baluarte e muralha, para ligar as baterias de S. José e de S. Antônio.

Ao se organizar, no Pará, a “Expedição à margem austral do Oiapoque” era de extrema penúria a situação das finanças dos cofres públicos da Capitania, levada a tal ponto que o Governador Magalhães de Meneses abriu uma subscrição para angariar fundos que custeassem a emprêsa; êle próprio abriu a lista com uma doação de seis contos de réis, soma respeitável para a época. (8)

(7) Col Luiz Lôbo, ob. cit.

(8) Mello Moraes, ob. cit.

Do destacamento expedicionário, conforme organizado nos primeiros dias de outubro de 1808, participavam os seguintes elementos:

Ten-Cel Manoel Marques d'Elvas Portugal, comandante
 Maj Manoel José Xavier da Silva Palmeirim, subcomandante
 Cap Joaquim Dias Azevedo de Araújo
 Cap Joaquim Manoel Pereira Pinto
 Cap José Antônio de Carvalho
 Cap Lázaro Valente Marreiros

e ainda os oficiais subalternos das seguintes subunidades convocadas:

2 companhias de granadeiros dos 1º e 3º Regimentos de Linha;
 2 companhias de caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha.

A participação da artilharia nesse destacamento estava restrita a uma companhia, com 3 peças de calibre 6 e 1 obus.

A fôrça naval da expedição estava sob o comando do Tenente de artilharia Manoel Luís de Melo e constava de:

1 escuna, "Gen Magalhães", capitânia, com 12 peças;
 2 "cutters", o "Vingança" e o "Leão", com 8 peças cada um;
 3 barcas canhoneiras, cada uma com 1 peça;
 1 sumaca, "Ninfa", com 2 obuses desmontados das baterias;
 1 lancha, "Narciso".

Acompanhavam ainda a expedição, 1 médico e 1 capelão.

O efetivo inicial da expedição, ao deixar Belém, pouco excedia a 400 praças combatentes.

(3) *A participação inglesa.*

Ultimavam-se os preparativos dos transportes navais da expedição, estando mais atrasado o aprestamento da escuna de guerra, quando aportou em Belém a corveta inglesa "Confiança", sob o comando do CMG James Lucas Yeo, sobrinho do Alte *Sir* Sidney Smith, chefe da esquadra britânica que havia comboiado a Família Real em sua viagem oceânica para o Brasil. Nessa oportunidade o Comandante da "Confiança" comunicou ao Governador do Pará que tinha como missão "fazer um cruzeiro sobre Caiena" e fazer alguma troca naquela ilha ou pôrto com o prisioneiro francês (um oficial) que tinha a bordo.

Também nessa entrevista o Governador Magalhães de Meneses teria colocado o Cmt Yeo a par das providências em curso, informando-o que já estava organizada a expedição cuja missão era "levar naquele Continente os Limites recuados pelos últimos Tratados de Paz de Badajoz e Madri no Rio Araguari à margem do Rio Oiapoque — Barreira Original, e primitiva das primeiras e antigas Possessões Portuguezas ao Norte do Equinocial".

Não parece lógico admitir, face aos entendimentos havidos na primeira reunião do Gen Magalhães de Menezes com o Cmt Yeo, que ambos estivessem de pleno acôrdo, dispostos a uma colaboração irrestrita. Ao contrário, pela carta que o Governador do Pará dirigiu a Lucas Yeo, com a data de 6 de outubro, se infere que os dois chefes não se consideravam vinculados intimamente na mesma missão; mesmo após a visita de cortesia que o Comandante inglês fez ao Gen Menezes ainda eram ignorados por êste detalhes da missão atribuída a Yeo, não discutida nesse encontro amistoso. Nessa carta diz textualmente o Gen Menezes ao Comandante da corveta "Confiança":

"Ora, eu não sei a positiva fôrça, ou os precisos limites que lhe prescreveram as ordens que V.S. vem encarregado".

No desenrolar dos acontecimentos, veremos, houve um perfeito entrosamento das fôrças brasileiras, numéricamente muito superiores, com os elementos comandados por Yeo. A conquista de Caiena foi o resultado feliz de uma operação de fôrças combinadas, embora Lorde Strangford tenha declarado em carta datada de 7 de junho de 1809 a George Canning, Ministro do Exterior da Grã-Bretanha, que o mérito da operação coube ao Cmt Yeo mas que o plano original "foi concebido por êle, exclusivamente por êle...".

O que realmente importa, no dizer de Oliveira Lima, é que a operação já estava "projetada desde a mudança da Côrte e na forma por que logo depois se realizou, pelas armas combinadas de Portugal e da Inglaterra". (9)

E quanto a isso, as instruções de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Governador do Pará, em 7 de abril de 1808, não deixam dúvidas, apesar de Lorde Strangford ter insistido que o plano *was solely conceived by himself*. (10)

4 — AS OPERAÇÕES PRELIMINARES

a — A alteração feita na missão.

O exame da correspondência oficial entre o Governador Magalhães de Menezes e o Ten-Cel Manoel Marques comprova que houve, inicialmente, a preocupação básica do restabelecimento da fronteira na margem sul do Oiapoque. As instruções que o chefe da expedição recebeu, nesse sentido eram detalhadas e mandavam obedecer à rotina do cerimonial em voga — leitura do Manifesto do Governador, missa solene rezada pelo Capelão, salva de 21 tiros de canhão e remessa de uma cópia do Manifesto ao Governador da Guiana Francesa. Tratava-se de caracterizar, nesse ritual, um ato de soberania ao qual o Governador Menezes em-

(9) Oliveira Lima, ob. cit.

(10) Barrow, ob. cit.

prestava grande significado. Contudo, não se podia prever a reação dos franceses que habitavam a região contestada desde longo tempo. Admitindo a possibilidade de um choque armado, o Governador do Pará, dono de ânimo agressivo e ansioso por levar os franceses a ferro e fogo, recomendou ao Ten-Cel Manoel Marques:

“que se os Franceses por aquela parte (além do Oiapoque) o provocarem com o mais pequeno movimento, ou ameaça hostil, imediatamente lhe caia em cima com tôdas as fôrças, faça mão baixa sôbre tudo o que se lhe opuser com as Armas na mão; faça-se senhor do Forte S. Luís, que supponho não seja uma empresa dificultosa, pela qualidade da fortificação, e pela falta de defensores, segundo me dizem nas últimas notícias que tenho alcançado, não podendo estas ter-lhe sido enviadas da Tropa de Caiena, depois da chegada do nosso Destacamento, porque a Esquadra, como acima digo, postada na embocadura do Oiapoque não deve desde logo ter consentido em tôda a extensão da foz, entrada ou qualquer comunicação que não fôr inteiramente nosso...”

No dia 8 de outubro a Expedição velejou rumo à ilha de Joanes (Marajó) a fim de receber, na Vila de Chaves, um contingente de 65 praças do 2º Regimento de Linha que aí se achava de guarnição. Algumas das embarcações penetraram no igarapé de Obussutuba para recolherem embira, com que teciam os “cabos de laborar”.

Achava-se o Ten-Cel Manoel Marques ancorado ainda na Vila de Chaves, no início de dezembro, e já se aprestava para a partida rumo ao Oiapoque, quando recebeu um refôrço de 346 homens do Regimento de Estremoz, comandados pelo Sgt Manuel José Xavier Palmeirim, o qual trazia também novas instruções para o comandante da expedição, enviadas pelo Governador do Pará e datadas de 15 de novembro. Esse refôrço elevou o efetivo da tropa a 800 homens, ou pouco mais.

Nessas instruções a missão original dada à Expedição era consideravelmente alterada. Inicialmente o Governador Magalhães de Meneses esclarecia em carta ao Ten-Cel Manoel Marques que a sua intenção original — a reivindicação da margem sul do Oiapoque — estava ultrapassada face às novas determinações da Côrte, de que fôra portador o Cmt Lucas Yeo; que êste oficial inglês, dentro da nova ordem de idéias, prestaria ao Govêrno do Pará tôda a colaboração possível julgada conveniente ao serviço do Príncipe Regente e que a colaboração do Cmt Yeo era de elevada importância visto estar êsse prestimoso aliado pronto a

“entrar no immediato concurso de todos os meus movimentos, e disposições hostis contra aquêles incômodos vizinhos, e perigosos inimigos; como se achavam em tão perfeita conformidade os nossos ideais, e no mesmo tom de energia aos nossos sentimentos fâcilmente nos ajustamos e conviemos, em que êle to-

maria o comando de tôdas as fôrças navais, que atualmente se acham às minhas ordens nesta Capitania, comando que até lhe pertence pelo direito de uma maior patente'.

Percebe-se, no trecho acima, que após a entrevista com Lucas Yeo o Governador Magalhães de Meneses fazia uma alteração sensível na constituição da fôrça expedicionária pois declarava que o Comandante inglês "tomaria o comando de tôdas as fôrças navais". Era, sem dúvida, a organização de uma fôrça combinada anglo-luso-brasileira.

Quanto ao objetivo da missão inicial, a alteração era radical.

Recebeu o Ten-Cel Manoel Marques juntamente com essa carta um documento cujo título era ao mesmo tempo pomposo e quixotesco:

"Plano de ataque sôbre a Guiana Francesa em Escalões ou ordem Graduada por Destacamentos de todos os Corpos de Linha da Capitania do Pará, até que se realize o último projeto de um desembarque na Ilha de Caiena com a reunião de tôdas as Fôrças Navais e Terrestres".

Nas instruções que o Sgt M. Palmeirim levou ao comandante da tropa expedicionária havia previsões e detalhes para tôdas as circunstâncias, inclusive atribuição de poderes ao CMG Lucas Yeo, e ao Ten-Cel Manoel Marques para "tratarem com o govêrno de Caiena sôbre a capitulação da praça".

Vale a pena salientar nessas instruções, pela importância do detalhe, que o Ten-Cel Manoel Marques foi confirmado no comando geral da tropa e que o Cmt Lucas Yeo seria o comandante da esquadra. A direção suprema das operações, todavia, ficava retida nas mãos do Tenente-General Magalhães de Meneses.

Prevedo qualquer artimanha do Governador de Caiena com o intuito de sofismar ou postergar a assinatura de uma proposta de capitulação, lembrou-se o Governador do Pará de recomendar aos dois Comandantes que ao tratarem com o Governador Hugues fizessem saber a êste que ali estava apenas

"a vanguarda das embarcações ligeiras da Esquadra combinada de S. M. Britânica e do Príncipe Regente de Portugal e a vanguarda das tropas do Exército português, obrando hûas e outras debaixo das Ordens Superiores do Tenente-General Magalhães, Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará...".

b — *Posse solene da margem sul do Oiapoque.*

Ultimados os preparativos na Vila de Chaves fêz-se a expedição a vela, para o norte, rumo ao Oiapoque. Ao Ten-Cel Manoel Marques pareceu importante o cumprimento da missão original com o que ficavam solucionadas duas questões: a da posse da terra e a da destruição de qualquer feitoria francesa na região, provàvelmente o Forte São Luís.

A 1 de dezembro atingiu a Expedição a foz do Oiapoque e o Ten-Cel Manoel Marques fêz içar solenemente a bandeira portuguesa na margem sul dêsse rio.

Oito milhas a montante da foz foram encontradas apenas as ruínas do Forte de São Luís e de uma vila que havia em suas proximidades.

Aí permaneceu o Ten-Cel Marques com a sua tropa até 22 de dezembro. A única prêsa de guerra então conseguida foi a escuna "Creole", que teve seu nome mudado para "Lusitana".

O Cmt Lucas Yeo prosseguiu mais para o norte, com um pequeno contingente, e a 15 já se encontrava no Approuague, de onde escreveu ao Ten-Cel Marques pedindo reforços.

c — *Ação destacada do Cmt Lucas Yeo no rio Approuague.*

Apesar de contar com um efetivo muito pequeno para operações em terra, cêrca de cinco dezenas de soldados, foi brilhante a atuação do Comandante inglês contra os franceses que ocupavam essa região. Em officio ao Governador do Pará, datado de 29 de dezembro e redigido no quartel do Approuague, o Ten-Cel Marques assim relata os acontecimentos ao seu superior:

"A 25 desembarquei no Approuague com tôda a tropa que me acompanhava, e o Cmt Yeo me entregou de todos os postos ocupados pela gente do seu Comando; então soube que, chegando êle a êste rio no dia 15, enviou Mr. Macleaster seu imediato, como parlamentar à habitação do Comandante do Cantão, onde se achava a tropa que o guarnecia, a perguntar-lhe se queria render-se ou combater, dando-lhe três minutos; porém vendo que nestas condições se consumia o tempo inútilmente, e que só pretendiam entretê-los para aumentar as fôrças, lhe pediram pronta resposta, a qual foi que queriam defender o pôsto que lhes tinha sido confiado.

Em virtude disto o Cap Yeo ordenou que desembarcassem 32 inglêses e 18 brasileiros do brigue "Infante", e com esta pequena fôrça pôs em fuga o Comandante militar e parte da tropa, fazendo prisioneiros um sargento e dez soldados, que remeterei a V. Exa. na primeira ocasião.

Passou imediatamente o Cap Yeo com parte da sua gente a uma habitação chamada Colégio, onde se achavam também alguns Soldados com uma peça de bronze, guardando um armazém de depósito, os quais, querendo resistir, foram dois mortos e os outros fugiram; tomou-se a peça e queimou-se o armazém com tudo o que continha: nesta ação ficou ferido levemente em um braço um marinheiro inglês.

Acham-se prisioneiros de guerra debaixo da sua palavra de honra todos os habitantes dêste cantão. Tomaram-se duas es-

cunas, e se lhes pôs por nome "D. Carlos" e "Sidney Smith", e a uma pequena ilha, onde se assentaram duas peças, e se arvorou a bandeira portuguesa, lhe fêz o Cmt Yeo pôr o nome da Nossa Augusta Princesa, a Sra. D. Carlota.

Havia êste Comandante postado em diferentes pontos os nossos dois "cutters" "Leão" e "Vingança", porque a fragata e brigue "Infante", achando-se ancorados muito ao largo, na foz do rio, só podiam defender a embocadura; achei armado em guerra o barco "S. Narciso", defendendo a entrada do pequeno rio Coroay, que desemboca no Approuague, na margem esquerda do qual me acho estabelecido em um bom terreno firme, com bons quartéis para a tropa e em uma posição assaz vantajosa; aqui espero juntar o resto do exército, que já mandei vir do Oiapoque para oportunamente continuar a marcha, que julgo será breve, não deixando ficar neste pôsto mais gente que aquela que V. Exa. determinava ficasse no Oiapoque, por ir avançando terreno e por haver já combinado isto mesmo com Mr. Yeo.

Êste oficial tem-se prestado com o maior valor, desvêlo, prontidão e zêlo no serviço de S. A. Real. O seu imediato Mr. Macleaster, excede quantos elogios posso fazer-lhe, e o terceiro Comandante, Mr. Blyty, não é menos estimável, e foi nesta campanha ferido com cinco golpes de flecha; geralmente tôda a guarnição da fragata "Confiança" é gente de muito préstimo, e com a maior assiduidade nos tem ajudado.

Os nossos não são menos dignos de louvor; cumprem suas obrigações com tanta alegria, intrepidez e prontidão, que me enchem todos do maior prazer; porém apontarei a V. Exa. individualmente os que mais se têm distinguido e trabalhado.

Não posso nem devo deixar de recomendar a V. Exa. José de Assumpção, portador desta, que sendo pequeno negociante de Chaves, se ofereceu para vir na expedição com mentária e índios seus, os quais tem sempre sustentado à sua custa.

Êste homem faz-se recomendável por sua regularíssima conduta, pela sua assiduidade, e porque não se tem poupado a trabalho algum por mais penoso e arriscado que seja de dia e de noite; isto é o que devo dizer em obséquio da verdade.

Deus guarde a V. Exa. Quartel de Approuague, 29 de dezembro de 1808. (Assinado) — *Manoel Marques, Ten-Cel*".

Durante o deslocamento do Oiapoque para o Approuague duas escunas do escalão comandado pelo Ten-Cel Manoel Marques deram caça a uma embarcação francesa que vinha do Senegal com uma carga de quarenta e cinco escravos negros; nessa escuna viajava também um ilustre médico e literato, o doutor Du Prepetit du Frère. O mérito dêsse apre-

samento coube ao capitão de granadeiros do 1º Regimento de Linha, Joaquim Manoel Pereira Pinto. A sua participação do feito ao Ten-Cel Menezes revela que houve uma peripécia naval, um verdadeiro combate de corsários. Relata o Cap Pereira Pinto que, navegando a sumaca "Paquete", do rio Oiapoque para o Approuague, a 23 de dezembro, às 9 horas da manhã, juntamente com a escuna "Gen Magalhães", foi avistada uma embarcação que viajava sem bandeira de nacionalidade. A escuna "Gen Magalhães", que primeiro avistou o inimigo, mandou duas lanchas para reconhecê-lo. Essas lanchas, ao se aproximarem da nave desconhecida, foram recebidas "com mosquetaria e um tiro de peça". Lançou-se a sumaca "Paquete" ao encalço da embarcação inimiga; esta içou inicialmente a bandeira americana, mas, logo depois, se verificou que era uma embarcação francesa.

Às seis da tarde, depois de muito esforço de toda a guarnição da "Paquete" (131 homens) estava conquistada a escuna inimiga "Petite Adèle". Esse nome foi, posteriormente, mudado para "Invencível Menezes", pelo próprio Ten-Cel Manoel Marques.

d — *Novos planos são traçados no quartel do Approuague.*

Com a ocupação da foz do Approuague restava à Expedição, a realização do lance final — e o mais difícil — o desembarque na ilha de Caiena e a submissão pela força dos elementos que a defendiam. Esperava-se forte reação por parte do inimigo; havia informações de que o Governador de Caiena já estava tomando medidas preparatórias para a luta "e tinha feito armar e guarnecer as baterias na margem esquerda do rio Mahury, que eram os fortes Diamante, o Dégrad des Cennes e o Trió". (11) Infelizmente não se tem detalhes sobre os planos que foram elaborados a 4 de janeiro, pelo Ten-Cel Manoel Marques e o Cmt Yeo, para o assalto à ilha e a ocupação do "Chef lieu" da colônia, a sede do governo. Únicamente transparece no relatório de combate do Cmt Yeo ao seu chefe, Sir Sidney Smith, que ficou assentado pelos dois chefes da expedição o desembarque no lado leste da ilha. Não parece mesmo razoável que antes do reconhecimento a ser procedido no local pudessem os responsáveis pela expedição decidir sobre a montagem do ataque. A decisão de um desembarque de tropas na parte leste da ilha, a região mais fraca militarmente, atendia a um dos mais importantes princípios de guerra — a surpresa. A organização das colunas de ataques não poderia ser decidida "a priori", antes da chegada da expedição ao rio Mahury. E, de fato, só quando aí chegaram os Chefes da expedição, a 6 de janeiro, ficou decidido como desembarcar na ilha e a seleção dos objetivos iniciais. Na foz do Approuague permaneceu apenas um destacamento de 70 homens.

(11) Mello Moraes, ob. cit.

5 — A CONQUISTA DE CAIENA

a — *Os fatores da decisão.*

No documento de 15 de novembro dirigido pelo Governador do Pará ao Ten-Cel Manoel Marques fixava aquela autoridade, organizadora da expedição, a missão geral — atacar Caiena.

Na apreciação de qualquer problema militar há, e sempre houve, a preocupação por parte de quem recebe uma ordem, de procurar conhecer as intenções da autoridade da qual ela emana.

Essa “técnica de interpretação” de ordens segue, hoje em dia, uma sistemática bem aprimorada, baseada na ordenação do raciocínio, e deve ser conduzida de modo objetivo. Recebida uma ordem, procura-se focalizar o que ficou determinado claramente, isto é, a “missão explícita” e o que terá que ser realizado, mas não está expresso de forma meridiana, ou seja, a “missão deduzida”.

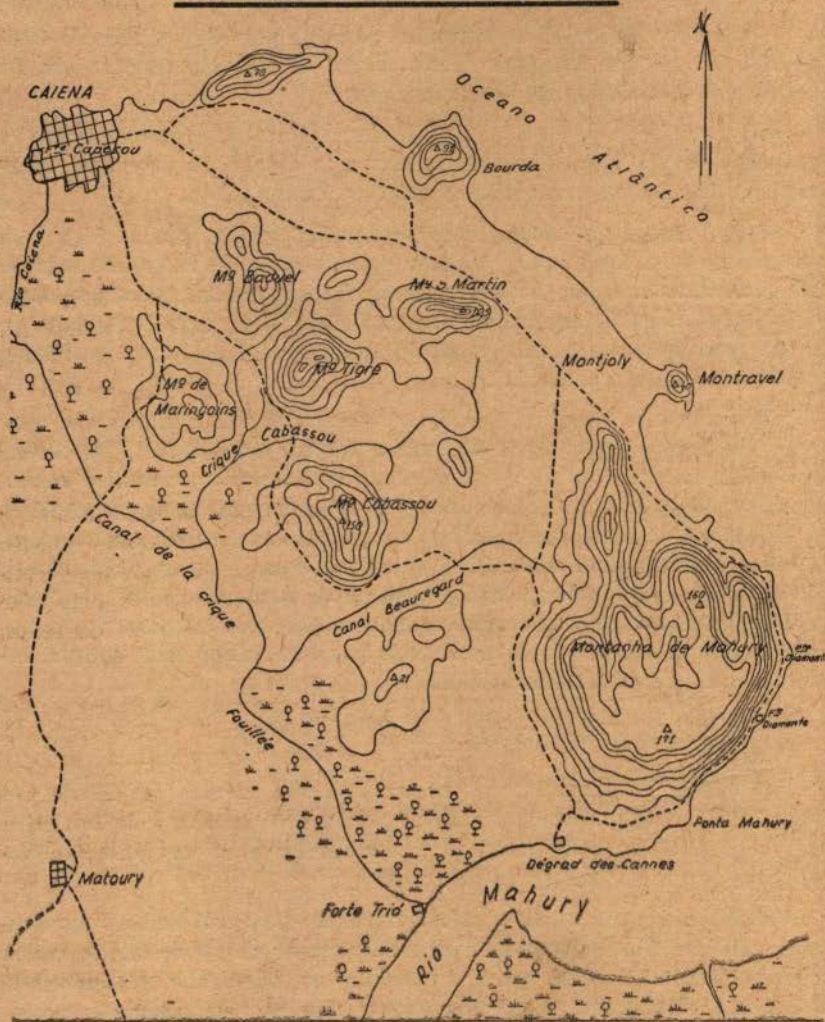
A sistemática do estudo pode ter variado, porém é sabido que sempre existiu essa preocupação de buscar “ler nas entrelinhas” das ordens recebidas as intenções de quem as deu. Um raciocínio analítico conduzido de modo primoroso, permitiu que os chefes militares portugueses e brasileiros de século passado levassem a cabo, de forma admirável, as missões que lhes eram atribuídas. O axioma atual — quem dá a missão, dá os meios — parece que não era elemento fundamental na concepção militar da Côrte, que determinava empreendimentos difficilimos com recursos tão parcos. É o que constataremos no Manifesto Real do qual resultou a Expedição Militar Aliada.

(1) *Estudo da missão e dos meios.*

A missão de conquistar a Guiana Francesa merece ser citada em nossa História Militar como uma das provas de capacidade de iniciativa dos chefes militares do Exército luso-brasileiro e do cumprimento voluntário de ordem, por parte da tropa.

Essa missão, estabelecida pelo Governador do Pará, embora apresentada sob um título pomposo e grandiloquente, não poderia, de forma alguma, traçar detalhes para a conduta no desenrolar de operações, mormente para conquista da ilha e do “Chef-lieu” da colônia francesa. Isso caberia aos chefes da expedição, após verificar “in loco” os meios disponíveis para o ataque, o terreno e o inimigo. Para esses chefes, a missão geral era clara: conquistar a Guiana Francesa. Quanto aos meios disponíveis, sabemos que a expedição tinha, aproximadamente, 800 praças combatentes, embarcadas em 12 navios, e um total de 93 peças de artilharia. O comando estava dividido entre o Ten-Cel Marques e o CMG Lucas Yeo, que tinha às suas ordens cerca de 80 marinheiros e soldados da corveta “Confiança”.

~ILHA DE CAIENA~



Éscala:



Da tropa de 1.000 homens que deveria seguir de Pernambuco para integrar a expedição, nunca se soube se foi organizada.

Sômente em meados de fevereiro chegou à Caiena um reforço de 110 soldados, do 3º Regimento de Linha, isso após já não haver mais combate a travar.

Vemos, conseqüentemente, que com relação aos quatro fatores da decisão — missão — inimigo — terreno — meios — os dois chefes da expedição só tinham conhecimentos positivos sôbre dois dêles, a missão e os meios.

(2) *Estudo do terreno e do inimigo.*

A Guiana Francesa abrangia uma área de 89.000 km², incluindo-se, nesse total, os 24.500 km² da ilha de Caiena. Para efeito administrativo, esse território estava organizado em 14 cantões: Ile de Caiene, Tour de L'île, Mattoury, Tonnegrande, Monfinèri, Roure, Macourie, Kouru, Comté, Sinnamary, Iracoubou, Kari, Approuague e Oiapoque. A capital dessa possessão, a Vila de Caiena, achava-se situada na ponta NW da ilha, na baía de Caiena onde desembocam os rios Cayenne e Montsinery.

O solo é argiloso, coberto de vegetação tropical densa. As margens do rio Mahury são alagadiças. O clima é quente e superúmido. Na sombra a temperatura média anual é de 27°C; a variação da temperatura entre o dia e a noite é muito pequena, dada a circunstância de que o território está na zona tórrida, entre os paralelos 2º e 6º, de latitude norte.

Todo o território da Guiana francesa é insalubre, paludoso. A capital, Caiena, está precisamente a 4º 56' 20" acima do Equador; possuía, na época da invasão, ruas largas, arborizadas com palmeiras, mas mal pavimentadas. Só havia duas estradas na ilha, uma margeando a costa (passando por Montjoly) e a outra, a do interior, que partindo da Capital orientava-se para SE, e ia terminar ao sul das montanhas de Mahury, onde fica o Forte Dégrad des Cannes. Esta é a região que apresenta maiores elevações.

Apesar de localizado no Mar das Antilhas, o território não está sujeito aos violentos furacões que assolam as ilhas e países do Caribe. Sopra, todavia, um vento do quadrante NE, às vèzes forte.

A costa é bastante articulada, com vegetações do tipo "mangue", própria dos terrenos alagadiços; a plataforma continental é ampla; a profundidade do mar, a 20 quilômetros da linha do litoral é, em média, de 10 m; esse fato e ainda a presença de numerosos bancos de areia tornam a navegação das embarcações de calado médio difícil e perigosa.

Percorrendo a ilha, com direção paralela à costa, há o canal "de la Crique Fouillée", com águas pouco profundas; êsse canal atinge o rio Mahury dois quilômetros a SW do Forte Dégrad des Cannes. Próximo

à foz desse canal, na sua margem direita, estava o Forte Trió. A leste das Montanhas de Mahury havia outro forte, o Diamante, guardando a estrada do litoral.

Deve ser assinalado como ponto crítico de notável importância a elevação denominada Béauregard, que domina as vias de acesso que partindo da foz do rio Mahury conduzem a Caiena.

Quanto ao inimigo, pouco se sabia. Julgava-se que o número total de praças na ilha não deveria ser inferior ao das forças anglo-luso-brasileiras. Na rendição foram recolhidas 523 espingardas, mas houve muitas deserções. Soube-se que uma tropa de milicianos e muitos escravos negros estavam sendo mobilizados para a defesa.

O Governador do território era Victor Hugues, que não nos consta ter sido militar de carreira, mas era homem afeito ao combate e tinha obtido brilhantes vitórias sobre o Gen Graham (inglês), em violentas lutas nas Antilhas. Era o Governador Hugues condecorado com a Legião de Honra.

Como vimos, possuíam caráter muito amplo as informações que os chefes aliados tinham sobre os fatores de decisão. E qualquer militar sabe que isso torna a missão mais arriscada.

b — O ataque às fortificações.

Ao partir da foz do Approuague, a 5 de janeiro, deixou o Ten-Cel Manoel Marques nessa região o Cap Luís Antônio José Salgado, dois subalternos e um efetivo de 70 praças; ficava assim estabelecida uma base de acolhimento, para o caso de um insucesso, e estabelecido o ponto de suprimentos, que em seu relatório das operações o Ten-Cel Marques classificou como pôsto "das munições de guerra e bôca". Quanto ao plano para o desembarque na ilha, o que se conhece consta de uma carta do Cmt Yeo ao "honrado W. W. Bolc" redigida a bordo da "Confiança", a 15 de janeiro. Nesse documento relata o Cmt Yeo que

"Em 4 do corrente foi determinado pelo Ten-Cel Manoel Marques e por mim o fazer-se o desembarque no lado leste da ilha de Caiena, em conformidade do que tôdas as tropas embarcaram a bordo das pequenas embarcações, fazendo 550, e 80 marinheiros e soldados da marinha da "Confiança", e um destacamento de soldados dos brigues "Voador" e "Infante" (12)

(1) As operações no dia 6 de janeiro.

A Expedição deve ter partido do Approuague a 5, ao anoitecer, pois no dia 6 tôdas as embarcações já haviam lançado as amarras na foz do rio Mahury, no lado leste da ilha, após um curto deslocamento de 30 milhas.

(12) Mello Moraes, ob. cit.

Na tarde de 6 ficou decidido que as operações continuariam imediatamente, procedendo-se a organização de uma vaga de desembarque constituída de uns 300 homens, sendo 200 granadeiros da tropa paraense e 100 das guarnições da fragata e dos brigues e apoiados por uma peça de campanha. O Cmt Yeo assumiu o comando dessa tropa, fê-la embarcar em 10 canoas, e rumou para a ponta Mahury, onde chegou com parte da tropa, em 5 canoas às 3 da madrugada da noite 6/7; as outras 5 canoas, no dizer de Yeo, "sendo ronceiras não puderam chegar".

Houve então o primeiro desembarque na ilha, em uma baía que ficava a igual distância dos Fortes Dégrad des Cannes e Diamante. Esse deslocamento na foz do Mahury, à noite, sem ter conhecimento detalhado da defesa do inimigo não deve ter sido empresa fácil, mas buscava obter a surpresa. "Além das 5 canoas que se atrasaram", conta-nos Yeo, "a maresia era tão forte, que em pouco tempo as nossas embarcações se fizeram em pedaços". Em caso de insucesso no ataque inicial, essa coluna não teria possibilidades de sair da ilha e retornar à corveta e aos brigues; a retirada já estava cortada.

(2) Operações no dia 7 de janeiro.

Os ataques iniciais, ao alvorecer de 7, estiveram ainda sob o comando exclusivo do oficial da Marinha inglesa. Foi ele quem organizou os dois grupamentos para o ataque aos fortes. Eis como o Cmt Yeo narra a sua ação:

"Eu ordenei ao Maj Joaquim Manoel Pinto, que com um destacamento de tropas brasileiras caminhasse para a esquerda e tomasse Grand Cam (sic, provavelmente Dégrad des Cannes), durante que eu, acompanhado pelos tenentes Mulcaster, Blyth e Read (das Tropas Reais da Marinha), os Senhores Savory, Guilherme Taylor, Forder e Irwin, caminhei para a direita, com uma partida da "Confiança", para tomar o Forte Diamante, do qual nos apossamos em pouco tempo; tinha dois canhões de 24 e um canhão de bronze de 9, e 50 homens".

A tropa ao comando de Yeo procedeu com extrema habilidade; a guarnição do Forte Diamante resistiu com denôdo. O capitão comandante Cheuvreull, morreu em ação; houve ainda mais 3 praças mortas em combate, 3 feridos e 16 prisioneiros; o resto desertou.

As perdas aliadas no ataque a êsse bastião inimigo são narradas pelo CMG Yeo nas palavras abaixo:

"Lamento ter que dizer que o tenente John Read (das tropas brasileiras), digo das tropas reais da marinha, um oficial môço, de todo merecimento, ficou ferido mortalmente, e também 1 marinheiro e 5 soldados da marinha, levemente".

Continua Yeo, em sua carta-relatório a Mr. Bolc:

“O Maj Joaquim Manoel Pinto teve o mesmo sucesso; o Forte tinha dois canhões de bronze de 9 e cem homens; dois homens do inimigo ficaram mortos. A entrada do rio estando em nosso poder, fêz-se o sinal, e ao meio-dia estavam todos desembarcados. Nesta ocasião recebi notícia que o Gen Victor Hugues tinha saído de Caiena, à frente de 1.000 soldados, para nos deitar fora dos nossos postos. A nossa fôrça, sendo muito pequena para se dividir, e a distância entre os dois pontos grande, e só 12 milhas distante de Caiena, determinamos de desmantelar o Forte Diamante e ajuntarmos tôdas as nossas fôrças em Grand Cam. Eu então deixei o meu 1º Ten, Mr. Mulcaster, para fazer êste serviço e depois unir-se-me. Chegando à Grand Cam vi duas outras baterias, quase 1 milha pelo rio acima, dos dois lados, a meio tiro de canhão uma da outra, uma na margem direita chamada Trió, sôbre uma eminência, comandando a angra que conduz a Caiena; a outra, da margem oposta, à entrada da angra que conduz à casa e plantação do Gen Victor Hugues, e evidentemente feita de propósito para sua defesa.

As 3 horas fiz ancorar os “cutters” “Leão” e “Vingança”, emparelhados com elas, e logo se seguiu um combate renhido que durou uma hora”.

Como resumo das operações relatadas pelo Cmt Yeo desde o alvorecer do dia 7 até às 3 da tarde podemos enumerar como ações decisivas:

- (a) “um grupamento de tropas brasileiras” se lançou contra o Forte Dégrad des Cannes, defendido por 100 homens, e dominou a posição;
- (b) um grupamento de tropas inglêsas se lançou contra o Forte Diamante; a posição é dominada, após a morte do Capitão Comandante; o Ten Mulcaster recebe a missão de destruir a artilharia do Forte;
- (c) visando a reagrupar as fôrças, Yeo dirige-se ao Forte Dégrad des Cannes; toma conhecimento da existência de uma segunda linha defensiva, guarnecida com artilharia;
- (d) às 3 horas da tarde começa uma ação naval contra essa segunda posição defensiva (Forte Trió e uma bateria que defendia a casa de Hugues)”.

O Ten-Cel Manoel Marques relata que seu desembarque foi no Forte Diamante, com o resto da tropa, e acrescenta:

“a tempo que chegava uma parte do Cap Joaquim Manoel, dizendo que era preciso reforçar o pôsto de Dégrad des Cannes, onde se achava, porque o inimigo trabalhava em formar bate-

rias da parte oposta, e já tinha duas estabelecidas; marchei logo com uma pequena guarda a reconhecer os postos por onde podia ser atacado, e ordenei ao Maj Palmeirim que conduzisse a tropa para aquêlo pôsto em que eu me estabeleci, porque êle protege um dos caminhos de Caiena; e ali se juntou comigo o Cap Yeo, e assentamos de mandar encravar a artilharia de ferro e destruir a bateria de Diamante, o que foi logo executado.

Ainda nos restava na mesma margem do rio um pôsto de duas peças, o Trió, e da margem oposta às referidas duas baterias, que defendiam a habitação ou fazenda de M. Hugues; para as destruir mandamos entrar as embarcações no rio; principiou o fogo às 4 1/2 da tarde pela bateria em que já me achava postado, pelo cutter "Vingança", comandado pelo Patrão-Mor, chalupa "Leão", pelos Sgts José Antônio de Barros, de Pedestres, e Ignácio Pereira, de Artilharia; escuna "Invencível" Meneses, pelo Ten Mikiles; barca n. 1, pelo Furriel Bernardo Antônio, e n. 2 pelo Sgt João Gonçalves Corrêa Guimarães; às 6 horas, vendo eu que diminuía o fogo inimigo, mandei 150 homens de desembarque em montarias para se senhorearem dos postos; conseguiram, porém, pôr os inimigos em fuga total, desmontarem as peças e destruir os reparos.

Às 7 horas, quando tudo se achava em movimento e a tropa quase tôda dividida pelos diferentes postos, fui atacado naquele em que se achava pela retaguarda da parte da ilha; as guardas avançadas, compostas, a principal de 80 homens, comandados pelo Ten José Leitão Fernandes, e uma peça de campanha pelo Ten Chateaneuf, sustentaram o primeiro fogo; marchei logo em seu socorro com a gente que me restava, e outra peça comandada pelo Ten Francisco Marques; a tropa que havia passado à outra parte, pensando não haver mais inimigos, voltou com velocidade, e, tendo-se feito um fogo vivíssimo, tanto de artilharia, como de mosquetaria pelo espaço de quase 2 horas, foi derrotado e pôsto em fuga o inimigo, deixando 6 mortos sôbre o campo e havendo 30 feridos".

Pela narração do Ten-Cel Marques se infere que o fogo naval conseguiu reduzir a eficiência dessas duas baterias, a Trió e a da propriedade de Hugues e que essas posições foram tomadas após as 6 da tarde por 150 homens seus.

A descrição de Yeo, todavia, não acusa essa eficiência do fogo das embarcações, bem como apresenta uma versão um pouco diferente para o ataque ao Forte de Trió e à bateria que defendia a propriedade de Hugues (a segunda linha de defesa):

Eis como relata o Cmt Yeo o fim da jornada do dia 7:

"Às 3 horas fiz ancorar os "cutters" "Leão" e "Vingança", emparelhados com elas, e logo se seguiu um combate renhido,

que durou uma hora; então, vendo que o calibre das peças do inimigo e a posição eram muito superiores à nossa, os "cutters" tendo só do calibre de 4, e muitos dos nossos homens caindo por causa da incessante chuva de metralha, determinei de os tomar por assalto, e para isto mandei o Savory (o Comissário) que acompanhasse um destacamento de brasileiros, e desembarcasse na bateria do Gen Hugues, e ao mesmo tempo, encaminhando-me eu, acompanhado pelo Ten Blyty, a tripulação do meu bote e um destacamento de tropas brasileiras para o de Trió, e ainda que ambos os destacamentos tivessem que desembarcar nas bôcas dos canhões, que faziam um fogo contínuo de metralha e mosquetaria, a determinada valentia dos nossos homens de pressa as tomou, fazendo fugir o inimigo; cada forte tinha duas peças de bronze de 9 e 50 homens.

Apenas êste serviço estava acabado, quando as tropas francesas de Caiena atacaram o Coronel em Grand Cam; as nossas tropas, estando muito divididas, eu, por esta razão, mandei que tôdas embarcassem, e fomos para a parte onde estava o Coronel, o qual, com a sua pequena fôrça, tinha destruído o inimigo, que, depois de um combate renhido de 3 horas, se retirou para Caiena.

Neste mesmo tempo, 250 homens do inimigo apareceram diante do Forte Diamante; mas, vendo que o Ten Mulcaster estava preparado para os receber, e persuadidos de que êle tinha fôrça maior do que realmente era, e sabendo o desbarato do seu General, seguiram o seu exemplo".

O Ten-Cel Marques é de uma lamentável síntese sôbre a tomada à viva fôrça das duas baterias que formavam a segunda linha de defesa. Apenas narra que quando diminuiu o fogo das mesmas, às 6 da tarde, mandou 150 homens que conseguiram "pôr o inimigo em fuga total, desmontarem as peças e destruir os reparos; e que essa ação durou 1 hora".

Tanto o Cmt Yeo como o Ten-Cel Marques fazem referências ao contra-ataque francês desfechado sôbre o Forte Dégrad des Cannes, onde se achava o chefe português. Essa ação deve ter ocorrido entre 7 e 10 horas da noite. O Cmt Yeo teve ciência que o Ten-Cel Marques estava sendo contra-atacado, ao cair da noite; imediatamente reuniu sua tropa, embarcou-a e repassou o canal de 1ª Crique Fouillée, para socorrer as tropas brasileiras que defendiam o Forte Dégrad des Cannes; segundo ambos, êsse combate foi violentíssimo, com o desbaratamento total do contra-ataque francês.

(3) *As operações no dia 8 de janeiro.*

O que se conclui, seja da carta do Cmt Yeo ao "honrado W. W. Bolc", seja do relatório do Ten-Cel Manoel Marques ao Governador do Pará, é que na jornada de 7 de janeiro a expedição militar aliada conseguiu es-

tabelecer uma cabeça-de-ponte no litoral leste da ilha de Caiena, a duras penas, com forte reação do inimigo que perdera quatro fortes. Nenhum dos dois valorosos oficiais cogitou de relatar qual o dispositivo de segurança adotado pela tropa para passar a noite, nem de mencionar os planos elaborados para o prosseguimento das operações, isto é, a ampliação da cabeça-de-ponte e a penetração na ilha, rumo a Caiena.

Sabe-se, apenas, que, logo no início da jornada de 8, teve lugar um ataque violento das forças combinadas contra uma posição inimiga "uma peça de campanha e um morteiro, que estavam defronte da casa própria do Gen Victor Hugues, com 1.000 homens".

Eis como o Ten-Cel Manoel Marques relata a segunda parte da jornada:

"No dia 8 reapareceram os inimigos sôbre as baterias que defendiam a habitação de M. Hugues; Mr. Macleaster foi enviado como parlamentar ao Comandante delas; sendo, porém (contra tôdas as leis da guerra), recebido com fuzilaria, o Cmt Yeo, em consequência dêste atentado, marchou sôbre elas com tôda a sua gente, 50 homens nossos e uma peça de campanha; levou as baterias a golpes de sabre, pôs em fuga os inimigos, e, querendo persegui-los por uma grande estrada, encontrou nela três cortaduras, defendidas por 2 peças de campanha; venceu ainda êstes obstáculos e tomou as peças; a êste tempo enviei-lhe mais 50 homens e com o Alf Morada, bravo, que cumpriu valorosamente e decidiu.

Mr. Yeo fêz pôr fogo a tôda a habitação de Mr. Hugues, assim como ao pôsto do Trió, em razão da reiterada resistência que fizeram".

Tanto na narração do oficial português como na carta do Cmt inglês sôbre a jornada de 8 transparece a ira que provocou o modo desleal pelo qual o Gen Hugues recebeu o parlamentar Mr. Macleaster, abrindo contra êste cerrada fuzilaria "contra tôdas as leis da guerra". Observando também que as tropas francesas estavam emboscadas pelo mato que o flanqueavam, "o Ten Yeo mandou a sua tropa que avançasse com os piques e baionetas". Êste último detalhe consta da carta do Cmt Lucas Yeo, datada de 15 de janeiro de 1809 ao Sr. W. W. Bolc.

A jornada de 8 foi principalmente consumida nas operações de limpeza e, como era presumível, em saques e incêndio. Não se veja nisso nenhum demérito na conduta da tropa, pois a pilhagem era admitida e consentida naquela época, ainda mesmo porque os expedicionários podiam invocar a parte do texto da Proclamação do Príncipe Regente, datada de 10 de junho de 1808, que declarava:

"que tôdas as tomadas e prêsas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos presadores, sem dedução alguma em benefício da Minha Real Fazenda".

(4) *As operações no dia 9 de janeiro.*

Foi ainda o Ten-Cel Manoel Marques quem deixou registrado, para a História, os detalhes da jornada de 9 de janeiro na ilha de Caiena. Eis suas palavras:

"Achando-nos, pois, senhores de todos os pontos fortificados que defendiam o desembarque na ilha de Caiena, de 11 canhões tomados em dois dias, e não nos restando mais inimigos a combater nesta parte, resolvemos, eu e Mr. Yeo, ir tomar no interior uma posição vantajosa, e por isso marchei com a minha tropa no dia 9 a postar-me na habitação de Beauregard, situada sobre uma altura, donde podia interceptar tôda a comunicação com Caiena, tendo segura retirada no caso de ser atacado superiormente.

Nesta marcha de quase duas léguas, feita debaixo de um sol ardentíssimo, eu me enchi de prazer e ternura vendo o valor, a constância e a obediência da nossa tropa levada ao último grau; o soldado extenuado de fadiga, coberto de suor, carregado com sua espingarda e com 50 cartuchos embalados, trazia ainda às costas as munições de artilharia e puxava pelas peças; isto admira tanto mais que êles não tinham largado as armas e cessado de trabalhar os dias antecedentes, tomando sempre à pressa a nutrição necessária".

c — *A intimação.*

De posse das alturas de Beauregard, já no interior da ilha, com domínio sobre a via de acesso para Caiena, ficou decidido entre os dois chefes da expedição aliada que seria enviado na jornada de 10 uma intimação ao Governador Victor Hugues. Esse documento foi levado ao "Chef lieu" por dois parlamentários, o Ten Mikiles e Mr. Macleaster. Essa proposta de capitulação se reduzia, em substância, ao seguinte:

- uma referência ao Manifesto de S.A.R., o Príncipe Dom João, e a determinação para a conquista da Guiana Francesa;
- um breve relato dos sucessos fulminantes da expedição militar aliada, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro e a inutilidade de continuarem os franceses a resistir ou esperar qualquer socorro;
- um ultimato com a proposta de capitulação a ser assinada pelo Governador Hugues "porque, evitando inútil efusão de sangue, obterá têrmos honrados que nós saberemos cumprir".

A esse documento respondeu o Governador da Guiana Francesa com um pedido de trégua, por 24 horas, a da indicação de um lugar onde êle, Hugues, pudesse solicitar "algumas explicações e igualmente fazer propostas".

Houve, na jornada de 11, essa conferência entre o Governador Hugues e os chefes aliados. Nesse ensejo, embora derrotado pelas armas, o Governador francês procurou confundir com uma carta o Cmt Yeo e o Ten-Cel Manoel Marques. Essa carta, cavilosa em sua essência, continha em resumo duas perguntas sub-reptícias:

- 1ª — se os chefes da expedição militar aliada tinham recebido ordens explícitas segundo as quais eles estariam autorizados a realizar “a desorganização das oficinas, ateando fogo a tôdas as habitações e postos” em que houvesse resistência;
- 2ª — se os chefes da expedição estavam autorizados, pelas instruções recebidas, a conceder a liberdade aos escravos “porque êste modo de guerrear em colônias era desconhecido até aqui por ser destrutivo da povoação branca”.

É evidente que havia uma esparrela armada nesses dois quesitos, que tinham em seu bôjo a essência de uma deslavada chicanice, fato êste que não foi percebido pelos chefes aliados. O Governador Hugues recebeu, como por certo esperava, uma resposta afirmativa às duas perguntas feitas, e uma informação complementar dos chefes da expedição de que êsse procedimento terminaria “logo que a praça se rendesse, conservando-se e protegendo-se as propriedades com desvêlo”. A cópia dessa carta foi remetida a 21 de janeiro de 1809 pelo Ten-Cel Manoel Marques ao “Governador e Capitão-General do Estado do Pará e da Guiana”.

Foi um ato de pura infelicidade a troca de correspondência entre os chefes aliados e o Governador Hugues. Ao declarar que estava apoiado em instruções superiores para pilhar, destruir, libertar escravos e recebê-los no exército invasor, o Ten-Cel Manoel Marques não mentira pois recebera do seu Chefe, Governador do Pará, instruções (de 23 de outubro de 1808) para levar tudo a ferro e fogo e fazer chegar a notícia a

“todos os homens de côr escravos dos habitantes da Guiana Francesa, que querendo eles abandonar aquela colônia, e gozar duma inteira liberdade embaixo da Proteção do Príncipe Regente de Portugal, eu em seu Nome lh’a afianço, seja para passarem outra vez à África, onde serão transportados à custa do mesmo Augusto Senhor, ou qualquer outro País, onde à sua escolha queiram estabelecer-se e viver com outros homens livres”.

Vê-se, conseqüentemente, que o Governador do Pará não era um general que entendesse ser a guerra uma política suasória, e apenas empregava na luta contra os franceses os processos que com eles aprendera. Um dos grandes mestres nesse sistema de dar liberdade aos escravos que desertassem era o próprio Hugues, que ao chegar à ilha de Guadalupe, em 1794, com o propósito de retomá-la aos ingleses, adotou o

artifício de decretar a abolição da escravidão e em seguida incorporou em suas fileiras os ex-escravos dos ingleses. Era a aplicação do ditado: "Quem com ferro fere..."

Os chefes aliados não estavam, sob qualquer aspecto, obrigados a responder às perguntas ardilosas que o Governador Hugues lhes dirigira em carta.

Bastaria, tão-somente, ter retrucado ao Governador da Guiana Francesa que a "desorganização das oficinas", os incêndios, e as depredações eram conseqüências inevitáveis de um conflito armado, principalmente quando se toma pela força uma posição organizada, incluindo nesta condição a casa do Governador e os fortes próximos ao rio Mahury.

No tocante à libertação dos escravos, os chefes aliados poderiam ter respondido que apenas permitiram que desertores franceses se incorporassem às tropas aliadas, o que era lícito, pelo direito de guerra.

O Governador Hugues deveria se sentir numa posição bem incômoda quanto a este assunto, pois já havia adotado o mesmo artifício em lutas anteriores, e numa proclamação recente, em Caiena, êle havia obrigado os senhores a darem-lhe uma parte dos seus escravos, para os armar.

Ê o que se lê na ordem abaixo:

"Sendo preciso pelas circunstâncias atuais que se forme um corpo de negros, arbitriô já adotado em tôdas as colônias, os Srs. habitantes queiram mandar negros de 18 até 30 anos, que sejam fortes, vigorosos, caçadores, domésticos e todos ladinos, enfim, os mais inteligentes se não quiserem que l'hos tornem a mandar à sua custa, com um oficial de gendarmeria, a fim de tomar entre os seus escravos os que se julgarem capazes. Os escravos sobreditos que ficarem mutilados, ou se percam pelos acontecimentos da guerra, serão pagos a seus senhores; os que se distinguirem em qualquer ocasião obterão a sua liberdade, e seus senhores serão indenizados. Caiena, 21 de dezembro.
— *Victor Hugues*".

As instruções do Príncipe Regente ao Gen Magalhães de Meneses não falavam na liberdade dos escravos de Caiena e, para tranqüilizar os demais países amigos quanto às versões capciosas sobre este assunto, fêz publicar em várias gazetas da Inglaterra, da Holanda e dos Estados Unidos uma expliação da conduta pelo seu exército na Campanha da Guiana Francesa.

d — *A capitulação.*

No dia 12 foi neutralizado o pôrto de Bourda, 5 quilômetros a leste da Vila de Caiena. O "Chef lieu" estava completamente isolado.

Nesse mesmo dia foi assinada a capitulação, redigida nos seguintes termos:

“Capitulação proposta por M. Hugues, Oficial da Legião de Honra, Comissário de S. M. o Imperador e Rei, Comandante em Caiena e na Guiana Francesa, e aceita pelos Srs. James Lucas Yeo, Capitão-de-Mar-e-Guerra de S. M. Britânica, Comandante das forças combinadas inglêsas e brasileiras, e Manoel Marques, Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, Tenente-Coronel Chefe e Diretor do Corpo de Artilharia do Pará, Comandante da vanguarda do Exército brasileiro”.

“Ainda que os postos avançados foram tomados à força, e que o Comissário do Imperador e Rei esteja reduzido com a sua guarnição à capital, êle deve aos sentimentos de honra, que sempre o têm distinguido, ao valor e à boa conduta dos Officiais e Soldados do seu comando, à adesão dos habitantes da colônia para com S. M. o Imperador e Rei, deve declarar altamente que se rende, não tanto à força, como ao sistema destruidor de libertar todos os escravos que se declaravam pelo inimigo, e de incendiar tôdas as habitações e postos em que havia resistência.

Que o Comissário do Imperador, Comandante-em-Chefe, depois de ter visto o incêndio de muitas habitações, especialmente da sua, a mais considerável da colônia, tinha atribuído isto no princípio aos acontecimentos da guerra; que a desorganização das oficinas e a libertação dos escravos lhe tinham parecido arbitrios momentâneos, mas que, certificando-se por escrito que os Srs. Officiais inglêses e portuguezes obravam em virtude das ordens de S. A. Real, querendo salvar a colônia de uma destruição total e conservar a seu Augusto Amo vassalós que lhe deram tantas provas de adesão e fidelidade, o Comissário de S. M. Imperial entrega a colônia às forças de S.A.R. o Príncipe-Regente, com as condições seguintes:

1ª — A guarnição sairá da praça com as armas, bagagem e tôdas as honras da guerra. Os Officiais conservarão as suas espadas e os officiais superiores os seus cavalos; ela deporá as armas e se obriga a não servir por espaço de um ano contra S.A.R. o Príncipe Regente e seus aliados.

2ª — Dar-se-ão embarcações à custa de S.A. o Príncipe Regente para transportar diretamente à França a guarnição, os Officiais, civis e militares, todos os empregados no serviço, com suas famílias e efeitos, o mais depressa possível.

3ª — Dar-se-á igualmente uma embarcação cômoda para transportar à França o Comissário do Imperador, Comandante-em-Chefe, sua família, seus Officiais, seu séquito e efeitos, o Chefe da Administração Ordenador, o Comandante das Tropas, o Inspetor e o Comandante da Artilharia, com as suas famílias.

4^a — Será concedida uma demora conveniente aos Srs. Officiais que têm propriedades na colônia para terminar os seus negócios.

5^a — Os arsenais, baterias e todos os objetos de Artilharia, sala-de-armas, armazém de pólvora, armazém de víveres, serão entregues, por inventário e no estado em que atualmente se acham, e indicar-se-á onde estão todos os objetos.

6^a — Todos os negros escravos de uma e de outra parte serão desarmados e remetidos para as suas habitações.

Os negros franceses, que os Comandantes de terra e mar de S. A. o Príncipe Regente admitiram ao serviço durante a guerra, e a quem deram a liberdade em virtude das suas ordens, serão mandados para fora da colônia por não poderem ser para o futuro mais que um objeto de perturbação e discórdia.

Os Comandantes se obrigam, segundo as suas promessas, a solicitar de S. A. R. o Príncipe Regente a substituição de outros tantos escravos ou uma indenização a favor dos habitantes a quem pertencem.

7^a — Os papéis, planos e outras coisas pertencentes à Engenharia serão igualmente entregues.

8^a — Os doentes e feridos obrigados a ficar na colônia poderão sair dela com tudo quanto lhes pertencer, quando estiverem em estado de o fazer, e entretanto serão tratados como até aqui.

9^a — Serão respeitadas as propriedades particulares de qualquer espécie e natureza que sejam: os habitantes poderão dispor delas como até aqui.

10^a — Os habitantes da colônia conservarão as suas propriedades e poderão residir nelas, conformando-se às ordens e formas estabelecidas pela soberania debaixo de que ficam. Terão liberdade para vender as suas propriedades, e retirar-se na época que lhes convier sem que a isso se lhes ponha obstáculo.

11^a — As leis civis, conhecidas em França pelo nome de Código Napoleão, e que estão em vigor nesta colônia, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas nações. Os magistrados não poderão decidir sobre os interesses entre os particulares que não seja em virtude das ditas leis.

12^a — As dívidas reconhecidas pelos particulares durante ou antes do tempo determinado pelo artigo precedente serão exigidas conforme as bases estabelecidas por este mesmo artigo.

13^a — Os papéis concernentes ao governo e matrículas da tropa serão levados pelo Quartel-Mestre.

14ª — Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada "la Gabrielle", em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem plantação, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente, tal qual se entrega aos Comandantes de S.A. o Príncipe Regente.

15ª — Todos os papéis dos armazéns, de inspeção, de domínio, tôda e qualquer responsabilidade, se deporá no cartório ou noutra lugar ajustado para se recorrer a êles quando fôr preciso. Tudo ficará debaixo do sêlo dos dois governos e à disposição de S.M.I. e Real.

16ª — A presente capitulação será feita nas três línguas e assinada pelos Officiais estipulantes. Postos avançados de Bourda, a 12 de janeiro de 1809. (Assinados) — *Victor Hugues* — *James Lucas Yeo* — *Manoel Marques*".

A leitura mesmo perfunctória dessa ata de Capitulação deixa ante- ver a extrema condescendência dos Chefes aliados, vencedores, com relação ao Governador Hugues. Em momento algum lhes ocorreu a lembrança da cena de inclemência de Breno, o chefe gaulês, dirigindo-se aos romanos derrotados. — "Ai, dos vencidos!"

Em verdade, qualquer capitulação militar é um ato de reconhecimento da superioridade do adversário, e da inutilidade de continuar a resistir, ante a ameaça de destruição total. Seja a rendição incondicional ou não, a tolerância do vencedor não deve chegar ao extremo de permitir que o vencido dite as cláusulas da ata de capitulação, e muito menos ainda, que não reconheça a sua condição de derrotado face ao exército vencedor. A alegação de quaisquer motivos para justificar uma derrota poderá servir a um chefe vencido para eximir-se ou atenuar a carga das acusações de que será alvo, face ao revés sofrido; não interessa ao vencedor, e constitui uma tácita desvalorização da sua vitória e do esforço da tropa, permitir que numa ata de capitulação, fiquem registradas as falhas que o vencido invoca para depor as armas.

Houve excesso de liberalidade, por parte dos chefes aliados com relação ao Governador Hugues e isso constituiu, talvez, o único fato capaz de diminuir o brilho da expedição militar aliada na campanha da Guiana Francesa.

Ao ratificar, a 19 de fevereiro de 1809, a ata de capitulação de Caiena, o Ten-Gen Magalhães de Menezes fê-lo condicionalmente, não sem exprobar acerbamente a aceitação da inclusão na ata dos motivos básicos que Mr. Hugues alegava para capitular: a libertação dos escravos franceses que se bandeavam para o lado das forças combinadas e os processos de destruição de que foram obrigados a lançar mão as tropas anglo-luso-brasileiras.

Outrossim, não aquiesceu o Governador do Pará com o teor dos artigos 11, 12, 14 e 15. Não será necessário muito esforço para reconhecer nesses artigos a completa submissão dos vencedores às leis civis franceses, o Código de Napoleão, o que não deixa de ser uma incoerência.

A Ratificação Condicional, após fazer os devidos reparos nos citados artigos, terminava com a declaração formal de que “êste papel diplomático, debaixo da mesma condição do artigo 16 será feito o comunicado nas três línguas”.

Assinada a capitulação, marcharam as tropas aliadas para tomar posse da praça de Caiena; chegando os elementos da vanguarda aos arredores da Capital, aí encontraram um portador de Victor Hugues, o qual pedia que não se fizesse a entrega do “Chef lieu” nesse dia “porque a guarnição estava tôda embriagada”.

Tiveram as tropas expedicionárias que montar um sistema de vigiância para passar a noite, nas linhas externas da povoação e nas praias, e só no dia seguinte entraram triunfalmente na cidade. Durante a noite de 13 para 14 de janeiro os postos avançados da Expedição deixados em Dégrad des Cannes capturaram um escaler que levava para terra o comandante do batalhão e o ajudante-de-ordens do Governador Hugues; trazia êle a participação da chegada de reforços, a fragata “Topázio”, armada com 44 canhões, uma equipagem de 300 marinheiros e um contingente de 106 recrutas para Caiena. A “Topázio”, ao ter conhecimento da situação na Guiana Francesa, poderia ter enfrentado a esquadra aliada, e com provável êxito pois que estavam quase tôdas as embarcações desartilhadas, mas preferiu fazer-se a vela para Guadalupe, onde foi aprisionada pelos ingleses.

e — A ocupação de Caiena.

Em carta-relatório o Ten-Cel Manoel Marques assim narra ao Governador do Pará como se procedeu à capitulação:

“O art. 1º foi exatamente cumprido no dia 14 em que entrei, com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando êste ato com uma salva de 21 tiros. A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, que são ao todo 593 homens, e para se dar o devido cumprimento aos arts. 2º e 3º faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes.

Os negros, a quem se devia a liberdade, também se embarcaram. Achou-se na praça muita artilharia, porém quase tôda desmontada, e muito poucas munições de guerra. Fico inventa-

riando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão. Sendo necessário velar na segurança interior, polícia e tranqüillidade da colônia, e não tendo a quem encarregasse estas importantes comissões, organizei uma junta provisória, composta de oito dos principais habitantes, cuja constituição, deveres e condições, verá V. Exa. na ordenança n. 7, pela qual a instituí e criei.

As sábias ordens e determinações de V. Exa. que ansiosamente espero, me esclarecerão sôbre a marcha que devo seguir no governo desta colônia enquanto a V. Exa. fôr servido que eu o ocupe, devendo asseverar a V. Exa. que pelo gênio ativo e industrioso dos habitantes, e pela sua assiduidade na agricultura, ela é uma aquisição importante para o nosso soberano, e igualará, se não exceder em opulência, às outras colônias da América, se a liberdade do comércio e uma paz durável a deixarem restabelecer dos choques destruidores que tem sofrido.

Deus guarde a V. Exa. Caiena, 21 de janeiro de 1809. — Illmo. e Exmo. Sr. Ten-Gen *José Narciso de Magalhães de Menezes*, Governador e Capitão-General do Estado do Pará e da Guiana. — O Ten-Cel *Manoel Marques*.

6. COMENTÁRIOS

Estava terminada, de modo altamente satisfatório, a invasão e conquista da Guiana Francesa. Apenas dois meses após ter soltado as amarras, em Vila de Chaves, em Marajó, a expedição militar aliada fazia sua entrada vitoriosa em Caiena e aí se estabelecia uma administração portuguesa. Com um efetivo menor que o do defensor, tendo que efetuar uma operação combinada de desembarque e abordagem de várias posições fortificadas, a Conquista da Guiana Francesa constitui uma bellissima página de nossa História Militar do período colonial. As baixas em combate não foram muito numerosas, cerca de 33 (24 ingleses e 9 brasileiros), entre mortos e feridos. Contudo, o número de sacrificados por doenças foi elevadíssimo, quase 200. A tropa que realmente entrou em Caiena mal contava 400 combatentes. O número de prisioneiros inimigos ultrapassava muitíssimo, o das tropas aliadas. O Ten-Cel Marques afirmou que “a tropa francesa embarcou logo para bordo de nossas pequenas embarcações, que são ao todo 593 homens...” Além desse número, aduziu o Ten-Cel, “havia também 100 milicianos habitantes em armas” e mais “os negros escravos, cujo número, entrando os que eram ocupados nos diferentes trabalhos, montava a perto de 500”.

Além da superioridade numérica do inimigo, outros fatores devem ser analisados para que se tenha o justo conceito sôbre o valor da expedição militar aliada.

As organizações das posições defensivas ou construções de fortes, por exemplo, representam excelente medida que visam obrigar o atacante a combater em situação altamente desvantajosa, tanto sob o aspecto de utilização do terreno, como no que tange ao emprêgo eficaz de suas armas. Constitui conhecimento elementar de tática que para desalojar uma tropa bem instalada no terreno o atacante precisa ter uma superioridade numérica evidente, tanto maior quanto mais tempo e recursos dispôs o adversário para se organizar defensivamente.

No ataque à ilha de Caiena o que se constatou pela análise dos fatores da decisão é que os franceses possuíam 4 posições fortificadas, que êsses bastiões da defesa estavam ocupados e que a tropa que guarnecia os fortes estava alertada de que um ataque poderia ser desfechado sôbre a ilha, a qualquer momento. As medidas preparatórias do Governador Hugues, inclusive o pedido de auxilio à França, revelam que êle estava ciente dos movimentos da expedição militar aliada. Apesar de tudo, os Chefes aliados agiram com tanta habilidade, efetuando uma arriscadíssima operação de desembarque à noite, que a surpresa foi completa. E o ímpeto dos ataques dos dias seguintes conseguiu quebrar a encarniçada resistência oposta pelas tropas do Governador da Guiana francesa.

Outro fator que merece referência nessa série de operações foi a rapidez com que os chefes aliados ampliaram a cabeça-de-ponte conseguida nos dias 7 e 8. Realmente, a ocupação das alturas de Beauregard, bem no interior da ilha, no dia 9, indicam o alto gabarito profissional dos chefes aliados que reconheceram nessa região um ponto crítico da máxima importância e que a posse dessa região estratégica fazia periclitare todo o sistema defensivo inimigo, além de garantir a retirada, como relata o Ten-Cel Marques, "no caso de ser atacado superiormente".

Mais dois exemplos podem ser apresentados em favor da valorosa conduta da expedição que conquistou a Guiana Francesa. O primeiro serve para testemunhar a cooperação em combate e denôdo em ação. Trata-se da brilhante ação do Cmt Yeo na jornada de 7, após mais de 24 horas de combate. Tinha êste oficial acabado de tomar o Forte de Trió, e já havia escurecido quando foi sabedor que o Ten-Cel Marques estava sendo violentamente atacado na posição que ocupava, no Forte Dégrad des Cannes, na margem esquerda do canal de la Crique Fouillée; imediatamente o comandante inglês organizou uma coluna, repassou o canal e foi socorrer o Ten-Cel Marques no violento combate em que êste estava engajado; o inimigo, pôsto em fuga, deixou "6 mortos sôbre o campo e havendo 30 feridos".

O segundo exemplo que merece ser referido em acréscimo aos méritos da expedição diz respeito à atuação da corveta "Confiança", dos brigues "Voador" e "Infante D. Pedro" e da tropa que vigiava a costa, em dispositivo de segurança na noite de 11 para 12 de janeiro, quando se ultimavam os preparativos da capitulação. Nessa oportunidade foi

aprisionado um oficial francês, o Ten-Cel Bernard que vinha comunicar ao Governador Hugues a chegada da fragata "Topázio", expedida de Brest a 7 de dezembro para trazer tropas e provisões à colônia. Quando se pensa que a notícia da chegada desse reforço poderia levar o Governador Hugues a continuar a resistência, é que se mede o alcance da prisão do Ten-Cel Bernard feito pelas tropas que vigiavam as praias da ilha.

Mesmo sem esse esforço, o Governador Hugues tinha meios para resistir mais alguns dias. A verdade é que quando viu o incêndio de suas propriedades perdeu o estímulo para combater e procurou no "sistema destruidor de libertar todos os escravos que se declaravam pelo inimigo, e de incendiar tôdas as habitações e postos em que havia resistência" uma justificativa fraquíssima para não continuar a proteger a colônia que lhe havia sido confiada. Esse modo de agir revela, pura e simplesmente, que o Governador Hugues não estava à altura do cargo que lhe fôra confiado. O Conselho de Guerra que o julgou, na França, condenou-o à prisão perpétua baseando-se na conduta pouco enérgica e açodamento em aceitar a derrota. Concluía a sentença do Conselho pelo pronunciamento da alta culpabilidade do réu nos acontecimentos que culminaram com a derrota das tropas francesas na Guiana e ao pronunciar a sentença condenatória contra o Governador Victor Hugues o Conselho de Guerra afirmou que "a liberalidade das concessões da capitulação de 12 de janeiro de 1809 foi uma ponte de ouro lançada pelo inimigo para sôbre ela entrar em Caiena".

A tropa que constituiu a expedição militar aliada era composta quase que só de brasileiros, oriundos do Pará. Contava ainda a fôrça combinada com uma participação não muito numerosa de ingleses (da corveta "Confiança", pouco excedendo a uma centena de marujos) e um núcleo reduzidíssimo de oficiais e praças portugueses que faziam o enquadramento dos soldados brasileiros. Quanto ao valor dos nossos soldados e à atuação deles em combate, melhor seria reportar-nos aos conceitos de Mello Moraes reproduzidos no início desta parte.

Constitui, na verdade, a conquista da Guiana Francesa um dos épicos capítulos da História Militar do Brasil-Colônia. Belíssimo cometimento bélico, repleto de exemplos sôbre a determinação, a bravura e o espírito de iniciativa do nosso soldado, essa campanha militar tem sido injustamente relegada a um plano secundário. Talvez por causa do fascínio exercido pelas lutas ao sul do Brasil sôbre os nossos estudiosos militares, a conquista da Guiana Francesa ainda não foi devidamente catalogada na linhagem de significação histórica das nossas campanhas militares.

E essa falha merece ser reparada porque além dos ângulos pouco explorados que a invasão da Guiana Francesa encerra, cheios de ensinamentos, há o registro, pela primeira vez na História Militar do Brasil,

em um documento transcendente (como o é a ata da capitulação) do termo "Exército Brasileiro". A rigor, podia-se considerar a tropa paraense como força brasileira do exército português. Porém, talvez mesmo para caracterizar a importância e o valor dessas tropas é que os três signatários da ata concordaram em mencionar, no cabeçalho da mesma, que a proposta de capitulação era aceita por M. Hugues, por James Luca Yeo e por "Manoel Marques, Cavaleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, Tenente-Coronel Chefe e Diretor do Corpo de Artilharia do Pará, Comandante da vanguarda do Exército brasileiro".

Este feito d'armas foi celebrado festivamente no Pará e no Rio de Janeiro. Foi cunhada uma medalha de prata comemorativa tendo no verso a legenda "D. Joan. P. G. D. Princip. Regen. de Portugal P. 1809" e no anverso a data em que as tropas brasileiras desfilaram vitoriosas em Caiena, 14 de janeiro de 1809, e a legenda "Caiena tomada aos franceses".

Todos os oficiais e praças que tomaram parte na expedição ficaram autorizados a usar um distintivo no braço direito, onde se lia a palavra "Caiena".

Quando as forças brasileiras entregaram a Guiana Francesa, após uma ocupação de 8 anos, 10 meses e 6 dias, o Gen Carra de Saint-Cyr, que a recebeu das mãos do Brig de Infantaria Manoel Marques, não podia esconder o seu assombro ante as lágrimas e provas de emoção reveladas pela partida das tropas de ocupação.

Retornaram as tropas brasileiras ao Pará, cobertas de glória e merecedoras do tributo de admiração de todos. A nossa fronteira com a Guiana Francesa, pelo que ficou prevista no Ato Final do Congresso de Viena (e depois aceito pelo Plenipotenciário português Francisco José Maria de Brito e o Ministro de Negócios de Estrangeiros da França, Duque de Richelieu, a 28 de agosto de 1817) voltava à embocadura do Oiapoque, entre 4º e 5º de latitude norte. O remate desse dissídio bi-secular, todavia, só se concretizaria com a brilhante atuação do Barão do Rio Branco que conseguiu a sentença arbitral do Presidente da Confederação Suíça, Eduard Muller, a 1 de dezembro de 1900, a qual fixava, de uma vez por todas, a fronteira no talvegue do Oiapoque.

Sem dúvida alguma, essa época de paz e prosperidade da Guiana Francesa, durante quase nove anos, deve ser tributada à capacidade administrativa de Manoel Marques. Logo após a entrada em Caiena começou este oficial a reorganizar a colônia francesa chamando para assessorá-lo uma junta consultiva e deliberante, "composta dos nomes mais notáveis da colônia por sua inteligência, probidade e haveres".

Por seus altos méritos militares e valor confirmado na expedição militar aliada, o Ten-Cel Manoel Marques foi promovido a Brig de Infantaria. Embora mantido inicialmente na função de Governador da Guiana

Francesa, foi afastado desse cargo, a pedido, em virtude de não concordar com a qualidade da tropa que lhe mandavam do Pará, a título de recompletamento, uma autêntica escória, já que "eram mandados para esse serviço de preferência os viciosos, os incorrigíveis, os criminosos saídos das prisões". Nomeado para substituí-lo, o velho Coronel de Engenheiros Pedro Alexino Pinto de Sousa não provou ter sido escolha feliz. Homem de idade propecta, sem as qualificações exigidas para tão elevado cargo, não correspondeu ao que dele se esperava. Após curta permanência na administração da Guiana Francesa, foi substituído pelo Brigadeiro Manoel Marques, que voltou a Caiena com o título de governador Militar e aí permaneceu até o seu regresso ao Brasil, onde faleceu, em 1824.

7 — BIBLIOGRAFIA

a — LIVROS

- 1 — BARROW, John — *The Life and Correspondence of Admiral Sir Sidney Smith*, Londres, 1848.
- 2 — CAETANO DA SILVA, Joaquim — *L'Oyapoc et L'Amzon*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, tomo I.
- 3 — GOYCOCHEA, Castilhos — *A diplomacia de Dom João VI em Calena*. Edições G.T.L., 1963.
- 4 — HARDY, Georges — *Histoire de la Colonisation Française*. Paris, Livraria Larose, 1928.
- 5 — LOBO, Luiz, Cel — *História Militar do Pará*. Rio de Janeiro — Biblioteca Militar, 1943.
- 6 — LUCCOCK, John — *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. S. Paulo, Livraria Martins.
- 7 — MELLO MORAES — *História do Brasil — Reino e Brasil — Império*. Rio de Janeiro. Tipografia do Pinheiro e Cia., 1781, tomo I.
- 8 — MONTEIRO, Tobias — *História do Império*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1927.
- 9 — OLIVEIRA LIMA, Manuel de — *Dom João VI no Brasil* — Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1908, tomo I.
- 0 — PORTO SEGURO, Visconde de — *História Geral do Brasil* — S. Paulo, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1936, tomo V.

b — DOCUMENTOS

- 1 — Arquivo Nacional. Seção de História. Registro da Correspondência Oficial entre o General José Narciso de Magalhães de Meneses e o Tenente-Coronel Manoel Marques sobre a Conquista e administração da Guiana Francesa, dos fins de 1808 aos fins de 1809.
- 2 — *Coleção de Leis do Brasil* — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES
MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO: Cr\$ 150.00

TIRADENTES

CARLOS MAUL.

Conferência realizada no Teatro Municipal, a convite oficial da Câmara de Vereadores, em 1956.

Este dia vinte um de abril precisa ser recordado, não como efeméride morta e fria do calendário cívico, pretexto para feriado em que todos ficam em casa a divertir-se com os programas de rádio, ouvindo sambas molengos ou a descrição das peripécias de partidas desportivas. Ele tem qualquer coisa de vivo e palpitante que nos fala diretamente ao patriotismo, e deve constituir motivo de emoção profunda, diante de uma das grandes tragédias da nossa história. Durante a Monarquia explicava-se que não houvesse demonstrações públicas envolvendo a figura de Tiradentes. Ele era apontado como criminoso de lesa-majestade, porque a sua revolta visara a instituir no Brasil, com a independência política, o regime republicano. Apenas se fazia a concessão de tolerar referências superficiais, nos compêndios escolares, ao indivíduo que também sonhara com a libertação da sua terra. Era a atenuante que os monárquicos do país independente encontravam para o não total esquecimento do herói. Daí o ter-se incutido no espírito de muitas gerações a idéia de que a famosa Conjuração Mineira não passara de um conluio de visionários que conspiravam em Vila Rica, com os olhos voltados para os Estados Unidos recém-emancipados da tutela britânica e se deixavam dominar pelas malsinadas idéias francesas que propugnavam a extinção do absolutismo ainda subsistente em diversas partes do mundo. Conjuração, Inconfidência, eram os termos restritivos da classificação de um movimento que obedecia a um plano vasto, que se inspirava em princípios doutrinários, mas que traduzia os anseios de uma coletividade oprimida que durante perto de três séculos caminhava de cabeça baixa, arrastando os ferros da escravatura. Que não foi somente uma tentativa frustrada de sonhadores e de inimigos da realeza, provam-nos os documentos que, a pouco e pouco, vieram sendo despertados do longo e pesado sono que dormiam no leito de poeira dos arquivos. O interesse direto da casta dominante impôs a destruição de fontes que projetariam uma luz forte sobre aspectos obscuros do movimento, mas, mesmo assim, restaram provas circunstanciais expressivas, capazes de esteriotipar-lhe a extensão e relêvo. Do emissário enviado a Nimes, para o encontro com o norte-americano Tomaz Jefferson, ig-

nora-se o fim, porém dêle ficou uma longa carta que consubstancia o apêlo dos brasileiros endereçado aos Estados Unidos no sentido de que estes lhes proporcionassem ajuda material para o êxito da rebelião. José Joaquim da Maria seria um môço de vinte e poucos anos, estudante, a quem os chefes da emprêsa confiaram tão grave missão diplomática. E dos têrmos da resposta do plenipotenciário com quem se entendeu, das promessas formuladas quanto a uma cooperação indireta, através de remessa de soldados voluntários, se depreende que os vitoriosos do norte do Continente viam com clareza o que naquela altura representaria, para o seu prestígio ideológico, a fundação de mais uma democracia neste hemisfério. Os rebeldes de Vila Rica perderam a batalha que não chegaram a desencadear. Perderam-ná, no entanto, menos pela sua falta de argúcia e de cultura, que êles as tiveram em sua plenitude, do que pela vigilância pertinaz dos agentes da autoridade lusitana, que compreendiam o fenômeno e acompanhavam de perto a marcha dos acontecimentos na colônia. E não limitemos à delação do Coronel de Milícias Joaquim Silvêrio dos Reis o fracasso da revolução. Sem dúvida, a êsse renegado se deve, principalmente, a prisão de Tiradentes. Mas o próprio Visconde de Barbacena, como se deduz de informes posteriores, andava na pista dos conjurados, mantinha um serviço de espionagem perfeito, que o trazia a par de tôdas as ocorrências. Êle foi, até certo ponto, um estrategista que chegou a dar a impressão de que agia com duplicidade: escondia-se hábilmente, de forma a que no caso do triunfo da revolução pudesse a ela aderir... Nos depoimentos da devassa, mandada proceder pelo vice-rei Conde de Rezende em 1794, ordenado o fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que aqui se fundara em 1786, sob os auspícios do vice-rei Luiz de Vasconcelos, revela-se que se desconfiava de Barbacena, admitindo-se que êle fôra tolerante demais ao tempo em que governara e que só se pronunciara, franca e enêrgicamente, na hora em que os conspiradores estavam desarmados. Essa entidade de letrados funcionava sob a direção de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, professor de Retórica, e tinha no seu programa fazer observações científicas sôbre o eclipse total da lua que manifestara em 1787, produzir memórias a respeito do calor da terra fisicamente considerado, além de outras atividades, como o fabrico da tinta de urucu e os danos ou vantagens do uso da cachaça... Uma autêntica réplica das assembléias dos frades de Bizâncio... Apesar de todo êsse lirismo, aparentemente inofensivo, o Conde de Rezende, avisado por um certo José Bernardo da Silva Frade, deliberou acabar com a Sociedade Literária, com o pensamento no que se desenrolara em Vila Rica entre poetas e soldados que na casa de Tomaz Antonio Gonzaga conversavam literatura. Para completar a obra mandou que se abrisse uma devassa "para se descobrirem por ela — é assim que está escrito — as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da Religião e a falar nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação do sistema

atual da França, e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia alguns que, além dos ditos escandalosos discursos, se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de sedição."

Outro denunciante, nesse episódio, foi Frei Raimundo de Penaforte, guardião dos franciscanos, o que assistira aos últimos momentos de Tiradentes... Muita gente se viu alvo de suspeitas e pagou no cárcere o delito de cuidar de coisas do espírito numa época em que se castigava pensar em algo que não fôsse a louvação aos méritos do rei... Mariano José Pereira da Fonseca, que em 1823 seria ministro da Fazenda, e mais tarde senador do Império, conselheiro de Estado e Marquês de Maricá, suportou vexames, estêve encarcerado em cubículo infecto, só porque se disse que êle teria, entre os livros da sua biblioteca, um volume intitulado "Instrução à mocidade" e que pela epigrafe merecia condenação e mais o "Emílio", de Jean Jacques Rousseau... Sustentava o Conde de Rezende, nas instruções transmitidas ao Desembargador-Chanceler Antonio Diniz da Cruz e Silva, que os descuidos em face do que sucedera em Vila Rica não deveriam reproduzir-se e era préciso que se cortasse o mal antes de nascer...

Como é fácil de observar, não fôra tão insignificante assim o que se originara de reuniões secretas nas montanhas mineiras e culminara na força erguida no campo da Lampadosa...

Façamos agora uma reconstrução panorâmica do que a história nos conta sôbre o dia vinte e um de abril de mil setecentos e noventa e dois, nesta cidade constrangida a enfeitar-se de quantas galas possuísse e a explodir em regozijo pela morte de um homem que lhe era apontado como réu do mais nefando dos crimes, o de acreditar que a extinção de uma tirania bárbara e primitiva que aviltava o Brasil seria uma alvorada de liberdade para os seus patrícios. No edifício da Cadeia abre-se a porta da masmorra onde havia três anos Tiradentes aguardava a decisão da Justiça, e uma figura esquelética, a barba longa e espessa a cair-lhe sôbre o peito magro, aparece vestindo a alva dos condenados à morte. O abatimento físico não lhe abateu o moral, e êle avança para a rua, o olhar firme, a cabeça levantada. Mais alguns passos e ei-lo entre as filas de soldados de fardas garridas, os representantes da nobreza e do clero, que compõem a procissão que o acompanhará até ao cadafalso. Clarins soam, bandas de música executam partituras festivas. Em derredor, a massa da população estarrecida que batedores a cavalo afastam a cada momento. E o cortejo começa a movimentar-se a caminho do local do suplício. No trajeto vêem-se as janelas das casas adornadas de panos vermelhos, azuis, amarelos, todo o luxo da intimidade dos domicílios a mostrar-se ao sol, numa cumplicidade forçada com a monstruosidade que se irá co-

meter em nome da lei e como demonstração do instinto de sobrevivência de um regime de degradação humana em fase de decomposição. Ninguém, decorridos mais de cento e cinquenta anos, imaginará que aquêlo povo estaria, no íntimo, solidário com a ação dos tiranos. Aquilo que se consumava tinha um objetivo: dominar, pelo terror, qualquer pretensão de imitar, pelos tempos a fora, a atitude dos rebeldes de Vila Rica. A vista do castigo infligido a Tiradentes, quem seria suficientemente louco ou corajoso para renovar-lhe a façanha? O decreto da sua matança era claro: para que a sua morte servisse de exemplo...

O mártir é conduzido à igreja da Lampadosa. Aí, penetra o templo para um instante de oração e em seguida sai e se aproxima do patíbulo. A cerimônia atinge ao seu ponto culminante. O frade se avizinha para que se veja que aquêlo que vai ser enforcado, embora sem o perdão dos homens receberá o perdão de Deus... E o carrasco faz o resto, com a brutalidade do ofício infame.

Mas não termina ainda a punição. Aquêlo corpo maldito não terá a sepultura dos que morrem naturalmente e vão repousar em túmulo sagrado, com direito à reverência dos sobreviventes. Dêle nada deverá permanecer na terra. Esquartejam-no, dividem-no em pedaços, que são espetados em postes, à margem do mesmo caminho que êle trilhou em vida, entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, nas suas andanças de propagandista da idéia nova. A cabeça mostrará ao povo de Vila Rica o fim do herói. E o final da tarefa destruidora caberá aos abutres e às intempéries... Mas não é tudo. Quem tiver nas veias sangue de Tiradentes será ferreteado com o estigma da maldição, e a sua casa demolida, e o chão salgado para que nenhuma sombra de vida vegetal ali venha a medrar no futuro...

A reconstituição nada tem de fantástica. É, em proporções mínimas, a alegoria, com alguma vivacidade para efeito decorativo, da tragédia que se consumou em obediência ao teor desta sentença da Alçada, datada no Rio de Janeiro a 18 de abril de 1792: — "Portanto condenam o réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, Alferes que foi da tropa paga da capitania de Minas, a que com baração e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da fôrça, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada à Vila Rica, aonde em o lugar mais público dela será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma; o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em postes pelo caminho de Minas, no sítio de Varginha e de Cebolas, aonde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma. Declaram ao réu infame, e infames seus filhos e netos, tendo-os, e seus bens aplicam para o fisco e câmara real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, e que nunca mais no chão se edifique, e não sendo próprias, serão avaliadas e pagas ao seu dono pelos bens

confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória à infâmia dêste abominável réu.”

Todo êsse fervilhar de cóleras, todavia, tinha uma razão. Que ramos naqueles tempos sombrios? Oito milhões de quilômetros quadrados de território, com aproximadamente três milhões de habitantes brancos e mestiços e mais quase dois milhões de pretos escravos, parte nas fazendas e parte nos reduzidos núcleos urbanos da costa. A exploração do ouro fizera com que se formasse uma casta de senhores onipotentes, encarregados da arrecadação dos quintos destinados ao real erário. Aos índios, nessa altura, movia-se guerra de extermínio por não se submeterem aos conquistadores. Antes, presume-se que fôsse de milhões de sêres entregues ao nomadismo na selva tenebrosa. De várias armas se utilizaram os reinóis para abatê-los, e até roupas de variolosos se distribuíam aos silvícolas para infectá-los e dizimá-los. Em 1639, o Papa Urbano VII dirigia uma Bula aos descobridores do Brasil, declarando-lhes que os indígenas não deviam ser perseguidos “porque eram entes humanos como os demais homens, não podiam ser reduzidos à escravidão.” Em 1657, o padre Antonio Vieira traduzia a sua revolta dêste modo: “As injustiças e tiranias que se tem executado nos naturais destas terras, excedem muito às que se fizeram na África. Em espaço de quarenta anos se mataram e destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações com grandes cidades e disto nunca se viu castigo.” Quatro anos antes o mesmo jesuita, em carta do Maranhão endereçada a D. João IV assim se manifestava sobre o assunto dos índios: “As causas de até agora se ter feito tão pouco fruto com estas gentes são, principalmente, as tiranias que com elas temos usado, havendo capitão que obrigou a atar dez morrões acesos nos dez dedos das mãos de um principal de uma aldeia para que lhe desse escravos e assim o fêz. Êste e semelhantes terrores têm feito o nome dos portugueses odioso nos sertões e desautorado muito a fé, pretendendo os bárbaros que é só em nós pretexto de cobiça, com que muitos se têm retirado mais para o interior dos bosques...” A interinência do padre generoso valeu-lhe, em 1661, um decreto expulsando-o da região do Pará onde exercia a catequese. Os negros não recebiam tratamento melhor, jungidos à cangã dos trabalhos forçados. Os senhores tinham sobre êles direito de vida e de morte. Em 1753, o governador de Minas expedia um “bando”, tornando obrigatório o pagamento de seis oitavas de ouro aos Capitães-do-mato por cabeça de negro fugido e morto. Nessa mesma zona, em 1756, registra-se uma surreição de pretos. Ordena-se a sua liquidação sumária, e são tradas, como troféus, apresentados ao governador, setê mil e oitocentas pelhas dessas vítimas... Mas não eram mais felizes os brancos e os mestiços, aos quais eram vedadas as atividades rendosas, os officios, a aquisição de bens de raiz, coisas que inglêses como Armitage e John Cock anotaram em seus livros, isso já nas vésperas da independência. Completando essas observações, temos a de José Bonifácio, bastante

significativa: "Por que a Providência não consentiu que o nôvo mundo fôsse descoberto mais tarde, quando as nações européias estavam já mais cultas e civilizadas? Que de crimes e horrores não se teriam poupado. Não existia equilíbrio algum entre o ataque e a defesa; tôda a fôrça e tôda a injustiça estavam nos europeus; tôda a fraqueza e ignorância, nos americanos; portanto, foram exterminados quase de repente. A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens foi a conquista do nôvo mundo. Aventureiros sem moralidade e sem preço foram irritados pela cobiça e se tornaram tigres carniceiros. É causa grande e bela chamar do mundo das matas aos selvagens, para os civilizar; mas, se deviam sê-lo pelo ferro, pela astúcia e pela imoralidade, melhor fôra deixá-los vegetar na sua ignorância e barbáridade; ao menos não aumentaríamos a sua miséria e não os teríamos exterminado."

Sabe-se que na colônia a administração metropolitana se fazia sentir exclusivamente pela catadura do fisco e pelo delegado do Estado que punia os contraventores, considerados como tais todos aquêles que de seu próprio esforço procuravam tirar alguma coisa para si, embora a parte do leão se destinasse irrevogavelmente ao tesouro do rei. Desconhecem-se planos de desenvolvimento econômico. As doações de áreas enormes a fidalgos arruinados, para que as explorassem com escravos índios ou africanos, tinham por objetivo, em certa época, o corte das madeiras preciosas que a mão de Deus plantara, e depois a extração do ouro que brilhava à flor do solo e cintilava no leito dos rios. Mas mesmo a êsses latifundiários vorazes não se concediam direitos absolutos, porque casos houve em que aos que, por sua conta e risco, alargaram as fronteiras de seus domínios, se cominaram penalidades do estilo da revelada pela Carta Régia de 1797: eram de propriedade da Coroa tôdas as matas e arvoredos à borda da costa ou dos rios que desembocassem no mar e por onde em jangadas pudessem ser transportadas as madeiras cortadas. Em tais sítios era proibida a concessão de sesmarias e os que avançaram além dos limites traçados por determinação real viram a queima das raízes de pau-brasil ali existentes para que não se reproduzissem...

Por mais estranho que pareça, criou-se, no Brasil, uma atmosfera de incompreensão, quiçá com propósitos equívocos, em virtude da qual somos colocados freqüentemente na posição de quem, a tôda a hora, precisa explicar a natureza de seu nacionalismo, e quase que a pedir desculpas por ser brasileiros. A expressão "jacobino" lança-se no ar, às vêzes, para que aquilo em que se definam antagonismos entre portugueses e brasileiros perca sua consistência histórica e seja levado à conta de rugas ou até de ridículas anedotas. A bem da nossa dignidade, insinuações dêsse porte devem ser condenadas ao desprezo, porque carecem de substância e refletem somente a precariedade de argumentos dos que não dispõem de armas mais eficazes para uma contradita decente. Em primeiro lugar, quando se faz história antiga

do Brasil, não há como deixar patente que existem divisórias nítidas entre a metrópole e a colônia, e que essas divisórias foram traçadas rigidamente pelos governantes de Portugal, que não primavam pela lucidez e senso psicológico, como o assinalam depoimentos insuspeitos de autoridades como Oliveira Martins e Júlio Dantas, aquêle ao descrever os desmandos de monarcas desprovidos de inteligência e cultura para dirigir e aproveitar o opulento patrimônio que os audazes navegadores do século XVI lhes puseram nas mãos, e éste, ao perscrutar, como psiquiatra, as taras de uma dinastia que arrasou a sua pátria em séculos de loucuras e desconcertos administrativos. O Brasil, para ser o que é, para ser na comunhão dos povos mais do que uma imagem geográfica, só tinha um recurso: o da rebelião. De parcela do império lusitano, passaria — é claro que contra os designios da Coroa — a Nação soberana, pelo esforço daqueles que eram até então portugueses oprimidos, e se salientaram na exploração da terra virgem, e pelos que em Portugal se denominavam pejorativamente de “vassallos inferiores”, de categoria inferior aos “vassallos da Europa”. É erro gravíssimo afirmar que há uma história comum de Portugal e Brasil, atribuindo-se àquele uma paternidade que só tem corpo na fantasia dos criadores de lendas, pois que tal paternidade veio sendo renegada através de três centúrias de agravos do genitor ao filho. O que se verificou no passado foi, nem mais nem menos, do que um estado de litígio, idêntico, aliás, ao generalizado a todo o Continente, porque a libertação de hispano-americanos e de norte-americanos é o efeito das lutas travadas contra as metrópoles ultramarinas. A verdadeira história do Brasil é a do seu povo — povo oriundo das primitivas levas que aqui aportaram como o estigma de degradados e cujo delicto maior era o de guardarem nas veias sangue de mouro ou de judeu, ou o de professarem crença religiosa diferente da dos reis — povo, em parte vindo de fora, e em parte produto da miscigenação que se operou na nova terra, em oposição aos decretos do governo, como um de 1690 que estabeleceu, para a capitania de São Paulo, a pena de morte a ser aplicada nos “bastardos, carijós, mulatos e negros, ou filhos da terra”. É textual, como o é também o contido na Carta Régia de 1734, proibindo que os magistrados se casassem no Brasil, sob pena de demissão e remessa para o Reino; e mais o Alvará de 1755 que dizia “haver infâmia no matrimônio de portugueses com índias e de portuguesas com índios”.

Que essa legislação sinistra e desumana foi frontalmente desobediada, se constata no desenvolvimento vertiginoso da população mestiça que, em menos de um século, igualaria a da própria metrópole. Mas é a realidade palpitante a gritar o seu protesto e a crescer, até a fase em que os brasileiros tiveram força bastante para emancipar-se. História do povo na peleja titânica para subjugar a natureza bravia, para construir os baluartes da sua defesa, para elevar-se num tipo de civilização. E se um presidente da República, nos Estados Unidos, como Calvin Coolidge, não há muitos anos, ao inaugurar um curso de

história, declarou com ênfase que a história dos Estados Unidos tinha de ser ensinada contra a Inglaterra, porque a sua liberdade custara aos norte-americanos muito sangue e muito dinheiro, porque essa timidez que nos induz a esconder ou mascarar a nossa ensanguentada história, no período da constituição e ordenação da nacionalidade, e que também foi contra Portugal, de que nos desmembramos para chegar ao que somos? Não há ofensa nessa atitude ao país com quem vivemos em harmonia no presente, em pé de igualdade, no campo das relações internacionais, como não nos ofendemos quando os historiadores lusos pintam os heróis das nossas revoluções libertadoras como criminosos e julgam justas as penalidades aos mesmos infligidas. Nem a Inglaterra, como o asseverou Coolidge, se melindraria ao ter conhecimento dos conceitos emitidos pelo chefe de Estado que não fizera mais do que afirmar uma verdade histórica.

Nesse clima de terror, que se projetava sobre séculos, vivia uma população desgraçada de portugueses sem carta de nobreza, de filhos de casais portugueses pobres e laboriosos, de nativos que eram olhados com suspeita pelo crime de haverem nascido aqui, de índios escorraçados e pretos humilhados, uma população que esperava a voz salvadora de um condutor que lhe abrisse no espírito a clareira da esperança numa existência mais afortunada. Os tormentos aumentavam à medida que os anos se escoavam, e os rigores fiscais caíam pesadamente sobre os míseros colonos, enquanto em Lisboa os palácios, edificadas com o ouro canalizado para os cofres da realeza amaldiçoada, ostentavam a sua majestosa arquitetura. E nesse ambiente que a Conjunção Mineira congrega os homens de prol da capitania, magistrados, poetas, soldados e clérigos, e que seriam a síntese do clamor coletivo contra a opressão. E do meio desses se levanta para o suplício e para a glória o gigante: Tiradentes. Para o realce desse perfil de águia, era necessária a pintura do quadro de monstruosidades que justificava a sua aparição. Só se compreende a grandeza do herói no seu confronto com o melo em que ele teria de atuar. Afirmando os desfiguradores da verdade histórica que Joaquim José da Silva Xavier era um modesto Alferes de Milícias da Capitania de Minas Gerais, inculto e primário, e que a sua morte traduzia a intenção de impressionar o povo com um espetáculo horripilante. Seria ele o réu mais insignificante... Mas esse mineiro medíocre recebera, anteriormente, incumbências sérias porque dotado de conhecimentos de mineralogia, e o posto que ocupava na militança, dadas as dificuldades criadas para os filhos do Brasil, dizia muito de seus méritos excepcionais. Um exame dos autos da devassa nos abre um roteiro para a focalização da fisionomia de Tiradentes e do seu papel de centralizador do movimento. E as contradições forçadas dos depoimentos concorrem para que ele nos apareça na plenitude do fulgor do seu heroísmo. Apontaram-no como um tagarela sem descortino, repetidor do que ouvia dos viajantes como se fôsse de sua inventiva. Vejamos o desmentido no texto dos documentos catalogados para deprimir o

revolucionário. O Visconde de Barbacena afirma que "os protagonistas da Inconfidência, Dr. José Alves Maciel e Tenente-Coronel Francisco de Paula Andrade declararam que Tiradentes nessa conspiração figurou APENAS COMO UM CONFIDENTE do Dr. José Alves Maciel, limitando-se o seu papel a simples correio para comunicar CERTAS INFORMAÇÕES QUE NÃO CONVINHA FOSSEM POR ESCRITO, a fim de evitar a possibilidade do risco que corriam de poder o governador havê-las sendo em cartas..." Ora, o confidente de uma conspiração deve ser no mínimo discreto, e ter uma linha de conduta comprovada e exemplaríssima para o desfrute de tão alta prova de confiança. E os conspiradores de Vila Rica, se lhe deram essa prova, é que o conheciam a fundo. No segundo interrogatório ao Dr. José Alves Maciel, a 29 de novembro de 1789 lê-se: "E concluiu, falando de Tiradentes: que assim o intentava pôr em execução — o plano da revolta — porque tinha as maiores pessoas e as mais ricas, das quais podia conseguir dinheiro para fazer um trapiche e para meter as águas do Andaraí na cidade..." O Tenente-Coronel Francisco de Paula Andrade, no interrogatório de 14 de janeiro de 1790, informava que o Tiradentes, ao referir-se às vexações que pesavam sobre o povo, privado de possuir indústrias, "falava tão inflamado na matéria que chegava a chorar". São idênticas as declarações do Coronel Alvarenga. Que se demonstra com isso? Que Tiradentes os convocava ao movimento de que ele seria o caudilho. E com que habilidade tramava ele na sombra o seu tecido! Reza o interrogatório de 25 de janeiro de 1789 que o "Tiradentes, num encontro que tivera com o Tenente-Coronel Andrade, Comandante do seu Regimento, lhe comunicara estarem os fluminenses desgostosos e se se não levantavam era por não contarem com o partido que teriam em Minas." Como explicar que um "insignificante milico" se vestisse de tamanha audácia para semelhante conversa com o superior hierárquico, num ato evidente de indisciplina e desrespeito? A incoerência salta aos olhos. Mas é sempre nesse embrulhadíssimo processo e nas páginas dos historiadores que o interpretaram ao sabor das conveniências monárquicas que encontramos os elementos favoráveis a Tiradentes. Joaquim Norberto escreveu uma alentada "História da Conjuração Mineira", mais romance do que história autêntica, muito embora houvesse buscado mascarar a intenção de aulicismo com algumas pontas de veracidade documentada. E vai por sua conta esta descrição do entendimento de Silva Xavier com o Tenente-Coronel Francisco de Paula Andrade: "... e como adocesse o Tenente-Coronel aproveitou-se o Tiradentes de semelhante pretexto para ir visitá-lo e, não podendo conter-se, tocou na matéria. Sobresaltou-se o Tenente-Coronel com tanta ousadia; e mostrou-se admirado de que o seu subordinado se atrevesse a lhe falar sobre tão misterioso e delicado assunto. O Alferes, que pela força de sua loquacidade, era bastante desembaraçado, explicou melhor o seu projeto e lhe fez ver que a causa do levante só dependia da sua vontade, por isso que na cidade do Rio de Janeiro estavam os ânimos dispostos para um mo-

vimento insurreccional, e a fim de lisonjeá-lo acrescentou que as pessoas que deveriam pôr-se à testa da revolta só desejavam saber se podiam contar com a sua preponderante adesão." Compare-se essa descrição novelesca com o depoimento sereno do official, e veja-se o intuito de um desvirtuamento do que ocorreu na realidade. Aliás, o fato do Tenente-Coronel haver sido introduzido na conspiração pelo Alferes diz tudo.

Alguns anos decorreram e eis que D. João VI, filho da rainha que mandou enforcar Tiradentes, aproveita algo dos propósitos do "criminoso de lesa-majestade". Escreve o cronista do rei, padre Luiz Gonçalves dos Santos, nas suas "Memórias para servir à história do Reino do Brasil": "Por decreto de 2 de janeiro de 1809 ordenou o príncipe-regente que o Conselho da Fazenda mandasse demarcar nas praias da Gamboa e Saco do Alferes desta cidade os terrenos próprios para armazéns e trapiches e que os aforasse ou arrendasse a quem mais oferecesse. E mandou logo que chegou a esta Côrte conduzir por um bicame de madeira as águas do Rio Comprido ao Campo de Sant'Ana até que se concluísse o aqueduto do Maracanã". Nesse mesmo ano D. João não esqueceria os serviços do delator Joaquim Silvério dos Reis: instituíra uma pensão anual de quatrocentos mil réis, como paga ao denunciante da Conspiração de Vila Rica...

Prossigamos, porém, na análise dêsse processo que é um dos mais espantosos monumentos de teratologia jurídica para a degradação de uma fisionomia moral e legalização de uma falsidade. O Tiradentes, nas linhas dêsses autos, acabaria por parecer um pobre diabo, meio imbecil e meio exasperado, que com a sua língua solta, o seu exibicionismo audacioso e inconseqüente, teria pôsto a perder alguns cúmplices letrados e ingénuos, intoxicados de leituras proibidas e pecaminosas e que ousaram concertar um ataque às instituições que ostentavam na sua cúpula a imagem sagrada d'El-Rei, enviado da divindade para o govêrno das gentes portuguezas... O que se intentava, e não recomenda os talentos do magistrado Antonio Diniz da Cruz e Silva, poeta medíocre e vaidoso, era diminuir o quanto possível, mesmo à custa de disparates, a ação do alferes, transformado num títere inulto e parlapatão, e que no fim do drama inspirasse apenas comiserção pelo infortúnio a que fôra arrastado por carência de qualidades e miséria de intellecto. Tôda a tessitura do inquérito obedece a êsse intuito. Há nêle um trecho em que se escreve:... "Fizemos endereçar do réu um requerimento em têrmos humildes e cristãos à Santíssima e Santa Rainha, pedindo clemência; mas em vista de ser necessário um exemplo para conter os exaltamentos de que estavam possuídos e natural escarmento dos povos, acharam o Sr. Visconde Governador das Minas e o Sr. Vice-Rei que se não perdoasse ao supradito réu a quem confortamos como pudemos e dêle fizemos um crente conformado e humilde..." Êsse "fizemos endereçar" demonstra que não houve espontaneidade no pedido. E mais

adiante se afirma: "E dos conjurados é sabido ter sido o réu o mais falador e o mais insignificante no grêmio da sociedade desta província, motivos que determinaram a sua escolha para morrer como exemplo." O menos que se pode dizer de uma Justiça que acumula provas, concatena depoimentos, arranca confissões, atinge os elementos graduados da conspiração, para no final remeter os maiores ao degrêdo da África e sacrificar o menor, o menos perigoso, punindo-o com o enforcamento, a mutilação do cadáver, a excomunhão da prole, o castigo do chão esterilizado, o menos que se pode dizer dessa Justiça é que é inepta e estúpida. Mas a verdade é tão luminosa, os raios que dela irradiam tão fulgurantes, que a moldura de ignomínias arquitetada para diminuir a projeção de Tiradentes só serviu para engrandecê-lo e permitir que a posteridade o canonizasse. O ódio real fulminou-o, com tantos requintes, precisamente porque êle concentrou em sua pessoa as responsabilidades máximas da revolução em perspectiva, foi o seu planejador, o aglutinador de tendências e de vontades dispersas, o articulador de fôrças, o único que possuía as virtudes para a chefia. Diante dêle, do seu entusiasmo, do seu poder de sedução, se curvaram figuras como a de Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomaz Antonio Gonzaga, patentes militares de graduação elevada, clérigos e advogados de renome. E o povo, no seu instinto divinatório, depressa fêz dêle um símbolo.

A República que êle sonhou ligada à idéia de independência do Brasil sagrou-o. Ele é o precursor de um regime que tem dado à nossa terra o que o anterior lhe recusava, ora com astúcia, ora a ferro e fogo: a liberdade. É um velho sestro dos cronistas do rei asseverar que o Brasil é um país sem lances heróicos na sua história e que tôdas as nossas transformações sociais e políticas foram concessões generosas dos dirigentes, na colônia, na monarquia e na derradeira etapa que foi a proclamação da República pejorativamente classificada como uma quartelada vitoriosa pela surpresa em face de uma população inerte. É preciso desmoralizar êsse acervo de mentiras aviltantes. A árvore que abriu a sua fronde em 15 de novembro de 1889 teve as suas raízes alimentadas com o sangue de muitos mártires. Por ela, Tiradentes foi estraçalhado e vilipendiado. Por ela, em 1817 padeceram nordestinos que a proclamaram, sem êxito, e a terra pernambucana assistiu a fuzilamentos e a cenas de vandalismo como aquela do padre Tenório e do menino José Peregrino de Carvalho, arrastados por cavalos furiosos nas ruas de Recife. Por ela, se bateram em 1822, ainda infrutiferamente, mas com denôdo, Gonçalves Lêdo e o Brigadeiro Luiz da Nóbrega de Souza Coutinho, ministro da Guerra de Pedro I. Por ela, novamente correram rios de sangue em Pernambuco, em 1824, e por ela em 1831 se bateram, na hora da queda do imperador, que tentava a recolonização, os nacionalistas que os moderados da Regência subjugarão. Por ela, Bento Gonçalves se sublevoou em Piratini, em 1835, e batalhou durante um decênio cruento. Por ela, paulistas e mineiros se revoltaram em

1842, e por ela, em 1848, novas sangueiras jorraram em Pernambuco, com vítimas ilustres que se chamavam Nunes Machado e Pedro Ivo. Muitas fôrças, em vários pontos do país, exibiram os luxos de violência dos tiranos através dos séculos. Em 1889, quem triunfou foi uma idéia que dominava a totalidade da nossa população. E a República não foi um presente do céu, e sim a vitória de uma causa que alcançava a última meta, deixando atrás de si um cortejo de mortos preclaros, um traço de sangue que vinha da colônia, atravessava o Império e terminava no gesto de Deodoro.

Meditemos sôbre a enormidade moral dessa figura. Quantos, antes de Tiradentes, não pagaram com a vida a audácia de alimentar a esperança de possuir uma Pátria por cujo desenvolvimento e afirmação trabalhassem libertos de preconceitos, pátria generosa e hospitaleira no abraço fraterno aos que lhes trouxessem as lições da sabedoria e nela se integrassem como se nela fôsem nascidos, pátria digna de amor humano pelos seus exemplos e altiva no seu instinto de sobrevivência... Tiradentes não ignorava a sorte funesta de seus precursores. Sabia que do fundo dos séculos se erguiam vozes másculas de dezenas de sacrificados. Tinha diante dos olhos a visão de Felipe dos Santos, arrastado à cauda de cavalos, naquela mesma região das Minas, de onde o ouro escorria tinto de sangue, a visão do incêndio do arraial de Ouro Podre, punido barbaramente pela falta de haver dado ouvidos ao verbo inflamado do tribuno revoltado de 1720. O grito do índio Sepé, no extremo sul — “Esta terra tem dono!” — em 1750, não lhe era estranho. Nada disso o atemorizou, e por fim não se abateu quando lhe leram a sentença em que a pena era mais dura do que a que fôra aplicada a seus antecessores desgraçados e heróicos.

A Liberdade foi o seu tema, o seu brado de fé, a liberdade-direito de pensar e de agir com intenções honestas, de trabalhar com proveito individual e coletivo, num regime em que todos seriam iguais perante a lei, embora biologicamente desiguais, dessa desigualdade onde não há superiores e inferiores, e sim diferentes em harmonia, como as árvores da floresta na imponência do conjunto. Para que um dia alcançássemos êsse objetivo, êle não se arreceu de afrontar o despotismo em cujas garras foi abatido como fera. Para que a liberdade se afirmasse viva, na plenitude de seu significado jurídico e humano, liberdade de uns que não transpõe o limite da liberdade de outros, para que subsista a liberdade única e de todos, morreram em vilipêndio seus primeiros apóstolos e profetas. Hoje, a liberdade é invocada como inscrição de flâmula de guerra dos que dela se servem para melhor apunhalá-la pelas costas. Convenhamos, todavia, em que a liberdade não é vocábulo vazio de sentido, nem frágil e sonora figura de retórica. É o clamor do instinto das criaturas que lhe conhecem a antítese que é a escravidão. Com ela se vive e por ela se morre como morreu Tiradentes. E quando o nosso Presidente da

República lança dos píncaros mineiros de Diamantina a grande e vigorosa advertência, a fim de que não caiamos nas malhas da sedução do lobo, e bispos fazem soar o verbo severo e grave da Igreja, escutemos o toque de alarma que nos previne contra o risco da humilhação ao materialismo que sopra de longe os seus miasmas. Pessoalmente, talvez singularmente, há três decênios, me mantenho na trincheira ideológica de onde prego o nacionalismo, que foi o de Tiradentes e o dos que lhe adotaram o lema intrépido. Não nos enganemos com miragens, acreditando que não possam renascer forças para os crentes na eternidade de um mundo livre, olvidado de providências acauteladoras e defensivas. Em 1935, eu escrevia isto numa das mais altas tribunas da nossa imprensa: "Estariamos numa República que arma os adversários de instrumentos legais para destruí-la arrebatando-lhe os alicerces. Daríamos, com isso, ao mundo, uma escandalosa prova de estupidez. E seríamos, além do mais, um motivo de escárnio para os partidos antiliberais que exigem de nós a liberdade de nos vencer e dominar para depois confiscar-nos a liberdade." Em 1958 — como é lenta a marcha dos conselhos no caminho que vai da boca dos que os proferem aos ouvidos dos que dêle necessitam! — vemos o chefe da Nação na contingência de declarar: "Não consentirá o govêrno que a liberdade seja utilizada para assassinar a liberdade."

Neste dia consagrado ao homem-símbolo da liberdade nesta terra, que ao menos se compreenda que não bastaram cento e sessenta e seis anos para a consolidação do princípio pelo qual êle padeceu morte infamante. A liberdade existe, é dogma democrático, mas de uma democracia militante que não dorme nem sonha, porque nunca dormiram nem sonharam os que admitem a possibilidade de aniquilá-la em seu próprio nome. Tudo o que acabo de dizer-vos é apenas literatura histórica naquilo que carece do depoimento das velhas verdades escondidas nos documentos que explicam e justificam os fatos consumados. É, porém, acima de tudo, o cenário moral do maior dos nossos dramas de todos os tempos: o drama dos que abominaram a escravidão. Tiradentes será, assim, no decorrer das idades, o ponto de referência dos que constróem uma civilização que morreria de vergonha se tivesse de argamassar-lhe os fundamentos com as lágrimas dos escravos. E policiar essa liberdade para preservá-la de engodos, é o dever dos que aprenderam a ver em Tiradentes, não um semideus mitológico, mas um Homem que não teve mêdo de morrer no passado para que o seu povo pudesse viver com dignidade e sem mêdo no futuro.



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **O Oficial da Reserva e a Segurança Nacional**
Gen-Bda Almério de Castro Neves
- **Aspectos Doutrinários da Guerra Revolucionária**
Maj Kleber Frederico de Oliveira
- **O homem: Um problema complexo num comando coligado**
Maj Everaldo de Oliveira Reis
- **Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro**
Cel Moacyr Ribeiro Coelho
- **Vamos dinamizar o Serviço de Material Bélico?**
Ten-Cel Togo Lobato



Defesa Nacional



te número :

Comandar ...

Gen A. Franco Ferreira

O Oficial da Reserva e a Segurança Nacional

Gen Almério de Castro Neves

Aspectos Doutrinários da Guerra Revolucionária

Maj Kleber Frederico de Oliveira

Reivindicação Histórica Pró-Mortos da Guerra 1864-70

Gen Raul Silveira de Mello

Vamos dinamizar o Serviço de Material Bélico

Ten-Cel Tógo Lobato

Estudo Geográfico da Bacia do Rio Doce

Ten-Cel Asdrubal Esteves